

Dissertação de Mestrado

Blumenau – Acumulações Originárias

Cleiton Junior Pereira da Rocha

Universidade Federal de Santa Catarina
Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA - UFSC
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - CFH
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
POLÍTICA (PPGSP)

BLUMENAU – ACUMULAÇÕES ORIGINÁRIAS

Dissertação apresentada como requisito parcial
para obtenção do título de mestre junto ao
programa de Pós-graduação em Sociologia
Política da Universidade Federal de Santa
Catarina.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller

CLEITON JUNIOR PEREIRA DA ROCHA
FLORIANÓPOLIS – JULHO/2013

BLUMENAU – ACUMULAÇÕES ORIGINÁRIAS

por

CLEITON JUNIOR PEREIRA DA ROCHA

Esta dissertação foi julgada e aprovada em sua forma final pelo Orientador e Membros da Banca Examinadora composta pelos seguintes professores:

Prof. Dr. Ricardo Gaspar Müller (PPGSP/UFSC) – Orientador e presidente.

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa (PPGSP/UFSC) – Membro.

Prof. Dr. Jéferson Silveira Dantas (CED/UFSC) – Membro.

Prof. Dr. Valcionir Corrêa (LASTRO/UFSC) – Membro.

Profa. Dra. Maria Soledad Etcheverry (PPGSP/UFSC) – Suplente.

FLORIANÓPOLIS – JULHO/2013

A autoria deste trabalho dilui-se em cada ação, palavra ou sentimento dos homens e mulheres deste tempo – e daqueles cuja consciência me foi rememorada pela história – que iluminaram ou obscureceram o caminho tortuoso das perguntas que levaram à configuração final desta pesquisa.

A nós.

RESUMO

A dissertação analisa a instituição da economia de mercado no Vale do Itajaí e seus efeitos sobre os meios locais de subsistência, a apropriação produtiva e o desenvolvimento estatal a partir do século XIX. Partimos da teoria de Karl Marx sobre a colonização e da metodologia de análise institucional dos mercados proposta por Karl Polanyi, destacando também as interpretações de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. sobre o sentido histórico do desenvolvimento brasileiro, além de tomar como fonte de análise a crítica materialista-histórica conduzida com base nas obras de E. P. Thompson e Ellen Wood. As fontes são predominantemente bibliográficas, partindo-se da apropriação crítica de algumas obras relevantes em torno do tema da formação econômica e política da cidade de Blumenau desde sua origem colonial, com destaque para as publicações de Klaus Richter. A pesquisa releva os determinantes da integração da região do Vale do Itajaí na economia brasileira relacionados a expansão da economia mundial característica do século XIX e início do XX, demonstrando como as relações comerciais e políticas do período estavam voltadas à construção de instituições públicas capazes de constituir disposições jurídicas e políticas para a realização de transações que alimentavam o processo de dependência da economia local a investimentos externos e recursos públicos federais como meio de fomento à infraestrutura voltada ao comércio de importação e exportação, uma dupla articulação dependente sustentada pela exploração sistemática da força de trabalho dos migrantes nacionais e estrangeiros que formaram a população brasileira da região.

Palavras-chave: Colonização, mercado, política.

ABSTRACT

The dissertation examines the institution of the market economy in the Itajaí Valley and its effects on local livelihoods, empowerment and productive state development from the nineteenth century. Our research is based upon Marx's theory of colonization and methodology, the institutional analysis of markets proposed by Karl Polanyi, the interpretations of Florestan Fernandes and Caio Prado Jr. on the historical sense of Brazilian development and historical-materialist critique contribution by the work of E. P. Thompson and Ellen M. Wood. The main sources are predominantly bibliographic, conveying critical appropriation of some relevant works on the theme of education and economic policy of the city of Blumenau since its colonial origin and highlighting Klaus Richter's publications. The integration of the Itajaí Valley to the whole Brazilian economy seems to be related to the process of the characteristic global economic expansion of the nineteenth and early twentieth centuries. Such process might reveal how the commercial and political relations of the period were aimed at building public institutions able to provide legal provisions and policies for conducting privately negotiated transactions that fueled the process of dependence of the local economy as it was tied to foreign funds and federal resources as a means of fostering infrastructure dedicated to the import and export trade. The centralization of economic and political power in the hands of business groups which promoted and ran this double dependent articulation and led to the imposition of a local economy highly linked to the systematic exploitation of labor migrants and foreign nationals that formed the Brazilian population in the region.

Key words: Colonization, market, policy.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
1. FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIOLÓGICOS PARA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA NO VALE DO ITAJAÍ.....	16
1.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA, MERCADO E LIBERALISMO.....	16
1.2 FAZENDA E MERCADO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL	28
1.3 FORÇA DE TRABALHO E MERCADO NA COLONIZAÇÃO DE BLUMENAU/SC.....	37
1.4 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO	50
1.5 TERRA E LEI.....	58
2. BLUMENAU – ACUMULAÇÕES ORIGINÁRIAS	74
2.1 PERÍODO IMPERIAL – O VALE DO ITAJAÍ ENTRE O MERCADO NACIONAL E O <i>LOBBY</i> HANSEÁTICO	74
2.2 TRANSIÇÃO REPUBLICANA – ESTADO LIBERAL, EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL E COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA	93
2.3 CONSOLIDAÇÃO REPUBLICANA – PERÍODO FÉRREO, DIFERENCIAÇÃO PRODUTIVA, FINANCEIRIZAÇÃO	126
CONSIDERAÇÕES FINAIS	148
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	154

INTRODUÇÃO

Num processo singular como a construção de uma dissertação de mestrado, o fluxo de experiências da vida do pesquisador tende a delimitar o conjunto de problemas que emergirão como perguntas relevantes em sua trajetória. O confronto entre a construção do caminho teórico e metodológico – o aprendizado mesmo de ser pesquisador – e a vivência cotidiana na realidade ordinária da existência social, fizeram com que minha condição de migrante interno que habita as terras de Blumenau relevasse a necessidade do entendimento dos determinantes histórico-sociológicos da existência atual dos trabalhadores desta cidade.

Venho do planalto norte do estado, cheguei a Blumenau na condição de migrante interno, assim como grande parte dos que hoje habitam este Vale do Itajaí. Vivi o cotidiano da cidade desde a condição de estudante e de trabalhador, além de conhecer também o teatro e a arte de ator. Das experiências concretas de cada um dos espaços em que passava, percebi que havia divergências entre aquilo que se defendia como a cultura típica do blumenauense e as reais condições de vida dos diferentes grupos que materializavam a cultura local. A defesa insistente da cultura germânica como base para a gênese de uma cultura local singular, alicerçada nos padrões europeus, passou a ser objeto de questionamento sobre o que, e, sobretudo, a quem, estes pressupostos culturais monolíticos interessavam.

Na condição de bancário durante sete anos na cidade de Blumenau, vivenciei o contato direto dos trabalhadores com o setor financeiro, incluindo minha própria condição de funcionário público, atuando também como delegado sindical de base, condição que me aproximou significativamente das relações que envolvem o movimento sindical contemporâneo. Esta trajetória profissional e política evidenciou-me o quanto os imperativos exigidos pela vida contemporânea na cidade tendem a centralizar as relações da vida de seus trabalhadores na busca de um equilíbrio – muitas vezes instável – entre suas realizações pessoais e profissionais e a capacidade financeira de construir e manter tais projetos.

Qual seria o processo econômico que justificaria estas bases culturais? O risco de uma análise institucional dos mercados lembrava-me o termo economicismo: a excessiva centralidade dos padrões econômicos na análise social. No entanto, o que se manifestava na maioria das leituras que efetuei da historiografia local, mesmo que

limitada ao tempo de uma pesquisa de mestrado, foi a constante defesa do progresso e sua determinação por aqueles que aqui se destacaram no âmbito comercial. Ou seja, observa-se uma coincidência entre o desenvolvimento das instituições de mercado e as instituições políticas e culturais da cidade, produzindo um enlace teleológico em que a economia explica a cultura e a cultura explica a economia. Como consequência destas observações críticas, as relações entre o desenvolvimento econômico, político e cultural da cidade de Blumenau emergiram como objeto complexo, cujo primeiro resultado materializa-se nesta dissertação.

O objetivo da presente investigação está dado pela busca dos determinantes relativos ao processo de instituição dos meios de apropriação voltados ao mercado desenvolvidos no Vale do Itajaí desde o início do século XIX, até o processo de diferenciação econômica e financeirização do início do século XX. O sentido comercial da colonização brasileira, que possibilitou a formação de instituições econômicas voltadas ao mercado exterior, será nosso fio condutor na busca das relações de agenciamento entre os grupos políticos e econômicos que atuaram para a institucionalização dos meios de acumulação originários do capitalismo no Vale do Itajaí.

Na condição de estudo preliminar com características hermenêuticas, suas fontes são predominantemente bibliográficas, partindo de apropriação crítica de algumas obras relevantes em torno do tema da formação econômica e política da cidade de Blumenau, desde sua origem colonial no século XIX. Pretendemos deslocar o debate da construção econômica local, de uma suposta base institucional autônoma explicada por recursos culturais próprios, para uma visão integradora que possui nos processos instituídos de produção e gestão local sua visibilidade mais abrangente.

Em detrimento de um pequeno grupo inicial de empreiteiros comerciais – favorecidos pelo acesso a investimentos externos, da Coroa Brasileira ou do comércio alemão, tornar-se-iam dominantes dos modos de apropriação do território –, a força de trabalho seria, desde seu início, constituída por diferentes grupos culturais engajados nas novas relações de produção através da migração. Os imigrantes pobres encontrariam na colônia e posterior município de Blumenau, além dos indígenas Xokleng – levados à condição de antagonistas pelo domínio do território –, o afluxo de migração interna oriunda dos movimentos das populações luso-brasileiras, açorianas e africanas atraídas para a região desde o século XIX em virtude da ocupação inicial da foz do rio Itajaí. A força de trabalho que engendrou o domínio comercial dos agentes de origem

germânica foi, desde seu início, diversa em sua composição étnica. Mas o domínio dos comerciantes alemães sobre a colonização operada a partir da colônia Blumenau, aliada ao contexto histórico-político de legitimidade da dominação branca no contexto nacional, levaria à exclusão política tanto do negro e do indígena, quanto do próprio brasileiro pobre de origem migrante, na construção da história oficial do Vale.

A colônia Blumenau nasce como projeto que tem sua origem no capital mercantilista alemão, a realidade de sua existência gestou uma sociedade dependente, duplamente articulada entre os interesses políticos brasileiros e estrangeiros. A análise da instituição de tais relações pode expor os limites da autonomia econômica colonial face às demais instituições externas, e elucidar as características da acumulação responsáveis pela singularidade produtiva da região de Blumenau no contexto histórico catarinense.

A pesquisa está organizada em dois capítulos que compõem um quadro unificado em torno do problema, mas apresentados separadamente de acordo com os caminhos percorridos pela investigação. O primeiro capítulo: *Fundamentos histórico-sociológicos para análise institucional da acumulação capitalista no Vale do Itajaí*, reúne cinco sessões que apresentam os fundamentos analíticos sobre a instituição da economia de mercado no Vale do Itajaí, bem como seus efeitos sobre os meios locais de subsistência, apropriação produtiva e gestão pública.

A primeira sessão, *Acumulação originária, mercado e liberalismo*, parte do conceito de acumulação originária ou primitiva postulada por Marx em *O Capital* e nos *Grundrisse*, investigando o processo de inserção do Vale do Itajaí à economia mercantilista do século XIX desde sua relação com o comércio alemão. À análise econômica e política de Marx, incorporamos a obra de E. P. Thompson e Ellen Meiksins Wood, com o objetivo de verificar o desenvolvimento das relações de classe a partir da transferência do poder político à propriedade privada, dominação das instituições estatais pelas classes apropriadoras e consequente expropriação do produtor direto. Para compreender este processo de acumulação e sua relação com a formação jurídico-política da região utilizamos a metodologia da Análise Institucional proposta por Karl Polanyi. Desta análise apontamos que no sistema colonial de mercado, os agentes estatais assumiam a organização do intercâmbio e entregavam aos capitalistas a instituição dos meios de apropriação dos recursos, atuando na construção de disposições que permitiram o avanço das transações comerciais sobre o

território colonizado. Para compreendermos a organização desse processo originário de acumulação, precisamos observar tanto a instituição dos meios de apropriação de recursos quanto o desenvolvimento das instituições públicas de gestão.

A segunda sessão, *Fazenda e mercado na colonização do Brasil Meridional*, analisa as condições históricas do início do século XIX que definiram os contornos coloniais da região do Vale do Itajaí e sua vinculação com o Império brasileiro e seus atores econômicos dominantes. Realiza análise do desenvolvimento dos meios de apropriação em paralelo com as instituições que legitimariam os diferentes agentes envolvidos na colonização. O debate é realizado em diálogo com alguns autores brasileiros que pesquisaram o tema, como Florestan Fernandes, Caio Prado Jr. e Oliveira Vianna.

A terceira sessão, *Força de trabalho e mercado na colonização de Blumenau/SC*, realiza a leitura crítica de algumas pesquisas publicadas sobre as origens da colonização da região, com destaque para a obra “Colonização e Indústria no Vale do Itajaí”, de Maria Luiza Renaux-Hering (1987), propondo o debate sobre a dupla articulação dependente responsável pela formação da economia local. Os fundamentos metodológicos residem na obra de Ellen Wood (2003), “A Democracia contra o Capitalismo: a renovação do materialismo histórico”. Ao minimizar os fatores externos ao mercado local em sua análise, Renaux-Hering (1987) observa um suposto desenvolvimento autônomo de instâncias econômicas favorecidas por fatores culturais. Destarte, a presença concreta da segregação racial e o domínio do branco sobre os meios produtivos historicamente construídos no Brasil, levam-nos ao debate político sobre as desigualdades de classe e sua relação sobre a definição das formas jurídicas e econômicas que construíram a inserção dos trabalhadores no contexto produtivo do Vale do Itajaí a partir do século XIX.

A quarta sessão, *Migração e colonização*, examina a expansão dos negócios da emigração no século XIX, sua contribuição no processo de dissolução das instituições feudais europeias e institucionalização da economia de mercado. Focamos no desenvolvimento do Estado Nacional alemão e seus efeitos sobre a colonização do Vale do Itajaí, com base na teoria de Karl Marx sobre a colonização, na análise institucional do mercado proposta por Karl Polanyi, e nas interpretações de Florestan Fernandes e Caio Prado Jr. sobre o sentido histórico do desenvolvimento institucional brasileiro. O direcionamento do fluxo migratório alemão para as terras americanas no século XIX, estaria vinculado à busca de novos mercados externos, organizados segundo

padrões europeus. A análise do período indica que a migração atuava como liberadora das antigas instituições econômicas que prendiam o camponês europeu a terra, libertação esta que só poderia ser instituída após a subsunção do emigrante na transação comercial que envolvia sua viagem além-mar.

A quinta e última sessão do primeiro capítulo, *Terra e Lei*, constitui análise em torno dos fundamentos institucionais da propriedade fundiária no moderno sistema de mercado. Utilizamos o referencial de E. P. Thompson para construir uma análise da instituição da propriedade privada no Vale do Itajaí do século XIX. A propriedade emergiria como resposta às exigências de uma organização produtiva baseada no trabalho livre que se tornara irreversível naquele período do Brasil colonial. Em contraste, analisamos também as mudanças impostas ao modelo de sobrevivência indígena no território. O encontro entre índios e imigrantes no sul do Brasil, documentado na obra de Silvio Coelho dos Santos (1973), evidencia o processo de domínio e legitimidade institucional dos imigrantes em detrimento dos Xokleng na colonização do Vale do Itajaí. Seu avanço a partir de 1850 para o interior do Vale determinaria mudanças irreversíveis nas instituições indígenas originárias. Em conjunto, a sessão apresenta a análise de Polanyi (1957), que trata de forma diferenciada o papel das mercadorias produzidas localmente para subsistência e aquelas voltadas para a expansão comercial, como o caso da madeira no Vale do Itajaí durante os séculos XIX e XX.

O segundo capítulo, *Blumenau – acumulações originárias*, – constitui um exercício da análise institucional proposta por Polanyi (1957) relacionada ao materialismo histórico de E. P. Thompson (2002) e Ellen Wood (2003), para o estudo da formação institucional da economia de mercado de base capitalista no Vale do Itajaí, a partir do início do século XIX até as duas primeiras décadas do século XX. A pesquisa investiga o processo histórico de formação das diferentes esferas de poder institucional que influenciaram a região no período citado, bem como suas bases econômicas. Consideramos o período de 1850 – fundação da colônia Blumenau – até a segunda década do século XX como determinante para a transformação das relações econômicas locais, que evoluíram de um estatuto formal de dominação pelo mercado à sua real subsunção, representada pela financeirização da economia e diferenciação da produção. O capítulo está composto por três sessões que analisam o desenvolvimento institucional da economia do Vale do Itajaí do período imperial à consolidação republicana no início do século XX.

Na primeira sessão, *Período Imperial – O Vale do Itajaí entre o mercado nacional e o lobby hanseático* – examinamos a construção das condições institucionais favoráveis à colonização alemã no Brasil, tarefa eminentemente política do Dr. Hermann Blumenau nas terras da província de Santa Catarina a partir de 1846. Suas viagens à província renderiam as relações necessárias para a aquisição privada de terras. Para o debate em torno destas questões assumimos como referencial bibliográfico e documental principal a obra do historiador Klaus Richter. Ao observarmos os investimentos externos da colonização, encontramos a ação econômica de constituição de meios locais de produção e transporte de mercadorias como indutor primário dos negócios, favorecendo em curto prazo os comerciantes envolvidos na exploração comercial da terra e transferindo a dívida da constituição destes meios para a gestão colonial. A fragilidade das regulações jurídicas e políticas do Império brasileiro, indicada na obra de Caio Prado Jr., permanece fundamental para a compreensão destas questões.

Na segunda sessão, *Transição republicana – Estado liberal, emancipação municipal e colonização estrangeira*, abordamos o período de transição republicana desde a emancipação municipal de Blumenau em 1882, nas condições imperiais, passando pela Proclamação da República em 1889, a Revolução Federalista que se encerraria em 1894, até o final do século XIX. O governo federal agiria como propulsor de investimentos nos centros econômicos do interior do Brasil, utilizando a capacidade de investimento e consumo das economias do Sudeste para envolver o restante do país num sistema minimamente integrado. Paralelamente, iria expandir e fragmentar a capitalização estrangeira para sanar suas dificuldades de equilíbrio financeiro no mercado mundial. No fim desse período, observaremos a aceleração do movimento de urbanização da cidade de Blumenau desde a migração interna oriunda do campo. Esse processo ocorreria em paralelo à continuidade do assentamento de estrangeiros e de teuto-brasileiros no interior da região, num fenômeno que gradativamente formaria as bases para a segregação entre os trabalhadores urbanos – que apesar da designação de urbanos, ainda teriam suas atividades organizadas pelas empresas comerciais – e o setor camponês, que também sofreria os impactos da injeção de capital na colônia a partir da centralização cada vez maior do poder distributivo sobre os comerciantes. A organização do Partido Republicano Catarinense estaria diretamente vinculada aos interesses dos comerciantes catarinenses na organização das esferas de poder estaduais e municipais. A presença de seus representantes facilitou a constituição do modelo liberal de

economia para o estado de Santa Catarina, voltado à integração nacional e amparada pelo governo da Primeira República.

A terceira e última sessão, *Consolidação republicana – período férreo, diferenciação produtiva, financeirização*, retoma a estabilidade política alcançada em 1894 para analisar as transformações decorrentes da abertura ao investimento estrangeiro que resultaria na construção da Estrada de Ferro Santa Catarina na primeira década do século XX. A injeção de novos recursos para o desenvolvimento dos meios de apropriação local, prejudicada pelo cenário de crise crônica da Primeira República, tornaria os recursos externos o único meio possível para renovar a possibilidade de circulação e liquidez das mercadorias produzidas no Vale do Itajaí. A ferrovia construída entre 1907 e 1909 constitui importante fator para a análise da acumulação local: ela alterou radicalmente as condições de transporte dos produtos da região, injetou somas consideráveis de capital para o sistema de apropriação e consolidou a dependência institucional entre a gestão pública e o capital externo. A constituição dos meios locais de produção foi executada pela iniciativa privada enquanto o poder público, em suas três esferas constituídas (municipal, estadual e federal) atuou na instituição dos meios para financiar a capitalização privada a partir da dívida pública. O domínio dos comerciantes sobre a gestão pública e as instituições de crédito criaram as disposições necessárias ao investimento externo, interessava a especulação para ganhos de curto prazo. Aos produtores diretos e trabalhadores assalariados seria reservada uma condição instável, decorrente da mediação comercial de sua produção. O período de construção da ferrovia aparece como extensa reorganização econômica, na qual a aplicação de capital fixo estrangeiro, por força de trabalho imigrante e brasileira, levaria as forças produtivas locais à sujeição real ao mercado, em contraste com a sujeição formal que caracterizara o século XIX, quando a capacidade de produção era limitada pelas precárias instituições de organização e apropriação produtiva da terra e dos recursos. Após a ferrovia, é possível indicar que se concluíra o quadro de constituição das instituições políticas e econômicas que possibilitariam o desenvolvimento industrial de Blumenau nas primeiras décadas do século XX.

1. FUNDAMENTOS HISTÓRICO-SOCIOLOGICOS PARA ANÁLISE INSTITUCIONAL DA ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA NO VALE DO ITAJAÍ

1.1 ACUMULAÇÃO ORIGINÁRIA, MERCADO E LIBERALISMO

... quando está em jogo a questão da propriedade torna-se dever sagrado a defesa intransigente da doutrina infantil do abecedário capitalista, como a única legítima para todas as idades e para todos os estágios de desenvolvimento. [...] Desde o início da humanidade, o direito e o trabalho são os únicos meios de enriquecimento, excetuando-se, naturalmente, o ano corrente. (MARX, 1989, p. 829).

Ao realizar sua crítica da economia política Marx denunciou a utilização da economia como meio para a legitimação da ordem institucional do mercado. Dentre suas preocupações centrais estava a desnaturalização dos conceitos clássicos utilizados pela economia de raiz liberal, expondo sua relação direta com a expropriação dos trabalhadores urbanos e camponeses que se desenvolvia na Europa no mesmo período do século XIX. O ordenamento econômico liberal emergiria como instrumento ideológico de dominação de classe, visando à construção de um arcabouço jurídico e político dirigido pelos proprietários europeus como meio para legitimar socialmente os novos arranjos produtivos decorrentes da transformação das relações de produção em curso durante a Revolução Burguesa.

Essa acumulação primitiva desempenha na economia política um papel análogo ao do pecado original na teologia. Adão mordeu a maçã e, por isso o pecado contaminou a humanidade inteira. Pretende-se explicar a origem da acumulação por meio de uma estória ocorrida em passado distante. Havia outrora, em tempos muito remotos, duas espécies de gente: uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo econômica, e uma população constituída de vadios, trapalhões que gastavam mais do que tinham. A lenda teológica conta-nos que o homem foi condenado a comer o pão com o suor do seu rosto. Mas, a lenda econômica

explica-nos o motivo por que existem pessoas que escapam a esse mandamento divino. (MARX, 1989, p. 829).

Esse processo de acumulação originária ou primitiva, caracteriza-se historicamente pelo rompimento com as instituições feudais na Europa em favor do modelo de mercado. Estas atividades comerciais seriam responsáveis por iniciar a colonização e o povoamento das Américas, tomando por referência, para a constituição econômica das colônias, os mesmos arranjos institucionais do mercado e do Estado Nacional em construção na Europa. Esse caráter normativo, que as instituições econômicas e políticas europeias acabariam por tomar nos países colonizados, traz ao primeiro plano as relações entre o ordenamento institucional liberal, voltado ao mercado, e os meios de organização específicos da acumulação originária nos territórios colonizados.

Os diferentes recursos históricos (evangelização, civilização, o fardo do homem branco, modernização, desenvolvimento, globalização) têm todos como sustento a concepção de que há um padrão civilizatório que é simultaneamente superior e normal. [...] As sociedades ocidentais modernas constituem a imagem de futuro para o resto do mundo, o modo de vida ao qual se chegaria naturalmente não fosse por sua composição racial inadequada, sua cultura arcaica ou tradicional, seus preconceitos mágico-religiosos ou, mais recentemente, pelo populismo e por Estados excessivamente intervencionistas, que não respondem à liberdade espontânea do mercado. (LANDER, 2005 p. 14).

Ao tomar o progresso do mercado como base para a organização civilizatória, as concepções modernas da economia compreendem a evolução histórica como determinada pelo avanço destas instituições. O progresso faria com que qualquer dificuldade presente fosse considerada apenas como um passo a mais a ser dado em direção ao futuro, e a lentidão dessa caminhada nas terras coloniais encontraria uma variada gama de explicações singularizadas por cada campo de pesquisa da ciência moderna. “Já não são unicamente o capital e o trabalho *per se* que estão em jogo, mas a reprodução do código. A realidade transforma-se, para tomar emprestada a expressão de Baudrillard, no espelho da produção” (ESCOBAR *apud* LANDER, 2005, p. 18).

Sob esse aspecto, a característica ímpar do desenvolvimento ocidental é ser ele marcado pelas primeiras e mais completas transferências de poder político para a propriedade privada e, portanto, também a mais completa, generalizada e direta subserviência da produção às exigências de uma classe apropriadora. (WOOD, 2003, p. 41).

A transferência do poder político à propriedade privada foi acompanhada historicamente pela mudança na compreensão dos determinantes característicos do papel do trabalho no contexto do mercado, das relações de apropriação para o campo da racionalidade do indivíduo econômico¹. Algumas teorias modernas da economia buscaram a origem deste apropriador em caracteres culturais que explicariam a emanação do sistema capitalista a partir da iniciativa de um grupo específico de homens. Um exemplo desta tese pode ser observado na teoria econômica de Max Weber, que influenciou longamente as posteriores pesquisas acerca das origens do capitalismo.

A explicação mais famosa se relaciona com a “ética protestante”, as diversas formas pelas quais o crescimento do capitalismo europeu foi estimulado pela Reforma e pelo incentivo que ela deu à ética do trabalho e da racionalidade econômica. [...] O surgimento do protestantismo num contexto urbano distinto facilitou a união da racionalidade econômica com a “ética do trabalho”, que ia contra as concepções tradicionais de trabalho como maldição, em vez de como virtude e obrigação moral. E dessa união nasceu o capitalismo. (WOOD, 2003, p. 136).

Ao deslocar o trabalho de suas relações de produção e inseri-lo como uma qualidade do apropriador, Weber permite a exclusão da análise das contradições históricas que permearam a constituição do modo de produção em defesa de uma perspectiva centrada nos interesses dos agentes individuais, caracterizados como virtuosos por sua ação decisiva sobre o progresso econômico do capitalismo.

A ideia de Weber do que seja a ética do trabalho é

1. A economia moderna exigia uma profunda transformação dos corpos, dos indivíduos e das formas sociais. Como produto desse regime de normatização criou-se o homem econômico. (ESCOBAR in LANDER, 2005, p. 12).

exemplo do hábito conceitual que marcou o discurso econômico nas sociedades capitalistas ocidentais e serviu como pedra fundamental da justificação ideológica do capitalismo: a fusão do trabalho com a empresa capitalista. No discurso convencional da economia moderna, por exemplo, são os capitalistas, e não os trabalhadores, quem produzem. (WOOD, 2003, p. 137).

A questão torna-se mais complexa ao admitirmos que as categorias econômicas liberais agiram de forma substantiva na composição das instituições de intercâmbio e administração coloniais do Brasil do século XIX². A consolidação da moderna teoria liberal foi acompanhada da real liberalização da economia em nível mundial³, fato este que impõe à análise da formação social colonial o constante tensionamento entre as normativas de uma economia em implementação – que teria o predomínio sobre as instituições jurídicas e políticas em formação – e o modo singular de organização produtiva de cada centro colonial e suas características próprias de ocupação, que só podem ser analisadas historicamente. Nesse contexto de mediação entre o capital e as instituições modernas, o desenvolvimento das formas estatais adquire relevância fundamental para a compreensão do desenvolvimento do modos de apropriação dos recursos coloniais.

A coação política direta foi excluída do processo de extração de excedentes e removida para um Estado que em geral intervém apenas indiretamente nas relações de produção, e a extração de excedentes deixa de ser uma coação política imediata. [...] Como sempre, dispor do trabalho excedente continua a ser a questão central do conflito de classes; mas agora essa questão não se distingue da organização de produção. [...] Durante a maior parte do período histórico, as questões centrais relativas à luta de

2. A modernização, que no contexto da emancipação política apenas disfarçava e matizava os novos laços de dependência colonial, aos poucos iria adquirir o significado e as proporções de um amplo processo de transplantação de gente, de técnicas ou instituições sociais e de ideais de vida da Europa para o meio brasileiro. (FERNANDES, 1972, p. 12).

3. Sem qualquer maturação interna prévia, as instituições econômicas inerentes ao capitalismo comercial são absorvidas *ex abrupto*, de modo desordenado, mas sob condições de relativo otimismo e certa intensidade, constituindo-se assim um setor econômico *novo* e *moderno*, montado e dirigido, diretamente ou à distância, por interesses e organizações estrangeiros. (FERNANDES, 1972, p. 11).

classes giraram em torno da extração e da apropriação de excedentes, e não da produção. (WOOD, 2003, p. 46-47).

A organização econômica dirigida ao mercado, baseada na apropriação dos recursos coloniais, caracterizou o movimento primário da acumulação brasileira⁴. A obtenção de capital via extração primária e produção agrícola monopolista foi a prioridade da maioria dos projetos de colonização estrangeira no século XIX. A compreensão das relações de classe – que iriam operar a separação entre apropriadores e trabalhadores neste contexto – deve considerar estes determinantes como chaves para a formação jurídico-política do território.

Essa estrutura conceitual não se aplica ao entendimento da organização econômica – a produção, a apropriação e a distribuição de bens materiais – de qualquer sociedade (e isso inclui todas as sociedades pré-capitalistas) em que a propriedade politicamente constituída, ou a apropriação por meios extra-econômicos pelo uso da coerção política ou militar direta, tem papel dominante, no qual as relações entre apropriadores e produtores diretos são jurídica e politicamente definidas – ou seja, onde a vida material é organizada de formas não-econômicas (no sentido amplo, não capitalista). (WOOD, 2003, p. 152)

O processo definido por Marx (2010) como acumulação originária, procura responder a questões relativas ao desenvolvimento do mercado a partir do rompimento com os modos de produção anteriormente existentes em cada contexto produtivo. No sistema colonial, os agentes estatais assumem a organização do intercâmbio e entregam aos comerciantes a instituição dos meios de apropriação dos recursos, atuando em conjunto na construção de disposições que permitiam o avanço das transações comerciais sobre o território. Para compreendermos esse processo originário de acumulação necessitamos observar tanto a constituição dos meios de apropriação de recursos

4. Em substância, nas suas linhas gerais e caracteres fundamentais de sua organização econômica, o Brasil continuava, três séculos depois do início da colonização, aquela mesma colônia visceralmente ligada (já não falo da sua subordinação política e administrativa), à economia da Europa; simples fornecedora de mercadorias para o seu comércio. Empresa de colonos brancos acionada pelo braço de raças estranhas, dominadas mas ainda não fundidas na sociedade colonial. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 119-120).

quanto o desenvolvimento das instituições públicas, movidas provavelmente pelos mesmos agentes: a classe comercial.

Com o intuito de elaborar uma compreensão crítica desse processo originário de acumulação e sua relação com as instituições políticas coloniais que forjaram a cidade de Blumenau no século XIX, encontramos a metodologia de Karl Polanyi (1957). Definida como análise institucional, ela nos fornece ferramentas para penetrar o labirinto das relações sociais instituídas pelas relações econômicas.

Em referência às atividades humanas, o termo economia possui dois sentidos com raízes independentes. Vamos chamá-los o sentido substantivo e o sentido formal. O significado substantivo da economia deriva da dependência do homem sobre a natureza para manutenção de sua vida e de seus companheiros. [...] O sentido formal da economia deriva de caráter lógico da relação meios-fins, como aparente em palavras como "econômico" ou "economizar". [...] Se chamarmos as regras que regem a escolha dos meios a lógica da ação racional, então podemos denotar esta variante da lógica, improvisadamente, como economia formal.⁵

O sentido substantivo da economia deriva da interdependência dos homens para sua sobrevivência, refere-se à relação de troca com o meio natural e social de desenvolvimento. Já o sentido formal deriva do caráter lógico da relação entre meios e fins, o arcabouço normativo que possibilita disposições e transações. Esta separação conceitual nos permite a análise em torno da colonização compreendendo desde seu sentido substantivo – o processo econômico originário da acumulação – e formal – institucionalização das formas jurídicas e políticas orientadoras do projeto colonial. A chave para esta interpretação pode ser localizada na relação entre os aspectos substantivos e formais que caracterizam a institucionalização da economia de mercado.

5. In referring to human activities the term economic is a compound of two meanings that have independent roots. We will call them the substantive and the formal meaning. The substantive meaning of economic derives from man's dependence for his living upon nature and his fellows. [...] The formal meaning of economic derives from the logical character of the means-ends relationship, as apparent in such words as "economical" or "economizing". [...] If we call the rules governing choice of means the logic of rational action, then we may denote this variant of logic, with an improvised term, as formal economics. (POLANYI in POLANYI, ARENSBERG, PEARSON, 1957, p. 243).

Esta forma de economia consistiu em um sistema de tomada de preços no mercado. Uma vez que os atos de permuta, tal como eram praticados sob tal sistema, envolviam os participantes em escolhas induzidas pela insuficiência de meios, o sistema pode ser reduzido a um padrão que se prestou à aplicação de métodos com base no significado formal de "economia" [...] enquanto a economia for controlada por tal sistema, os sentidos formais e substantivos, na prática, são coincidentes.⁶

Segundo Polanyi (1957), a fonte do sentido substantivo é a economia empírica. Ela pode ser definida como o processo instituído de interação entre o homem e seu ambiente, que resulta em contínua produção de meios para satisfação de necessidades materiais⁷. Na análise da economia de mercado, a organização dos meios produtivos institui dois processos: os movimentos localizados de organização da produção e subsistência e os de apropriação, constituintes de riqueza social através da exploração dos recursos do território. Os movimentos localizados incluem a organização da produção e do transporte; já a apropriação refere-se ao que usualmente define-se como circulação e administração de bens, alterando sua condição social – transformação dos meios de produção em mercadorias. No primeiro caso refere-se a transações, o segundo a disposições. Uma transação é um movimento de apropriação entre duas mãos; a disposição é uma das mãos que atua, pelo costume ou pela lei⁸, para que efeitos definidos de apropriação sejam gerados⁹.

6. This form of the economy consisted in a system of price-making markets. Since acts of exchange, as practiced under such a system, involve the participants in choices induced by an insufficiency of means, the system could be reduced to a pattern that lent itself to the application of methods based on the formal meaning of "economic" [...] As long as the economy was controlled by such a system, the formal and the substantive meanings would in practice coincide. (Idem, p. 244).

7. The fount of the substantive concept is the empirical economy. It can briefly (if not engagingly) defined as an instituted process of interaction between man and his environment, which results in a continuous supply of want satisfying material means. (Ibidem, p. 248).

8. O costume orienta as disposições de acordo com as relações econômicas historicamente instituídas em cada mercado, a manutenção de um costume corresponde à conservação de um modelo de produção e consumo. A lei constrói as disposições de forma a obter a legitimidade requerida pelo modelo de desenvolvimento institucional orientador do mercado.

9. Locational movements include production, alongside of transportation, to which the spatial shifting of objects is equally essential. [...] The appropriative movement governs both what is usually referred to as the circulation of goods and their administration. In the first case, the

No contexto do século XIX, segundo Polanyi (1957), é possível observar que corporações privadas estavam associadas às transações enquanto os agentes públicos estavam usualmente creditados com as disposições¹⁰. No caso da economia de Blumenau, observamos que as disposições para o estabelecimento colonial foram conduzidas pelo governo do Império – e posteriormente pela República –, enquanto as empresas comerciais e as companhias de capital estrangeiro figuram como agentes das transações que instituiriam os movimentos de apropriação.

O projeto colonizador do jovem Hermann Blumenau, contudo, também pode ser considerado o germen da criação de um centro indutor local de disposições comerciais que tornar-se-ia relativamente autônomo ao fim do século XIX, agindo ativamente na construção de disposições para atração de investimentos da república brasileira e do comércio alemão. Essa autonomia relativa é originária do controle comercial dos meios viáveis de acumulação no território, assim como suas instituições administrativas e de transporte por um grupo estável e oligarquicamente estabelecido de comerciantes. As instituições políticas de administração da ex-colônia foram instituídas desde dupla articulação dependente: em relação ao centro dos movimentos localizados de troca no Brasil – Rio de Janeiro e São Paulo – e às transações comerciais externas. Nesse espaço intermediário de atuação econômica, situamos as instituições jurídico-políticas que deram forma à cidade de Blumenau no fim do século XIX.

O estudo empírico de instituição da economia deve começar pelo caminho em que ela adquire unidade e estabilidade, interdependência e recorrência de suas partes. [...] Superficialmente pode parecer que as formas de integração meramente refletem agregados das respectivas formas de comportamento individual. [...] Se assim fosse, os nossos padrões de integração seriam de fato não mais do que simples agregados de formas correspondentes de comportamento

appropriative movement results from transactions, in the second case, from dispositions. Accordingly, a transaction is an appropriative movement as between hands; a disposition is a one-sided act of hand, to which by force of custom or of law definite appropriative effects are attached. (Ibidem, p. 248).

10. It should be noted, however, that in the nineteenth century private hands were commonly associated with transactions, while public hands were usually credited with dispositions. (Ibidem, p. 248.)

individual. Para ter certeza, nós insistimos que o efeito integrador foi condicionado pela presença de arranjos institucionais definidos¹¹.

Esse painel integrativo propõe uma visão relacional e histórica aos efeitos do sistema de mercado em relação a cada espaço localizado de apropriação. O mercado age como elemento que unifica estas unidades em torno de um sistema ampliado. Sua ação referencia a institucionalização local da apropriação, produção e troca e constitui a chave para a compreensão das relações de produção e seus efeitos na rede de sociabilidade dela decorrente.

Ainda de acordo com Polanyi (1957), o mercado é a instituição mediadora em que comércio e dinheiro atuam como funções. Como sistema de troca, comércio, dinheiro e mercado formam uma totalidade indivisível, tendo o mercado como referência conceitual comum¹². Particularmente em relação ao século XIX, com o crescimento expressivo das redes de comércio exterior, a ênfase na “aquisição de bens de origem distante” fizeram com que os interesses exportadores crescessem acentuadamente¹³. Para compreender as possibilidades institucionais de desenvolvimento colonial naquele período, é necessário, portanto, verificar o vínculo de cada nicho econômico colonial com o mercado exterior que o inscreve de forma mais marcante no seio do mercado mundial.

Os movimentos localizados de constituição de disposições determinavam o que poderia ser produzido e quais recursos externos seriam buscados. A construção e a manutenção da colônia dependiam de condições internas instituídas de forma localizada. A principal delas foi a produção de alimentos para subsistência encetou uma cadeia produtiva

11. A study of how empirical economies are instituted should start from the way which the economy acquires unity and stability, that is the interdependence and recurrence of its parts. [...] Superficially it might seem as if the forms of integration merely reflected aggregates of the respective forms of individual behaviour. [...] If this were so, our patterns of integration would be indeed no more than simple aggregates of corresponding form of behavior on the personal level. To be sure, we insisted that the integrative effect was conditioned by the presence of definite institutional arrangements. (Ibidem, p. 250-251).

12. The market is the generating institution of which trade and money are the functions. [...] trade, money and market form an indivisible whole. Their common conceptual framework is the market. (Ibidem, p. 257).

13. Emphasis on "acquisition of goods from a distance" as constitutive element in trade should bring out the dominant role played by the import interest in the early history of trade. In the nineteenth century export interests loomed large – a typically catalectic phenomenon. (Ibidem, p. 258).

local cujo objetivo era a estabilidade e viabilidade do sistema econômico expropriador para o comércio. A gradual tomada da produção agropecuária pelo mercado a partir do investimento na produção de mercadorias voltadas à economia nacional – como a manteiga – já formam parte de um segundo movimento de expansão do capital comercial, que recorreu a novos produtos para viabilizar as atividades de importação e exportação após a abertura de disposições representadas pela ferrovia no início do século XX.

Segundo Polanyi (1957), a especificidade do comércio é a junção da necessidade de importar alguns bens e exportar outros, mas, sob condições de ausência de mercado, importações e exportações tendem a seguir diferentes regimes¹⁴. O que observamos durante o século XIX como mercado local para os produtos da colônia Blumenau deve ser compreendido como núcleos urbanos regionais que absorveram os produtos distribuídos via cabotagem pelas companhias de navegação que comerciavam com a colônia a partir do porto de Itajaí, em especial o estado do Rio de Janeiro, para onde se destinava a maioria da madeira extraída da colônia. Nestas condições, destarte a presença inicial dos movimentos localizados de construção da subsistência, não podemos identificar a presença de um mercado local sem considerar o escoamento dos produtos comercializados com o restante do país.

Ao observarmos o desenvolvimento de Blumenau nesse prisma, torna-se evidente que o papel central ocupado pela gestão colonial nos movimentos de apropriação centralizava-se na construção de vias de transporte para o escoamento dos produtos que chegavam e saíam de seu porto fluvial. Neste ponto, torna-se premente a compreensão do conceito de distribuição para a perspectiva econômica da análise institucional.

"Distribuição", em particular, tende a ser usada de duas formas muito diferentes, uma referente aos movimentos localizados, como o transporte, outra, aos movimentos de apropriação, tal como no comércio varejista. Do ponto de vista da economia substantiva, "distribuição" consiste apenas de movimentos de apropriação. Movimentos localizados, por outro lado, incluem tanto o transporte quanto o que é normalmente entendido por "produção", a diferença entre os dois está principalmente no quadro espacial de referência

14. The specificity of trade is enhanced in the natural course of things by the necessity of acquiring the imported goods with exported ones. For under nonmarket conditions imports and exports tend to fall under different regimes. (Ibidem, p. 261).

em que as operações são realizadas.¹⁵

No caso da colonização de Blumenau, observaremos a função mediadora dos movimentos de troca locais atribuída aos comerciantes, que, neste sistema, respondiam pela centralização dos recursos monetários da comunidade. Nesse movimento de apropriação local, eles detinham a possibilidade da compra do produto primário a preço baixo e a contratação de força de trabalho para transformá-lo em mercadoria. No caso da madeira, por exemplo, o trabalho empregado para a extração e preparação para a venda retornava ao colono como pagamento por força de trabalho e o valor bruto da madeira era pago ao proprietário da terra a preço mediado pelo mercado.

A obrigação do produtor direto de abrir mão do excedente é pré-condição de acesso aos meios de produção, aos meios de manutenção da própria vida. O que obriga os produtores diretos a produzir mais do que vão consumir e a transferir o excedente para outra pessoa é a necessidade “econômica” que torna sua própria subsistência inseparável dessa transferência de mais-valia. (WOOD, 2003, p. 100).

A venda da madeira para o mercado externo à colônia transformava em dinheiro a mercadoria primária, mas em seu retorno à economia local, o movimento de apropriação resultava em capital apenas para o comerciante. O trabalhador necessitava obter sua subsistência pela importação de certas mercadorias e permanecia preso à terra em função de sua dívida. O acesso a estes bens materiais constituía o mecanismo primário da eficiência do comércio nas terras coloniais, posto que o princípio da escassez será sempre redefinido pela possibilidade de novos meios. Nesse sentido, a produção de madeira além das necessidades locais, por exemplo, não constituía um meio de produção de excedente econômico “além das necessidades” vendido para obtenção de poupança, mas correspondia a um setor econômico já originariamente vinculado à exploração comercial externa.

15. Distribution" in particular, tends to be used in two quite different ways, one referring to locational movements, as in transporting, the other, to appropriational movements, as in retailing. From the substantive economic standpoint, "distribution" consists only of appropriational movements. Locational movements, on the other hand, include both transporting and what is usually understood by "production", the difference between the two mainly a difference in the scale of the spatial frame of reference in which the locational operations are carried out. (PEARSON in POLANYI, ARENSBERG, PEARSON. 1957, p. 326).

A noção de classe como “processo estruturado”, por sua vez, reconhece que, apesar de a base estrutural da formação de classe ser encontrada nas relações antagonistas de produção, as formas particulares em que realmente operam as pressões estruturais exercidas por essas relações na formação de classes é ainda uma questão aberta a ser resolvida empiricamente pela análise histórica e sociológica. (WOOD, 2003, p. 91).

Enquanto a pequena propriedade referenciava o modelo de construção da subsistência, como a produção de alimentos, os denominados excedentes, que originariam os produtos realmente importantes para o fluxo comercial, estavam vinculados à produção das fazendas comerciais oriundas do sistema desigual de distribuição de terra. Ser um pequeno proprietário ou não ter propriedade significava ausência de autonomia dada a baixa produtividade do lote e a necessária venda de força de trabalho para as empresas comerciais dos maiores proprietários voltados à extração de madeira ou, nas obras de infraestrutura financiadas pelo Estado brasileiro ou pelo investimento estrangeiro.

Desde tais apreensões histórico-sociológicas investigamos o desenvolvimento das relações políticas e econômicas que permitiram a instituição da cidade de Blumenau como importante centro econômico do Vale do Itajaí no início do século XX, alcançando autonomia institucional local e influência política nas três esferas de poder público do país: municipal, estadual e federal. A transformação do poder econômico do comércio em poder político, operado desde as instituições estatais, caracteriza o desenvolvimento institucional da economia local.

1.2 FAZENDA E MERCADO NA COLONIZAÇÃO DO BRASIL MERIDIONAL

No seu conjunto, e vista no plano mundial e internacional, a colonização nos trópicos toma o aspecto de uma vasta empresa comercial, mais completa que a antiga feitoria, mas sempre com o mesmo caráter que ela, destinada a explorar os recursos naturais de um território virgem em proveito do comércio europeu. É este o verdadeiro sentido da colonização tropical, de que o Brasil é uma das resultantes; e ele explicará os elementos fundamentais, tanto no econômico como no social, da formação e evolução histórica dos trópicos americanos. (PRADO JUNIOR, 1961, p. 31).

Com o intuito de determinar as características locais da produção que seriam objeto de transformação pela ação colonizadora na região do Vale do Itajaí em meados do século XIX, quando da introdução da colônia Blumenau, utilizamos o método de análise institucional proposto por Polanyi (1957). Seguindo esse método, antes de lançarmos o olhar sobre as instituições fundadas a partir da migração alemã iniciada naquele século, é necessário vislumbrarmos as condições históricas pregressas que definiram os contornos da região do Vale do Itajaí, desde sua vinculação com os interesses do Império brasileiro e seus atores econômicos dominantes: os fazendeiros comerciais. Nossa preocupação está centrada nos fatores políticos e econômicos que viabilizaram a abertura daquelas terras para o povoamento via migração interna e externa. A economia possui centralidade como indutora da análise dos processos de produção desde uma perspectiva substantiva: nas possibilidades institucionais que delimitaram as ações dos agentes individuais em cada contexto de relação social de produção.

O “marxismo político” reconhece a especificidade da produção material e das relações de produção; mas insiste que “base” e “superestrutura”, ou os “níveis” de uma formação social, não podem ser vistos como compartimentos ou esferas “regionalmente” separadas. Por mais que se enfatize a interação entre “fatores”, essas práticas teóricas são enganosas porque obscurecem não

apenas os processos históricos pelos quais os modos de produção são constituídos, mas também a definição estrutural de sistemas produtivos como fenômenos sociais vivos. (WOOD, 2003 p. 32).

A necessidade de organização da economia local, para se adequar aos critérios externos do mercado, iria impor o modelo liberal de organização como meio para a instituição do modelo capitalista de produção na colônia. Essa característica impõe a necessidade de uma análise concreta das relações de poder que legitimaram a constituição dos meios locais de apropriação desde seus referenciais em relação ao contexto europeu do período.

O debate em torno do desenvolvimento das formas estatais que influenciaram o desenvolvimento local nos fornece a chave para esta interpretação.

A propriedade privada absoluta, a relação contratual que prende o produtor ao apropriador, o processo de troca de mercadorias exigem formas legais, aparato de coação e as funções policiais do Estado. Historicamente, o Estado tem sido essencial para o processo de expropriação que está na base do capitalismo. Em todos esses sentidos, apesar de sua diferenciação, a esfera econômica se apoia firmemente na política. (WOOD, 2003, p. 35).

Ao compreendermos a indistinção entre as esferas política e econômica para o desenvolvimento institucional da economia de mercado do século XIX, necessitamos analisar o desenvolvimento dos meios de apropriação em paralelo com as instituições públicas e privadas que influenciaram os diferentes agentes envolvidos na colonização, unificando-os em torno da mesma matriz produtiva e delineando distintos papéis a apropriadores e produtores diretos.

A característica especial do capitalismo é o fato de que a apropriação de excedentes e a relação entre produtores diretos e apropriadores de sua mais-valia não assumem a forma de dominação política direta nem de servidão legal; e a autoridade que enfrenta a massa de produtores diretos aparece apenas como “personificação das condições de trabalho diante do trabalho e não, como em formas anteriores de produção, como dominadores políticos ou teocráticos”¹⁶. (WOOD, 2003, p. 38-39).

Ao observarmos o conjunto das análises histórico-econômicas relacionadas à constituição da economia colonial brasileira, encontraremos propostas institucionais do desenvolvimento que tratam de modo distinto a organização econômica e política do território, explicando a desigualdade econômica a partir de interpretações de caráter político, assentados principalmente em considerações relativas à desigualdade racial dos elementos componentes da população brasileira em desenvolvimento. O sustentáculo destes modelos interpretativos parte das instituições europeias como autênticas catalisadoras do progresso capitalista sobre as nações coloniais. A “raça” branca estaria em vantagem devido ao seu papel fundacional sobre as instituições modernas de caráter capitalista, sendo os povos colonizados obrigados a apreender o sentido de suas instituições como meio para atingir alguma legitimidade.

É esse o procedimento adotado, por exemplo, por Oliveira Vianna (2005) em sua obra “Populações Meridionais do Brasil”, que ao analisar o processo de consolidação do poder político dos fazendeiros luso-brasileiros durante a colonização portuguesa do Brasil, tomando como momento-chave o Segundo Reinado – a partir da década de 30 do século XIX – o autor identifica dois grupos importantes para a consolidação do Império brasileiro. O primeiro destes grupos estava composto por fazendeiros de origem preponderantemente branca, e o segundo, composto pelos grupos que sustentavam o trabalho necessário ao modelo de exploração colonial assentado no latifúndio: escravos, índios e caboclos; o segundo grupo seria incorporado em sua análise como composto por cidadãos de segunda classe, incapazes de um

16. O texto entre aspas constitui citação direta efetuada por WOOD do livro *O Capital*, v. III de MARX.

agenciamento político relevante que lhe outorgasse papel significativo na concepção política da nação brasileira. Numa prática teórica que parte de um autoritarismo doutrinário, o reconhecimento do poder do apropriador é explicado pela sua condição étnica, o que transfere para a esfera cultural as razões de sua dominação econômica. Um campo econômico autônomo circunscreveria assim uma formação social autônoma, com relações internas próprias que explicariam suas desigualdades distributivas.

Toda a evolução histórica da nossa mentalidade coletiva outra coisa não tem sido, com efeito, senão um contínuo afeiçoamento, por meio de processos conhecidos de lógica social, dos elementos etnicamente bárbaros da massa popular à moral ariana, à mentalidade ariana, isto é, ao espírito e ao caráter da raça branca. [...] Essa função superior cabe aos arianos puros, com o concurso dos mestiços superiores e já arianizados. São estes os que, de posse dos aparelhos de disciplina e de educação, dominam essa turba informe e pululante de mestiços inferiores e, mantendo-a, pela compressão social e jurídica, dentro das normas da moral ariana, a vão afeiçoando, lentamente, à mentalidade da raça branca. (VIANNA, 2005, p.179-180).

Em virtude de sua relação com as instituições econômicas europeias, atribuíam-se com naturalidade o domínio do branco europeu nas terras coloniais como uma extensão também de seu poder na Europa¹⁷. De acordo com o sentido apresentado por Oliveira Vianna (2005), os grandes fazendeiros utilizaram de seu poder como agentes legitimadores das instituições econômicas e jurídicas para conduzir mecanismos de domesticação do povo aos modos mais adequados de vida referenciados pelos padrões brancos. Desde esta dominação autoritária – que os situavam acima inclusive, das leis imperiais, em seus espaços localizados de poder – eles seriam os legítimos responsáveis pela formação da mentalidade brasileira.

Para Oliveira Vianna (2005), o conjunto da população brasileira

17. Certos fatores de ordem moral, de ordem étnica, de ordem econômica, de ordem social – visíveis uns, sutis outros – atuam num sentido francamente seletivo, de modo tal que a propriedade da terra vai caber, quase exclusivamente, aos elementos etnicamente superiores da massa emigrante. (OLIVEIRA VIANNA, 2005 p. 161).

era apática, incapaz de formular os critérios civilizatórios próprios das luzes europeias. A filosofia da revolução francesa teria sido aqui assimilada pela intelectualidade branca, seus valores de liberdade, igualdade e fraternidade construídos diretamente em favor de uma política de construção progressiva do sistema de mercado. O mediador deste processo em relação ao restante do conjunto da população seria o progresso, materializado pelo aumento da oferta de bens e serviços aos espaços colonizados.

A ideia de progresso, em geral associada ao Iluminismo, se constituía de dois ramos distintos, porém relacionados entre si. Em primeiro lugar, havia as variações sobre o tema do aperfeiçoamento humano como fenômeno essencialmente cultural e político, a ascensão da razão e da liberdade. Em segundo, uma espécie de materialismo que representava a história como estágios na evolução dos “modos de subsistência”, e, especificamente, o amadurecimento da “sociedade comercial”, o último estágio e o mais perfeito. [...] Em outras palavras, o capitalismo foi apenas o amadurecimento do comércio e da divisão do trabalho por esse processo natural de crescimento. (WOOD, 2003, p. 129-130).

Em defesa desta noção progresso, os custos de muitos investimentos coloniais foram relegados a análises amenas em relação às suas consequências totais para o ordenamento institucional das localidades afetadas por suas transações. Percebido desde a chegada de recursos e elementos materiais externos à colônia, o “progresso” facilitou o apoio do conjunto da população colonial em relação aos benefícios dos empreendimentos voltados à apropriação dos recursos do território, era também este comércio que propiciava o lucro dos empreendimentos, seja o latifúndio, conforme implementado por Portugal, ou, como veremos, as empresas comerciais, conforme operavam no contexto do Vale do Itajaí.

A integração específica da produção e intercâmbio resultante desse sistema – em que a economia é movida pela competição e o lucro é determinado pelo aumento da produtividade do trabalho – pressupunha uma transformação das relações sociais de propriedade que submetiam os produtores diretos aos imperativos do mercado e o acesso deles aos meios de subsistência e de auto-reprodução. (WOOD, 2003, p. 137).

Nesse sentido específico, a análise de Oliveira Vianna (2005) sobre a formação das populações meridionais do Brasil constrói um bom exemplo do quadro referencial que iria justificar a dominação branca na constituição do Estado brasileiro na república nascente no século XX. Em sua obra sobre o século XIX, Oliveira Vianna utiliza a noção de pertencimento a uma tradição ariana desenvolvida na Europa como referência para a constituição cultural do fazendeiro branco. Ao repousar suas categorias conceituais em torno da questão étnica, utiliza como referência uma noção não-histórica do desenvolvimento que situa a posição europeia como presente em um patamar superior em relação às terras colonizadas.

A solução defendida foi a construção de um Estado autoritário capaz de regular a desordem causada por esse movimento fragmentário de desenvolvimento autônomo. Sua solução institucional para o problema da acumulação brasileira repousaria no transplante das condições produtivas europeias e sua adaptação à realidade brasileira, particularmente como meio de combate ao poder senhorial oriundo da dominação do latifúndio.

Este estado de caudilhagem onipotente e franca anarquia é lógico. Resulta da manifesta disparidade entre a expansão colonizadora e a expansão do poder público – disparidade inteiramente particular à nossa história. Entre nós, o poder público tem uma marcha mais demorada do que a massa social, cujos movimentos a ele incumbe regular e dirigir. Há uma visibilíssima discordância, ainda hoje subsistente, entre a área demográfica e a área política, entre a área da população e o campo de eficiência da autoridade pública. (VIANNA, 2005, p. 272).

Estaria na cultura da Europa a base para a construção de uma nova sociabilidade no Brasil. Como referência para esta premissa, encontraremos em sua obra a defesa frequente do modelo colonial de ocupação de pequenas propriedades por imigrantes de origem alemã no sul do Brasil. Particularmente em relação à suposta ausência de força de trabalho escrava e presença de um eficiente sistema de distribuição de lotes para configuração do regime produtivo, que induziria uma economia mais desenvolvida e uma cultura mais avançada, dado que seu povo não mais viveria nas condições servis impostas pelo latifúndio¹⁸.

As proposições de Oliveira Vianna (2005) dos problemas oriundos da fragmentação econômica nacional em virtude do caráter relativamente autônomo das fazendas, lançou ao centro de sua preocupação política a necessidade de uma integração que reconhece apenas estes mesmos fazendeiros como legítimos atores de um possível protagonismo social, base necessária para um Estado forte. Seu discurso acerca das desigualdades, oriundas da miscigenação entre as etnias que compõem os grupos hierarquicamente inferiores nas fazendas, reconhece as condições de exclusão da população não-branca, mas não põe em xeque as problemáticas econômicas desta segregação.

Nessa situação de permanente desamparo legal, em que vivem, sob esse regime histórico de mandonismo, de favoritismo, de caudilhismo judiciário, todos os desprotegidos, todos os fracos, todos os pobres e inermes tendem a abrigar-se, por um impulso natural de defesa, à sombra dos poderosos, para que os protejam e defendam dos juizes corruptos, das “devassas” monstruosas, das “residências” infamantes, das vinditas implacáveis. Faz-se, assim, a magistratura colonial, pela parcialidade e corrupção dos seus juizes locais, um dos agentes mais poderosos da formação dos clãs rurais, uma das forças mais eficazes da intensificação da tendência gregária das nossas classes inferiores. (OLIVEIRA VIANNA, 2005, p. 215).

18. A emergência dessa classe de grandes proprietários vinculados à colonização portuguesa, e seus vínculos nacionais pouco densos dada sua direcionalidade econômica externa, constituíram, para Oliveira Vianna, o maior entrave à um estado nacional integrado. Nesse sentido, os “caudilhos” – fazendeiros que mantinham grupos armados em defesa de seus interesses políticos – são apontados como os maiores motivos de instabilidade social no fim do Império e preocupação central da presença estatal a fim de evitar o que o autor denomina de “anarquia branca”.

Ao defender a legitimidade histórica da dominação branca a partir de bases antropológicas etnocêntricas, Oliveira Vianna (2005) acaba por ofuscar os processos institucionais que definiram os determinantes históricos das segregações raciais no desenvolvimento colonial brasileiro. A centralidade dirigida ao fazendeiro e o viés comparativo em relação à Europa acaba por excluir de sua análise qualquer papel ativo para os grupos economicamente dependentes deste sistema produtivo. Esta operação permite que Oliveira Vianna (2005) observe a formação política brasileira como sendo sumamente a evolução gradativa de uma classe rentista de origem portuguesa que só encontraria seu antagonista nos comerciantes que gradativamente iriam controlar os investimentos sobre a produção nacional, principalmente a partir do século XIX.

A identificação de trabalho com a atividade econômica do capitalista está profundamente enraizada na cultura ocidental, e com ela vem uma visão da história em que a principal oposição – a contradição social que movimenta a história – não é a que existe entre a classe apropriadora e a produtora, entre exploradores e explorados, mas, pelo contrário, a que existe entre dois tipos diferentes de classe apropriadora, duas formas antitéticas de propriedade, a propriedade passiva do rentista e a propriedade ativa, produtiva do capitalista burguês. (WOOD, 2003, p. 138-139).

Oliveira Vianna (2005) traça suas definições antropológicas desde considerações comparativas com as sociedades europeias, situando-as como historicamente maduras e estáveis, fornecedoras de um quadro de referências ideal para a constituição dos Estados colonizados. Sua análise leva a uma compreensão etnocêntrica das categorias que fundam sua concepção humana, de tal forma que as concepções liberais, assentadas no pressuposto de uma natureza primitiva, atuariam no sentido da segmentação dos componentes populacionais brasileiros a partir de níveis de aproximação com características de costumes europeus. A possibilidade de ordenamento econômico significava aproximação com estes costumes, tomados pelo autor para justificar a existência de suas concepções institucionais. E o valor fundamental transferido da Europa seria o trabalho, mas não o trabalho enquanto fenômeno social, mas como virtude inerente ao apropriador.

[...] não se trata apenas de a compra da força de trabalho do empregado em troca dos salários dar ao senhor direito a tudo o que o empregado produzir durante o tempo estipulado no contrato de trabalho, mas de as virtudes do trabalho em si, visto como “industriosidade”, terem se deslocado da atividade do trabalho para a utilização produtiva da propriedade. Pois Locke, ao longo de toda a discussão da propriedade, não vê na atividade do trabalho em si a possuidora dos direitos e virtudes do trabalho, ao contrário, é a benfeitoria, o uso produtivo da propriedade, que atribui virtude, por comparação ao usufruto passivo na forma tradicional da classe rentista. (WOOD, 2003, p. 138).

A exclusão política dos empregados das fazendas e a legitimidade do poder do fazendeiro comercial, pelo seu monopólio acerca do uso produtivo da terra, garantiam o poder político a partir da dominação econômica sobre a benfeitoria, num processo expansivo que iria abranger também o controle sobre as instituições estatais situadas no entorno de suas propriedades. Seu poder só poderia ser ameaçado pela financeirização da economia nacional, acentuada após a abertura comercial do início do século XIX, que iria submeter a produção agrícola ao capital estrangeiro como meio para alcançar a liberalização da economia. Na formação social brasileira, o advento dessa classe comercial no século XIX romperia com os padrões econômicos rentistas e forçaria a capitalização dos investimentos produtivos.

Daí a eclipsar completamente o trabalho em favor da atividade do capitalista foi um passo muito pequeno. [...] a atividade de produção se torna inseparável da atividade de intercâmbio no mercado. Intercâmbio, e não o trabalho produtivo, passa a ser definido como a essência da atividade econômica. (WOOD, 2003, p. 139).

A situação específica da colonização brasileira e seu sentido comercial externo permitiam às classes dominantes organizar sua ação política desde o confronto entre os investimentos produtivos rentistas e a classe comercial financiadora destas atividades, deslocando o debate sobre o trabalho para um campo de relações supostamente internas a cada benfeitoria ou região, e organizados segundo ordenamentos institucionais orientados por critérios étnicos em detrimento das relações

econômicas de apropriação.

Se nada houvesse no conceito de “O trabalho” que exigisse sua associação com o comércio e a indústria, e nada houvesse nas práticas econômicas tradicionais dos burgueses que explicasse a sujeição do trabalho ao capital, a racionalidade do lucro comercial jamais poderia explicar como toda produção se tornou produção para o comércio nem como os produtores diretos foram forçados a ingressar no mercado para ter acesso aos meios de sua própria reprodução. (WOOD, 2203, p. 144).

A análise institucional do desenvolvimento do processo de acumulação originário da cidade de Blumenau parte das relações de classe que ela vai dinamizando em seu processo expansivo. A organização produtiva e os meios de expropriação da força de trabalho constituem a chave para a compreensão da acumulação capitalista dirigida a partir das relações entre o comércio exterior e a produção fazendeira. Permite também uma compreensão mais precisa dos movimentos que orientaram a constituição das classes dependentes neste sistema produtivo, tentando restaurar sua posição ativa como produtora e agente social presente na construção da colonização e povoamento brasileiro.

1.3 FORÇA DE TRABALHO E MERCADO NA COLONIZAÇÃO DE BLUMENAU/SC

A colonização europeia, direcionada ao povoamento das terras brasileiras foi – até o século XIX – dominada pelos portugueses vindos diretamente de Portugal ou de suas Colônias mais antigas – como o caso dos imigrantes açorianos chegados a Santa Catarina no século XVIII na colônia militar do Desterro – e da migração forçada de africanos de modo a alimentar o sistema escravista. Na maioria do território brasileiro, a ocupação das terras se deu sob o modelo do latifúndio e a força de trabalho foi constituída por escravos provenientes do Continente Africano. O tráfico de escravos seria de fato interrompido apenas na segunda metade do século XIX, quando as pressões políticas

internas e externas¹⁹ em torno da abolição tornariam esse movimento irreversível.

Cumprindo sua promessa, o Brasil promulga em 1831 a lei de 7 de novembro, em que o tráfico africano é proibido, considerando-se livres os indivíduos desembarcados no país a partir daquela data. Esta lei ficará, contudo, da parte das autoridades brasileiras, letra morta. Em 1831, com a abdicação do primeiro imperador (D. Pedro I), a classe dos proprietários rurais tornara-se no Brasil todo-poderosa. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 149).

Do ponto de vista da política interna brasileira no século XIX, o regime escravista seria sustentado por muito tempo devido ao poder dos fazendeiros sobre as instituições políticas do Império. Eles utilizariam de seu poder institucional para garantir a legalidade de suas ações comerciais sem afetar sua organização produtiva. O avanço do poder comercial durante o século XIX impulsionaria a necessidade de reformas nesse sistema de apropriação em termos nacionais, mas não eliminaria o poder do fazendeiro que, amparado pelo café, ocuparia novamente papel central nas decisões acerca do desenvolvimento nacional.

Quase todos os maiores fatos econômicos, sociais e políticos do Brasil, desde meados do século passado até o terceiro decênio do atual [XIX a 1930], se desenrolam em função da lavoura cafeeira: foi assim com o deslocamento de populações de todas as partes do país, mas em particular do Norte, para o Sul, e São Paulo especialmente; o mesmo com a maciça imigração europeia e a abolição da escravidão; a própria Federação e a República mergulham suas raízes profundas neste solo fecundo onde vicejou o último soberano, até data muito recente, do Brasil econômico: o rei café, destronador do açúcar, do ouro e diamantes, do algodão, que lhe tinham ocupado o lugar no passado. (PRADO JUNIOR, 1986 p. 167).

19. O fato é que a Inglaterra, depois de abolir em 1807 o tráfico nas suas colônias, torna-se o paladino internacional da luta contra ele. É sob sua influência ou pressão – diplomática muitas vezes, mas não raro também militar – que o tráfico será sucessivamente abolido por todos os países do mundo. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 145).

A ascensão monopolista da produção cafeeira no Brasil no século XIX submeteu todos os demais setores produtivos nacionais aos interesses do uso produtivo do território para a exportação primária do produto. As iniciativas internas de empreendimentos produtores de mercadorias iriam explorar os recursos requisitados por esses grupos dominantes para a expansão de seu modo de apropriação. A receita externa obtida com o café formou a base para a produção dirigida ao consumo interno, sendo reforçada pela extensa abertura ao capital estrangeiro que ocorreria principalmente a partir do Segundo Reinado.

A região do Vale do Itajaí não estava isolada deste contexto interno, mas possuía relevância econômica secundária devido a seu baixo grau de ocupação e produção para o mercado no início do século XIX. A produção em larga escala do café partiria do Rio de Janeiro, deslocando-se para São Paulo e adentrando seu interior, não se expandindo para as áreas mais frias ao sul, onde sua produção seria pouco viável. Aos interessados no uso econômico destas terras de forma integrada à economia nacional, restava a exploração de atividades voltadas ao mercado interno – fundamentalmente constituído por Rio de Janeiro e São Paulo e as antigas províncias do nordeste como Bahia e Pernambuco.

É com esse direcionamento que podemos localizar a fundação de Itajaí – na foz do rio Itajaí-Açú – na segunda década do século XIX. Atribuída a um comerciante de origem luso-brasileira, Agostinho Alves Ramos²⁰, que teria sido o primeiro fazendeiro comercial a operar a exploração direcionada ao mercado dos recursos da região do Vale²¹, ao fundar uma serraria às margens do Rio Itajaí e abrir o caminho para a formação de outras feitorias na região, que teriam sua produção voltada ao mercado interno e sua força de trabalho formada por escravos. A constituição destas fazendas foi acompanhada pelo início do fluxo de

20. A partir de 1823, como dono de importante casa de comércio, havia se tornado o chefe político da região. Elegeram-se deputado provincial e foi encarregado pelo governo para diversas missões, entre outras como diretor das colônias estabelecidas no interior do Vale do Itajaí. (RICHTER, 2006, p. 31).

21. No caso da foz do Itajaí, a introdução de uma “casa de comércio” (e as demais que a sucederam) representou uma inovação importante no contexto sócio-espacial. Além de representar a formação de uma classe de comerciantes, esses estabelecimentos significaram, também, o núcleo inicial da acumulação capitalista local. [...] No processo da formação comercial do “porto” do rio Itajaí, inscrevem-se, como pioneiros, negociantes de origem luso-brasileira e açórico-madeirense, imigrantes alemães, elementos que, a partir de 1823, começam a se estabelecer à margem direita do rio, nas proximidades de sua foz. (MOREIRA, 1995, p. 76).

migração interna de brasileiros e alemães – em sua maioria comerciantes e agricultores provenientes da colônia de São Pedro de Alcântara – que ocuparam gradativamente pequenas porções de terra na região, expandindo-se lentamente pelo interior do Vale.

[...] por volta da segunda década do século, Agostinho Alves Ramos percorre os rios Itajaí-Mirim e Itajaí-Açu, este último até as proximidades do Salto, nascendo, dessa exploração, a ideia de instalar colônias nesses terrenos de “extraordinária uberidade”. [...] Esse plano inicial de colonização irá incentivar a ocupação das terras de Pocinho, Poço-Grande, Gasparinho e Belchior por imigrantes alemães, “desgostosos com as terras pouco dadivosas da Colônia São Pedro de Alcântara”. Instalam-se nestes locais [...] “para explorar sob bases menos rotineiras, a fabricação do açúcar e da cachaça”. (MOREIRA, 1995, p. 82-83).

A extração de madeira e a produção de açúcar para o mercado interno, formaram a base articuladora da produção nascente na foz do Itajaí e seu pequeno porto no início do século XIX. O domínio sobre estes meios de produção recaía sobre os comerciantes luso-brasileiros e alemães chegados até meados do século, proprietários de terras obtidas por concessão da Coroa brasileira. A partir de suas relações com a Corte, Alves Ramos materializa a visão do conquistador branco: legitimado pelo Império, influenciou diretamente nas possibilidades de desenvolvimento dos meios de produção locais. Sua influência assemelha-se àquela ocupada pelo fazendeiro de café no sudeste, tanto articulava o comércio quanto a produção das mercadorias que exportava e importava, tornando-se o centralizador da atividade econômica da região.

Nesse espaço, em reelaboração, a empreitada comercial não nascia isolada da produção. A partir das atividades pioneiras de Alves Ramos, comumente o comerciante local, além de gerenciar o próprio “negócio”, articulava-se também às atividades produtivas. [...] Ao desenvolver a pequena produção mercantil o comerciante local empregava ainda antigas técnicas da produção colonial. Dessa forma, engenhos, atafonas e alambiques conviviam com novos empreendimentos produtivos representados

por serrarias, estaleiros e olarias, num primeiro momento ainda artesanais. (MOREIRA, 1995, p. 85).

A partir de 1850, com o término definitivo do tráfico externo de escravos²², a migração europeia tomou a frente no processo de colonização brasileira. O término do tráfico externo levou ao auge do tráfico interno, proveniente principalmente do nordeste para o estado de São Paulo, mas mesmo este não conseguiu manter a produção escravista por muito tempo, seria necessária finalmente a admissão do trabalho livre nas fazendas como meio para atração de trabalhadores europeus que pudessem substituir os antigos escravos.

A admissão da força de trabalho livre tornou necessária a reorganização das atividades produtivas brasileiras: a presença de trabalhadores livres iria gradativamente formar um mercado de consumo interno dirigido pelos comerciantes de exportação e importação que viabilizaram os meios necessários para a migração e fixação destes imigrantes em solo brasileiro. As ações de Agostinho Alves Ramos, no incentivo à colonização do interior do Vale do Itajaí, ocorreram justamente em favor desta perspectiva de reorganização da produção local direcionada ao aumento do fluxo comercial. A ocupação do interior do Vale iria tanto alimentar o fluxo de força de trabalho necessário para a extração da madeira e a produção agropecuária, como gerar mercado consumidor para os produtos importados pelo porto²³.

Inserido nesse contexto, é fundado em 1850 o estabelecimento comercial e colonial de Hermann Blumenau. Suas primeiras atividades econômicas foram direcionadas aos produtos que já encontravam possibilidade de inserção no mercado nacional via Porto de Itajaí, sobretudo a madeira, comercializada, entre outros, por Alves Ramos²⁴.

22. No ano anterior [1849], a introdução de africanos no Brasil fora de 54.000 indivíduos; já naquele ano desce para menos da metade: 23.000, caindo em seguida (1851) para pouco mais de 3.000. Em 1852 ainda entram no país 700 e poucos escravos, para cessarem em seguida completamente. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 152).

23. Por essa razão, a expansão portuária e do próprio núcleo comercial (Itajaí) prende-se, desde cedo, à demanda das terras que margeiam os rios Itajaí-Açu e o Mirim, acentuando-se essa expansão com a implantação das colônias Itajaí (Brusque) e Blumenau, entre 1850 e 1860. (MOREIRA, 1995, p. 82).

24. Motivada pela presença do porto, a exportação da madeira nos decênios seguintes, irá comparecer como atividade básica em novas firmas comerciais instaladas no centro portuário, gerenciadas por imigrantes alemães como Malburg, Konder e Asseburg, entre outros, que irão projetar-se localmente como comerciantes-armadores, articulando, principalmente, o comércio portuário às boas oportunidades do “momento colonizador”. (MOREIRA, 1995, p. 86).

Quando Blumenau chegou às terras adquiridas no interior do Vale e levantou sua serraria a partir de força de trabalho escravo, seu empreendimento era uma pequena empresa comercial indistinta das demais existentes perto da foz do rio Itajaí, com a diferença de que, a partir do início do povoamento por estrangeiros em 1852, o trabalho escravo teve que necessariamente ser extinto do território e entraria em cena o novo modo de expropriação da força de trabalho, que tornou superada a produção escravista na região: a articulação da pequena propriedade rural com as empresas comerciais de importação e exportação²⁵.

As características inerentes à formação institucional do empreendimento colonial de Blumenau possuem a singularidade inicial da presença de força de trabalho de origem europeia como catalisadora, via migração, de seu desenvolvimento nos primeiros anos. Mas a economia nacional, que condicionou o desenvolvimento desse novo modo de organização produtiva, forçou a competição interna com outros empreendimentos – ainda sustentados no modo de produção escravista – que resistiu até praticamente a fundação da República. A solução adotada pelos comerciantes que atuaram na colonização de Blumenau, para competir com a situação escravocrata da economia nacional, foi construída desde a intensa exploração do trabalho destes novos imigrantes, no controle sobre a produção e comércio das mercadorias e no poder político sobre as instituições estatais.

Um quadro semelhante à análise do fazendeiro colonial luso-brasileiro empreendida por Oliveira Vianna (2005) foi elaborada em torno do comerciante empreendedor de origem alemã. Ele figurou como o responsável pelo progresso do empreendimento colonial, com uma vantagem que seria específica destas terras: a presença de força de trabalho branca. Este fato genético da colônia seria alçado à condição de agente explicativo do processo de desenvolvimento local num provincialismo assumido em nome da cultura do país colonizador. Encontramos uma das mais expressivas visões materializadoras dessa perspectiva de construção cultural local na obra “Colonização e Indústria no Vale do Itajaí”.

Santa Catarina, ao contrário de outras regiões brasileiras, não contou com meio-ambiente que

25. Embora os terrenos que margeiam a foz do Itajaí já apresentassem antiga ocupação oriunda da aquisição de sesmarias e do comum apossamento de terras não se evidenciava até o início do século XIX, a formação de um quadro social voltado à exploração do porto fluvial do Itajaí como núcleo mercantil. (MOREIRA, 1995, p. 73).

favorecesse a antevisão das suas possibilidades econômicas. Daí que sua colonização se prende muito mais ao transplante de uma cultura europeia, levada a efeito pela política do governo imperial, que à potencialidade representada pelos recursos naturais. Ligado a essa especificidade original é que deverá ser compreendido seu espaço na história nacional. (RENAUX-HERING, 1987, p. 10)

Ao conduzir sua análise a partir de atribuição secundária aos recursos naturais presentes no Vale do Itajaí, Renaux-Hering (1987) conduz uma teoria do desenvolvimento dos meios de apropriação organizados a partir da migração alemã como reconstrução cultural de uma tradição alicerçada na Europa, destituindo o papel chave que os atores e recursos econômicos já presentes na região – principalmente a madeira e a força de trabalho brasileira – tomaram durante a instituição econômica e política do Vale do Itajaí. Além disso, Renaux-Hering (1987) percebe o desenvolvimento local como construção cultural autônoma isolada dos determinantes regionais ativos durante o início da colonização, e que atuaram de forma decisiva sobre a escolha das atividades econômicas que foram instituídas na cidade de Blumenau.

Os primeiros ocupantes de origem alemã – estabelecidos nas colônias de Pocinho e Belchior – trabalharam em suas propriedades com as atividades que já possuíam inserção no mercado nacional pelo porto de Itajaí: a produção de açúcar e a extração de madeira²⁶. Da mesma forma, ao observarmos o processo de constituição da colônia Blumenau a partir do empreendimento privado do fundador, encontraremos suas benfeitorias inicialmente voltadas à extração da madeira e à produção de produtos agrícolas²⁷, não tendo construído engenho de açúcar inicialmente apenas pela ausência de recursos financeiros. Estas

26. Além da madeira, essas firmas despachavam os produtos da agroindústria colonial, especialmente manteiga, banha e carne suína de Blumenau; e, ainda, mandioca, açúcar mascavo e polvilho, proveniente de Brusque e Gaspar. No entanto, “o negócio maior era a exportação da madeira” enviada principalmente para as praças de Santos e Rio de Janeiro em barcos a vela, construídos pelas próprias firmas exportadoras. (MOREIRA, 1995, p. 89).

27. Estabeleceram a sede do futuro estabelecimento na margem do Ribeirão da Velha, próximo ao Itajaí-Açú, numa grande área plana, delimitada em três lados por águas, que seriam usadas para pastagem e cultivo de cana-de-açúcar. Escolheram um lugar apropriado para um engenho de serra, que proporcionaria os meios para aumentar o empreendimento, e outro para um engenho de açúcar, que mais tarde seria construído no outro lado do Ribeirão defronte à serraria. Começaram com as derrubadas. (RICHTER, 2006, p. 35).

considerações tornam insustentável a premissa de uma dinâmica interna própria de desenvolvimento associada intrinsecamente aos caracteres culturais dos imigrantes, como defende Renaux-Hering:

Nosso ponto de partida é a hipótese de que o desenvolvimento da economia do Vale do Itajaí obedeceu à dinâmica interna própria. O crescimento gradativo da indústria, a partir de recursos autogerados e de mercado interno, teve por base o isolamento regional. (RENAUX-HERING, 1987, p. 11).

O fato de a migração corresponder ao mecanismo mais importante de incremento de força de trabalho para o empreendimento colonial de Blumenau já torna impossível esta premissa isoladora, já que este ator concreto provinha de fora e realizava a primeira transação comercial com efeitos sobre o território. A migração estrangeira constituiu movimento de abertura da região ao mercado exterior, assim como aumentou a importância econômica do Vale do Itajaí no contexto nacional ao expandir o contingente de força de trabalho e capital disponível.

Após minimizar a relevância dos recursos naturais para a formação do capital inicial do município de Blumenau, Renaux-Hering (1987) minimiza a ação das instituições governamentais como fomentadoras da economia da cidade de Blumenau. Discutimos anteriormente a atuação direta do Império brasileiro, sob a representação de Agostinho Alves Ramos, como impulsionadora da ocupação por alemães do interior do Vale do Itajaí, assim como verificamos que o movimento de migração interna oriundo de São Pedro de Alcântara só obteve êxito devido à condição de inserção – mesmo que com pouca importância econômica em relação ao conjunto do país – dos comerciantes estabelecidos em Itajaí com as redes formadoras do mercado interno nacional²⁸.

Numa região de matas, com pequenas propriedades agrícolas geradoras de parco excedente econômico, os estabelecimentos industriais se desenvolveram sem recursos provenientes do Estado ou de intermediários financeiros

28. A constatação desse fato vem fortalecer a discussão sobre a importância da formação de uma classe de comerciantes no Porto de Itajaí, articulada ao “momento colonizador” dos vales do Itajaí-Açu e Itajaí-Mirim, podendo ser esse processo, indicador de uma situação particular no estudo sócio-espacial da formação do litoral catarinense. (MOREIRA, 1995, p. 96).

localizados junto aos grandes núcleos econômicos geradores de capitais, mas exclusivamente com poupança local. [...] Se existiu algum fator de ligação externa, como muitos o querem, este não se teria realizado através das regiões economicamente mais desenvolvidas do país, mas sim pela expansão da economia capitalista alemã, hipótese ainda questionável, dada à insignificância da economia catarinense para os projetos internacionais. Tratava-se, antes, de relações pessoais no intercâmbio entre os comerciantes alemães e os imigrantes da mesma origem. (RENAUX-HERING, 1987, p. 13)

Ao afirmar a existência de uma poupança local como agenciadora dos investimentos, o papel do comércio de importação e exportação é observado como externo ao movimento de acumulação, tomando como relevante apenas a liquidação monetária externa das operações geradoras de lucro, então consideradas como poupança²⁹. A partir do isolamento econômico é impossível a geração de poupança. Mesmo o lucro gerado a partir da exportação requer ser considerado como capital realizado externamente e que, portanto, deve retornar obrigatoriamente na forma de investimento para manter seu movimento de valorização. Além disso, observamos que para Renaux-Hering (1987), embora o modelo do empreendedor individual – disposto à acumulação a partir do princípio liberal do interesse – seja o referencial para sua defesa do protagonismo do comerciante no processo de acumulação na colônia, as relações pessoais entre os agentes comerciais situados no Brasil e na Alemanha são tomados como “relações pessoais no intercâmbio”, destituindo-os de qualquer papel nas ações econômicas impulsionadas localmente. O intercâmbio, no caso das economias coloniais, possui importância fundamental para a compreensão da organização produtiva, não podendo suas relações serem consideradas apenas como imbuídas de um caráter pessoal.

Mas para Renaux-Hering (1987), as bases constitutivas desta “poupança” local foram formadas da acumulação resultante de diferenciação da propriedade agrícola; os excedentes da renda da terra

29. É o que na linguagem técnica dos economistas ortodoxos se denomina “poupança forçada”, se bem que se trate no caso de um tipo curioso de poupança, pois quem “poupa” são os trabalhadores, mas quem se apropria da “poupança” assim realizada, são os capitalistas seus empregadores... (PRADO JUNIOR, 1986, p. 265).

teriam permitido o investimento que propiciou o rompimento do isolamento regional e a entrada no contexto da economia de mercado. Como se vê, tal visão encoberta o sentido comercial externo à exploração colonial em defesa de um modelo interno de acumulação.

A falta de condições básicas para o início da industrialização, refletida na precariedade de capital disponível – devida à estrutura da exploração econômica local e à ausência de matéria-prima e energia abundante – destaca, como elemento explicativo, o recurso humano. Por isso, a relevância do tipo de mão-de-obra e do tipo de empreendedor como agentes de transformação econômica no Vale do Itajaí. (RENAUX-HERING, 1987, p. 13-14).

Ao retirar de sua análise as relações comerciais e o papel das instituições governamentais na compreensão da acumulação local, resta à pesquisadora centralizar suas justificativas em torno de diferenciais qualitativos em termos de força de trabalho e empreendedorismo no Vale do Itajaí, levando a uma compreensão teleológica da história da cidade de Blumenau. Para explicar esse diferencial qualitativo, Renaux-Hering (1987) toma o processo de desenvolvimento da indústria têxtil como a referência chave, tratando de forma secundária o processo inicial de ocupação, qualificado como fase de subsistência e acumulação de poupança até que o “germe empreendedor” alcançasse clima propício para o amadurecimento.

É um equívoco acreditar que possamos encontrar um “germe empreendedor” à origem da industrialização como também tomá-la como uma resposta antecipada para avaliarmos os resultados efetivos ocasionados com a mudança. [...] Afinal de contas, esta exuberância industrial econômica é resultado de uma economia que se globaliza cada vez mais pelo planeta e não resultado de um crescimento quase que biológico, sendo os imigrantes alemães os “germes” deste crescimento. Houve mudanças dramáticas relacionadas à industrialização na região, como também tiveram os imigrantes um papel crucial para esta mudança, isto ninguém pode negar. Mas se poderia objetar quanto à forma de entender como isto aconteceu no passado e dos resultados

efetivos que essas transformações desencadearam no presente. (LENZI in THEIS, MATTEDI, TOMIO, 2000, p. 243)

Para defender sua perspectiva endógena de desenvolvimento³⁰, Renaux-Hering (1987) vincula o processo de industrialização de Blumenau – demarcada a partir da emancipação municipal na década de 1880 – como resultante das relações singulares de classe no contexto do Vale do Itajaí, elaborada pela associação solidária entre o empreendedor e a força de trabalho imigrante. Esta solidariedade seria possível devido à cultura avançada do agente imigrante, que primava pelo trabalho como meio privilegiado de ascensão social.

Renaux-Hering (1987) exclui de sua análise histórica o papel da força de trabalho de origem nacional – que afluiria extensamente em direção ao centro regional de Blumenau durante a industrialização por ela pesquisada – e orienta suas proposições sobre o trabalhador local exclusivamente pelo perfil do imigrante europeu. Este fato enceta a exclusão política do migrante interno nas considerações sobre a força de trabalho local, ou enfatiza apenas a migração interna de teuto-brasileiros que ocorreu desde o fim do século XIX, resultante do movimento de liberação da força de trabalho no campo devido a expansão do mercado no território. A tese de Renaux-Hering (1987), ao focar no estudo da organização produtiva local com foco no comerciante, demonstra a exclusão política também dos imigrantes brancos pobres naquele período: a centralidade do poder sobre os meios de apropriação e gestão locais foi construída a partir da dominação política sobre a economia local em detrimento dos trabalhadores pobres, que teriam suas condições de acesso à economia diretamente determinadas pelos interesses dos comerciantes empreendedores.

Visto o conceito de empreendedor, é necessário dar-lhe marca que o especifique e caracterize. Historicamente o empreendedor capitalista surge

30. Esta diferenciação entre fatores endógenos e exógenos de desenvolvimento para a região de Santa Catarina foi proposta inicialmente por um estudo de 1980 do Centro de Assistência Gerencial de Santa Catarina, constitui uma metodologia que analisa de forma separada os condicionantes econômicos do restante das relações formadoras do contexto social: “Procuraremos, então, enfatizar os aspectos mais especificamente econômicos da evolução do Estado, mas explicitando também, apesar de subsidiariamente, os fatores exógenos em relação à economia (sociais, culturais, políticos, geográficos, etc.). [...] É essa interação entre os fatores endógenos e exógenos que tentaremos sempre por a nu” (CEAG/SC, 1980, p. 17). A pesquisa de Renaux-Hering, no entanto, irá focar nos chamados fatores endógenos, referentes à cultura do imigrante, tomando a própria economia nacional como um fator exógeno.

com o liberalismo, unindo-se em sua pessoa a propriedade e a direção dos negócios; esse é o caso dos dirigentes das empresas familiares sobre as quais se concentra nossa pesquisa. (RENAUX-HERING, 1987, p. 15)

Ao situar os fatores externos ao mercado local como desnecessários à análise da formação econômica local, Renaux-Hering (1987) desloca o papel do imigrante como força de trabalho para uma suposta harmonia de interesses com os comerciantes que levaria ao desenvolvimento institucional autônomo de instâncias econômicas, numa possível analogia com o fazendeiro-comerciante sugerido por Oliveira Vianna (2005), em que o poder político dos grupos estaria assentado num clã que manteria sua integridade cultural. A constituição desta narrativa histórica destaca os elementos da cultura alemã como catalisadores do progresso, gestando uma perspectiva discursiva de homogeneidade cultural com ênfase nas relações de fraternidade entre empreendedores e colonos.

Embora o sistema de aproveitamento das terras do Vale do Itajaí não se mantivesse eficiente em si, formou, contudo, as raízes de uma tradição local, que se manteve presente como fator muitas vezes decisivo nas etapas posteriores do desenvolvimento econômico regional. (...) Tal fato determinou que, quaisquer que tivessem sido suas profissões originais, elas se moldassem em uma única – a de colono. Esse foi o ponto de partida para que todas as diferenças econômicas, sociais, políticas e religiosas vividas pelos imigrantes alemães em sua terra de origem desaparecessem no novo mundo e se fundissem, através do trabalho, em solidariedade e experiência comum. (RENAUX-HERING, 1987, p. 56).

Para Renaux-Hering (1987), a migração realizou o papel de desvinculação dos colonos às suas antigas instituições econômicas e políticas e as reconstituiu na colônia a partir do domínio da terra – assentado na conquista do território para a propriedade privada – elaborando uma nova tradição que seria a base institucional da sociedade blumenauense. Os fatores relacionados ao desenvolvimento cultural e econômico são analisados de forma a minimizar o impacto das diferenciações sociais oriundas do modelo de apropriação voltado ao

mercado.

Em nossa perspectiva, a história da colonização e desenvolvimento da região de Blumenau aparece orientada, desde seu início, pela constituição de uma organização produtiva assentada nas possibilidades de exploração dos recursos naturais para exportação e no domínio sobre as instituições políticas e produtivas do território. O papel dos agentes estatais no financiamento dos meios de distribuição da produção local a partir do repasse de recursos à gestão da colônia/cidade, bem como a injeção de capital estrangeiro a partir do final do século XIX são igualmente determinantes para a compreensão da acumulação originária local, precedendo assim o debate sobre a industrialização que ocorreria no século XX, e sendo fundamentais para uma compreensão mais abrangente daquele processo.

[...] a questão não é a transição de uma economia rural para outra urbana, nem da agricultura para a indústria. Antes mesmo de levantar a questão da “industrialização” é necessário encontrar uma explicação para o modo como as relações entre apropriadores e produtores, fossem eles urbanos ou rurais, se transformaram de maneira a submeter a produção aos imperativos da competição capitalista e da maximização do lucro e à compulsão para a acumulação por meio do aumento da produtividade. (WOOD, 2003, p. 146).

A pesquisa do desenvolvimento das relações de apropriação originárias da cidade de Blumenau, estudadas desde esta formação relacional indicada por Wood (2003), deve partir do distanciamento das premissas que atribuem ao caráter étnico ou cultural dos distintos agentes econômicos as causas da desigualdade. Mas a presença concreta da segregação racial, e o domínio do branco sobre os meios produtivos historicamente construídos no Brasil, nos levam ao debate político relacionado às desigualdades de classe e sua relação sobre a definição das formas jurídicas e econômicas que iriam constituir as possibilidades de inserção dos trabalhadores pobres no contexto produtivo brasileiro. Em relação à problemática da colonização de Blumenau, percebemos que a defesa da tradição cultural germânica foi utilizada pelos agentes políticos e comerciais como recurso ideológico voltado a interesses econômicos mais que na manutenção da própria cultura do colono europeu. Ao contrário disso, a defesa política do imigrante muitas vezes ocorria ao mesmo tempo em que o poder de decisão acerca de sua

própria subsistência estaria relacionada aos imperativos do capital comercial direcionado pelos investimentos dos grupos dominantes do mercado local e da gestão governamental.

A imagem idealizada de um trabalhador camponês, que produz sua subsistência e vende o excedente como meio de acesso a bens extras de origem externa à sua propriedade, não pode ser aplicada como determinante da acumulação originária do município de Blumenau, já que as pequenas propriedades se encontravam, desde o início de sua implementação, sob o jugo dos interesses comerciais dos agentes políticos dominantes dos meios de apropriação e produção de mercadorias. Também a industrialização não pode ser explicada a partir da poupança supostamente constituída da venda daquele excedente agrícola do colono, pois as mercadorias que de fato operaram a acumulação inicial de capital nas terras do Vale foram aquelas mais rentáveis e de valorização em curto prazo no mercado interno, daí a importância inicial da madeira como produto de valorização imediata no mercado do Rio de Janeiro do século XIX, ela constituiu a base para a inserção do Vale do Itajaí no contexto da economia nacional, assim como só foi inserida neste mercado a partir da concessão das terras da foz do Itajaí-Açu a fazendeiros e comerciantes luso-brasileiros e alemães, abrindo o caminho para a expansão ao interior de uma economia colonial de base mercantil voltada ao comércio externo.

1.4 MIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO

““Let him [the Man] plant in some in-land, vacant places of America”, que assim o homem colonize as terras vazias da América, um território que pode ser considerado vazio juridicamente porque não está povoado de indivíduos que respondam às exigências da própria concepção, a uma forma de ocupação e exploração da terra que produza antes de tudo direitos, e direitos antes de mais nada individuais (CLAVERO *in* LANDER, 2005, p. 10).

Em sua obra “A Grande Transformação”, Polanyi (2000) situa o século XIX como período de larga institucionalização da economia de mercado, visualizada desde o papel do comércio exterior na formação das economias nacionais europeias. O alcance das redes de comércio

marítimo – no decorrer daquele século até a eclosão da Primeira Guerra Mundial em 1914 – abrangeu grande parte do mundo conhecido, induzida pelos agentes financeiros empenhados na construção de mercados para os produtos europeus. Mesmo regiões onde os meios de apropriação encontravam-se pouco desenvolvidos, como o Vale do Itajaí, tornaram-se alvo para as atividades destes investidores.

Os mercados não são instituições que funcionam principalmente dentro de uma economia, mas fora dela. Eles são locais de encontro para um comércio de longa distância. Os mercados locais, propriamente ditos, são de pouca importância. Além disso, nem os mercados de longa distância, nem os mercados locais são essencialmente competitivos. Consequentemente, tanto num como noutro caso é pouca a pressão para se criar um comércio territorial, o assim chamado mercado interno ou nacional. Cada uma dessas afirmativas choca-se com algum pressuposto axiomático dos economistas clássicos, entretanto elas seguem muito de perto os fatos que aparecem à luz da pesquisa moderna. (POLANYI, 2000, p. 78).

A instituição do mercado demandava a superação das instituições econômicas tradicionais europeias e a institucionalização da nova economia, a expansão dos mercados via migração instituiria a sujeição das colônias sul-americanas ao modelo. Durante o século XIX, encontraremos movimentos migratórios massivos tanto do ponto de vista interno como externo no contexto europeu. Na Alemanha, esse movimento caracterizar-se-ia inicialmente pela migração de camponeses das províncias orientais para as regiões em industrialização – como o Vale do Ruhr – e para as cidades portuárias onde as grandes companhias mercantilistas atuavam, como Hamburgo e Bremen. Um processo que acentuar-se-ia ao longo do século e causaria conflitos entre os setores vinculados à terra, à indústria e ao comércio naquele território.

Gritos de alarma por la "escasez de trabajadores" (*Arbeiternot*), por la desertificación y por el "despoblamiento de la campiña", por la fuga de la agricultura de masas enormes de mujeres y hombres, absorbidos por las ciudades y por los distritos industriales de occidente, son el acompañamiento continuo de la evolución política, económica y social de Prusia desde el final de los años ochenta del siglo XIX hasta el

estallido de la Gran Guerra. (MEZZADRA, 2005, p. 57-58).

O processo de consolidação do Estado Nacional alemão tomaria praticamente todo o curso do século XIX, e impunha constantes rearranjos institucionais aos setores rurais das províncias orientais alemãs. Estas alterações decorriam do avanço do poder do mercado sobre as antigas instituições, baseadas na renda da terra, e ocorriam em paralelo com a unificação alemã em torno do Estado Nacional, constituição que provocaria conflitos sociais ao longo de todo o século. Em paralelo à reorganização estatal e da produção rural na Alemanha, observava-se a intensificação da industrialização e consequente financeirização da economia, além do desenvolvimento institucional dos exércitos estatais, responsáveis pela integração dos territórios.

Os capitalistas burgueses favoreceram a usurpação, entre outros motivos, para transformar a terra em mero artigo de comércio [...]. Além disso, a nova aristocracia das terras era a aliada natural da nova bancocracia, da alta finança que acabara de romper a casca do ovo e da burguesia manufatureira que dependia então da proteção aduaneira. (MARX, 1989, p. 840).

Em fins do século XIX, a burguesia alemã havia em muito “rompido a casta do ovo” e suas relações comerciais, submetidas ao processo do capital, estavam centralizadas na *haute finance* (Polanyi, 2000). Setor composto pelos maiores capitalistas alemães, situados principalmente nas cidades portuárias do norte e no vale industrial do Ruhr, realizariam a integração econômica definitiva das terras alemãs em torno do modo de produção capitalista.

Mezzadra (2005) situa ainda que o direcionamento dos movimentos migratórios internos naquele contexto foram influenciados por fatores de ordem étnica relacionados à disputa entre camponeses alemães e poloneses. No contexto de fechamento das terras da Alemanha Oriental para a produção agrícola e pastoril em grande escala, o movimento geral de proletarianização do campesinato tornou precárias as condições de trabalho na região, e os alemães teriam iniciado seu movimento migratório em virtude dessa proletarianização, que lhes causaria uma situação social semelhante a dos poloneses, que, no entanto, eram considerados etnicamente inferiores. Mezzadra (2005) aponta que a distinção étnica, operada para favorecer a inclusão inicial do alemão em detrimento do polonês na economia nacional, estaria

presente inclusive em relatórios de pesquisa efetuados por Max Weber no último decênio do século XIX:

En la “lucha por la existencia” que se combate en las provincias prusianas al este del Elba, la “cultura superior” no puede más que sucumbir, y para los trabajadores agrícolas alemanes sólo queda la elección entre “bajar un escalón en la escala cultural” colocándose en el mismo plano de los trabajadores extranjeros o migrar. (WEBER *apud* MEZZADRA, 2005, p.73).

A primeira exclusão política instituída pela apropriação comercial das terras na Alemanha do século XIX teria atingido os cidadãos de origem polonesa. Estas disputas étnicas iriam adentrar o campo da formação institucional, apontando a transformação, já naquele contexto, da desigualdade econômica em desigualdade étnica. Destarte, indicam também que o projeto nacionalista seguia orientações de caráter econômico para definir sua política étnica.

[...] después de la unificación nacional y la fundación del II Imperio Alemán en 1871, el problema de la “germanización” había estado en el centro de las preocupaciones del *establishment* prusiano (Hagen 1980 y Blanke 1981), y en los años noventa del siglo XIX un componente nada despreciable de la opinión pública nacionalista identificó en el flujo de los migrantes polacos, desde Galizia (bajo administración austríaca) y de la llamada Polonia del Congreso (bajo dominación rusa), una amenaza para los intereses nacionales alemanes. (MEZZADRA, 2005, p. 59)

A constituição progressiva de uma classe de apropriadores e a expropriação dos camponeses ocorreria diante de um contexto em que a preponderância étnica do alemão foi imposta sobre os poloneses como recurso para a exclusão destes do novo sistema, que não alcançava empregar a todos. O interesse do Estado alemão na consolidação de uma economia de mercado estável internamente e agressiva do ponto de vista externo oprimia todos os segmentos rurais pobres. Neste sentido, podemos encontrar, dentre as razões da emigração alemã, dois distintos interesses primários: o primeiro, vinculado aos grupos mais pobres em dificuldade que partiriam em busca de alternativas viáveis de existência em uma nova terra; e outro, de grupos que também não estariam

obtendo êxito em sua terra natal, mas cujo interesse na emigração estaria na manutenção de um sistema de vida que tornar-se-ia instável diante do domínio do comércio monopolista e do latifúndio naquela conjuntura, cuja migração ocorreria como meio para a busca de um espaço mais favorável para suas atividades originárias, constituídas principalmente pelo comércio.

O processo que cria o sistema capitalista consiste apenas no processo que retira ao trabalhador a propriedade de seus meios de trabalho, um processo que transforma em capital os meios sociais de subsistência e os de produção e converte em assalariados os produtores diretos. A chamada acumulação primitiva é apenas o processo histórico que dissocia o trabalhador dos meios de produção. É considerada primitiva porque constitui a pré-história do capital e do modo de produção capitalista. [...] O produtor direto, o trabalhador, só pode dispor de sua pessoa depois que deixou de estar vinculado à gleba e de ser escravo ou servo de outra pessoa. Para vender livremente sua força de trabalho, levando sua mercadoria a qualquer mercado, tinha ainda de livrar-se do domínio das corporações, dos regulamentos a que elas subordinavam os aprendizes e oficiais e das prescrições com que entravavam o trabalho. (MARX, 1989, p. 830).

O direcionamento do fluxo migratório alemão, para as terras americanas no século XIX, estava vinculado à instituição de novas economias no mercado externo, organizadas segundo os padrões de seu mercado. Ao mesmo tempo em que a migração atuava como liberadora das antigas instituições econômicas que mediavam a subsistência do trabalhador, esta liberdade só poderia ser instituída após sua subsunção na transação comercial que envolvia sua viagem além-mar. As condições jurídicas para a construção de seu novo modo de vida na colônia estariam já adstritas no novo sistema de apropriação.

Por isso mesmo se deve perguntar se fará sentido falar de um sector econômico da emigração. A razoabilidade da pergunta depende, naturalmente, do uso que se queira dar à resposta. Não há dúvida de que o sector da emigração é aberto ao contacto e influência de outros sectores e essa é mesmo uma das suas características básicas. Não tem a

lógica interna e consistência de produto da indústria têxtil, por exemplo, e não pode ser visto como um sector distinto no estudo convencional de uma economia. No entanto, a ideia de um sector económico da emigração revela toda a sua utilidade na demonstração de que a emigração não tem apenas as consequências habitualmente referidas, gerando uma procura de serviços que numa economia pequena e pobre tem importantes repercussões³¹. (COSTA LEITE, 1996, p. 391).

A força de trabalho do imigrante pode ser considerada a mercadoria mais importante para a instituição da economia de Blumenau no século XIX³². Seu principal agente empregador seria a própria gestão colonial ou as empresas comerciais por ela subsidiadas³³. A construção de vias de transporte foi o principal investimento apoiado pelo Império brasileiro; a condição de trabalhador nas obras financiadas pela gestão colonial possui importância paralela ao trabalho voltado à renda da terra aos imigrantes pobres. Esta consideração implica que a importância dada à atividade agrícola no período colonial necessita ser avaliada em conjunto com os investimentos vinculados à busca da construção de meios de centralização e distribuição da produção. O migrante interno e externo figurava como força de trabalho catalisadora tanto dos movimentos localizados de troca quanto da organização da produção, mas ambas subordinadas à gestão colonial.

É por isso que a *circulação traz consigo mesma o princípio da autorrenovação. Os seus próprios momentos lhes são* pressupostos, não são postos por ela mesma. As mercadorias têm de ser

31. Texto em português de Portugal conforme artigo original do autor.

32. Nas décadas do 60 e 70 do século passado (XIX). A imigração alemã para Blumenau teria representado 26,5% do total brasileiro nos anos sessenta e 16% nos anos setenta [...]. Na década de 80 a imigração alemã para Blumenau representa apenas 6,6% da nacional, mas no decênio seguinte ela volta a 14,1%, mantendo-se entre 1900 e 1912 no nível de 13,2%. (SINGER, 1977, p. 92). Ainda de acordo com autor (1977, p. 97), entre 1850 e 1859, 947 imigrantes chegaram à colônia Blumenau, destes 277 saíram e 670 teriam se estabelecido nas terras.

33. O governo imperial, sob cuja responsabilidade ficou a colônia, nela investiu 2.468 contos entre 1860 e 1882, o que dá uma média de 112 contos por ano. Se lembrarmos que nos 10 anos anteriores os investimentos realizados pelo fundador se restringiram a 85 contos de adiantamentos e empréstimos, além da herança paterna, da ordem de 48.000 marcos, é fácil ver que o volume de investimentos em obras públicas deve ter-se multiplicado várias vezes. (SINGER, 1977, p. 103).

lançadas continuamente na circulação desde o exterior, como combustível no fogo. [...] A circulação, que aparece, portanto, na superfície da sociedade burguesa como o imediatamente dado, existe somente à medida em que é incessantemente mediada. [...] O que lhe é pressuposto são mercadorias (seja na forma particular, seja na forma universal de dinheiro), que são a efetivação de um certo tempo de trabalho e, enquanto tais, são valores; logo, seu pressuposto é tanto a produção de mercadorias pelo trabalho quanto sua produção como valores de troca. (...) *a produção pressupõe a circulação como momento desenvolvido*. (MARX, 2011, p. 196, 197). Grifo no original.

O desenvolvimento institucional voltado ao comércio externo engendrava instituições internas a fim de absorver a força de trabalho do imigrante responsável pela manutenção do projeto colônia/município de Blumenau. Sob a orientação liberal do Dr. Hermann Blumenau, estas instituições econômicas e políticas estavam organizadas de forma a construir relações estáveis de divisão das atividades produtivas³⁴. Este planejamento implicava a orientação direta da atividade do migrante interno e externo de acordo com suas possibilidades econômicas quando da chegada ao território. Quanto maior a quantidade de dinheiro trazido para investimento a longo prazo, melhor seria a situação social do recém-chegado, pelo menos até que se esgotassem as poupanças. O imigrante que chegava sem posses poderia financiar sua pequena propriedade e trabalhar como diarista para os proprietários maiores sinalizando, já na base da colonização, a divisão de classes no contexto do desenvolvimento da colônia/município³⁵. Essa constituição, de uma

34. Como não se trata apenas de imigração, mas também de colonização, a expectativa de obter lucro é bem menor e não são concedidos adiantamentos em espécie, a não ser em casos especiais, pois os empréstimos não conseguem cobrir as obrigações assumidas. Por isso, também os mercadores de “carne humana” não encontram um campo propício para a especulação lucrativa. [...] Caso o empreendedor dirigir pessoalmente a colônia, estará sempre em contato direto e constante com os imigrantes, expondo-se diretamente aos ataques e perseguições destes elementos. (BLUMENAU, 2002, p. 65).

35. Além de expandir-se no domínio da agricultura, a Colônia também desenvolveu-se no comércio, na indústria e nas profissões liberais e de artífices, aumentando anualmente o movimento de importação e exportação. No ano de 1867, quando a população era de 3391 habitantes, exportaram produtos no valor de 55:000\$000, enquanto a importação foi de 61:600\$000. No ano de 1868, com as mesmas atividades e 5126 habitantes, as exportações

economia dependente alimentada pela migração, nos aproxima do conceito de efeito civilizador do comércio exterior, apresentado por Marx nos *Grundrisse*.

A organização da própria produção interna já está modificada pela circulação e pelo valor de troca; mas ainda não foi por ela capturada nem em toda sua extensão nem em toda sua profundidade. É isso que se denomina efeito *civilizador* do comércio exterior. Nesse caso, a extensão com que o movimento que põe valor de troca afeta a totalidade da produção depende em parte da intensidade desse efeito desde o exterior, em parte do grau já alcançado pelo desenvolvimento dos elementos da produção interna – divisão do trabalho etc. (...) Por conseguinte, a agricultura perdeu o caráter de trabalho visando a produção de valor de uso, e a troca de seu excedente perdeu o caráter indiferente em relação à sua estrutura interna. (MARX, 2011, p. 198). Grifo no original.

O modelo de gestão implementado na colônia Blumenau buscava criar redes de cooperação e competição econômica que permitissem o aproveitamento máximo da produtividade de trabalho do imigrante. Este direcionamento era garantido pela criação de redes de absorção da força de trabalho externa nos nichos já constituídos pelos comerciantes³⁶. Ao estabelecer-se na colônia, o imigrante assume a tarefa de produzir renda para absorver novos produtos oriundos do comércio externo, atividade esta que seria sustentada pela exploração primária dos recursos da terra.

elevaram-se para 78:000\$000, atingindo a importação 98:000\$000. Em 1875, havendo 9039 habitantes, alcançou-se a soma de 195:000\$000, de exportação, com uma importação de 280:000\$000. [...] Em abril de 1880, quando ocorreu a emancipação parcial, a colônia possuía uma população de 14981 habitantes. A despesa total que a Colônia acarretou ao Governo foi de Rs 2338:435\$557, em contrapartida, pela aquisição de terras e adiantamentos, os colonos deviam à direção da colônia a importância de 618:085\$051. (DEEKE, 1995, p. 66)

36. Onde o Governo não quis ou não pode oferecer o sacrifício necessário, a imigração se manteve baixa ou grandes capitais foram perdidos, deixando milhares de pessoas na miséria antes de preparar o caminho para o futuro das grandes levas migratórias. [...] O Governo brasileiro foi aconselhado e resolveu arcar com alguns sacrifícios, aplicando os recursos de modo benéfico, conforme mencionado, para ser mais fácil e seguro controlar e supervisionar os valores investidos. (BLUMENAU, 2002, p. 65).

[...] o sistema meeiro prosseguirá e não ficará desamparado, havendo empenho para melhorar as garantias concedidas aos colonos. Sem dúvida, a possibilidade de desavença e abuso neste sistema jamais será afastada completamente e uma doutrinação invejosa encontrará sempre um ponto de apoio para arguição sofista, pois, como o sistema não é absolutamente perfeito, é decididamente considerado inadmissível. (BLUMENAU, 2002 p. 60).

Esse processo de elaboração de uma rede local de apropriação encontrou na gestão colonial/municipal o principal agente regulador da atividade econômica. O direcionamento central de seus investimentos à infraestrutura explica o processo gradual de constituição das empresas comerciais que iria tornar visível o monopólio da exploração dos recursos primários, bem como do acesso aos meios de distribuição das mercadorias de origem externa. Esse processo de desenvolvimento das empresas comerciais, viabilizados pela exploração da força de trabalho dos pequenos proprietários ou não-proprietários – originários dos movimentos migratórios internos e externos – constitui importante fator instituinte das relações de acumulação local.

1.5 TERRA E LEI

Por princípio, a economia política confunde duas espécies muito distintas de propriedade: a que se baseia sobre o trabalho do próprio produtor e, a sua antítese direta, a que se fundamenta na exploração do trabalho alheio. Esquece que esta só cresce sobre o tûmulo daquela. (MARX, 1989, p. 883).

O estabelecimento do modelo de produção baseado na pequena propriedade tem relevância fundamental para a análise da instituição econômica das colônias alemãs estabelecidas no Vale do Itajaí no século XIX. Sua emergência respondia às exigências de uma organização produtiva baseada no trabalho livre que se tornara irreversível no Brasil colonial³⁷. O modelo escravista, que dominava a produção econômica

37. Mas se este progresso do trabalho livre foi em grande parte condicionado pela decadência

nacional, resistiu durante praticamente todo o século XIX. Os grandes fazendeiros permaneceram renitentes ao estabelecimento de reformas, situação que faria com que os locais destinados à colonização por pequenas propriedades fossem escolhidos desde critérios não necessariamente vinculados a condições favoráveis de povoamento camponês estável, mas porque nestas regiões ainda não havia uma intervenção povoadora planejada ocasionando consequente baixa densidade demográfica³⁸.

Ao chegar à colônia Blumenau, no Vale do Itajaí do século XIX, o imigrante pobre deveria trazer consigo: plenas condições de emprego de sua força de trabalho, capacidade para financiamento do lote de terra, uma boa ferramenta para a derrubada da madeira e, se possível, também uma arma³⁹. Essas recomendações demonstram uma série de contingências instituídas no território a ser colonizado agindo como orientadoras do padrão civilizatório local. Ao preparar o território para o uso produtivo da terra, empregar seu trabalho na construção das estradas e proteger sua propriedade com uma boa espingarda, o imigrante estaria sendo o pioneiro da instituição do Estado Nacional brasileiro sobre as terras consideradas primitivas.

A colonização no sul do País tomou caráter de frente pioneira. Frente baseada na exploração da pequena propriedade agrícola, que de geração em geração devia seguir adiante, em busca de novas terras. Nesse movimento, a frente tendia a eliminar o indígena dos territórios em que tinha interesse, pois, ele era obstáculo à sua expansão. Assim, na medida em que a frente se expande pelas terras virgens, aumentam as notícias sobre os ataques que os indígenas estavam a fazer aos

do regime servil, inversamente ele acelerará consideravelmente a decomposição deste último. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 191).

38. O sistema de “colonização” terá mais sucesso no Extremo-Sul do país (Rio Grande, Santa Catarina, Paraná, e em maiores proporções no Espírito Santo, longe nestes casos da ação perturbadora e abrangente da grande lavoura. Encontrará aí o interesse e o estímulo dos governos locais das províncias, que procurarão solucionar com ele o problema de seus territórios quase desertos, e fomentar com o povoamento as atividades econômicas e as rendas públicas. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 189-190).

39. Em seu texto de 1855 (2002, p. 111), direcionado à propaganda da migração para sua colônia, Hermann Blumenau escreve uma série de “Conselhos práticos aos imigrantes com destino a Blumenau”, nele estão recomendados a aquisição de machados, enxadas e algum armamento.

colonos, tropeiros e moradores, em todo o território que estamos a focalizar. (SANTOS, 1973, p. 59).

O encontro entre índios e brancos no sul do Brasil, extensamente documentado na obra de Silvio Coelho dos Santos (1973), evidencia o processo de domínio e legitimidade institucional dos imigrantes, em detrimento aos indígenas Xokleng⁴⁰, no processo de instituição da economia de mercado no Vale do Itajaí. O avanço da colonização, a partir de 1850, para o interior do Vale, determinou a dissolução das instituições indígenas no território⁴¹. Essa dissolução seria financiada diretamente pelos imigrantes e executada em sua maioria por migrantes brasileiros, que teriam sido mobilizados pelos empreendedores coloniais para atuar em seu combate⁴². Durante todo o século XIX, o conflito de brasileiros e estrangeiros contra o indígena originário seria financiado preponderantemente pelos envolvidos nos

40. Os índios Xokleng são conhecidos também pelas denominações Bugre, Botocudo, Aweikoma, Xokrén e Kaingang. O termo bugre é usado no sul do Brasil para designar indistintamente qualquer índio. Sua aplicação tem conotação pejorativa, pois encerra as noções de “selvagem” e “inimigo”. (SANTOS, 1973, p. 30). Os Xokleng e Kaingang eram Jê, os célebres Tapuias, que desde logo os portugueses viram maiores dificuldades para submeter. (idem, p. 43). Uma designação posterior à obra de Silvio Coelho dos Santos, denominada “Laklanõ”, isso é, “gente do sol” ou “gente ligeira” também pode ser encontrada na literatura sobre o tema.

41. Compreende-se, assim, que somente a partir de 1850 a colonização começa, em definitivo, a conquista do território ocupado pelos Xokleng. As suas andanças em busca de alimentos há muito estavam sendo limitadas. (SANTOS, 1973, p. 59).

42. Em lei provincial de 25/04/1836, a província de Santa Catarina criara a força de pedestres, com o intuito de proteger os migrantes nas colônias do interior. No entanto, no período inicial da ocupação do Vale “Não havia assim guerra ao branco e sim revidé a ataques ou simplesmente agressão, motivadas, às vezes, pelo encontro de índios e brancos em territórios que ambos tinham interesse” (SANTOS, 1973, p. 64). A partir da década de 1850, quando os encontros passam a ser mais frequentes, os colonizadores perceberam que a força de pedestres era mais uma aparato de propaganda ao migrante que uma força estatal efetiva, “No ano de 1856 a tropa de pedestres em Santa Catarina contava com 70 homens. Entretanto, a ela se referiu o Dr. Blumenau dizendo que de cada cinco tiros que dava, falhavam quatro, tal estado de velhice do armamento, além da ferrugem que o consumia”. (idem, p. 66). A tropa foi dissolvida em 1879, passando então a colônia a operar e buscar ela própria o financiamento para as milícias, os “batedores de mato” anteriormente contratados pelo doutor Blumenau tendo como base a lei de 1836, passam a formar as “tropas de bugreiros”. No ano de 1879, quando o Governo extinguiu a Companhia de Pedestres, os batedores de mato também deixaram de atuar, pois eram apenas um segmento reorganizado daquela companhia. A partir daí, os batedores de mato se transformam em bugreiros. [...] e o facão, a pistola, a espingarda e o rifle passam a ser os agentes definitivos da pacificação dos indígenas. (SANTOS, 1973, p. 76).

negócios da colonização e executado por tropas civis compostas por nacionais⁴³. No século XX, com o advento da República, o Estado assumiria a responsabilidade pelo conflito, mas apenas para sagrar a vitória da propriedade privada e do mercado sobre o meio de vida dos indígenas originários.

O desenlace dessa trama institucional responsabilizaria os imigrantes alemães pela construção e legitimação das instituições modernizantes ordenadoras do modo de apropriação local. Embora a transferência dos valores culturais vinculados aos antigos modos de vida na Europa tenha sido consequência imediata da migração para a colônia/município, essa cultura seria organizada de acordo com os padrões necessários à produção voltada ao mercado, e atravessada por determinantes culturais locais, dos quais a relação com os indígenas constitui um exemplo. O processo de ocupação deixava o imigrante frente a frente com o indígena e legitimava o recém-chegado como autêntico conquistador da terra, tendo direito inclusive à dispensa militar a fim de permanecer no território⁴⁴.

Os pequenos proprietários e diaristas forneciam a força de trabalho para a constituição de uma economia favorável ao comerciante como meio para seu próprio desenvolvimento, alcançando legitimidade jurídica no território; os migrantes de origem brasileira, que também ocupariam o território no século XIX, não seriam incluídos como segmento estável da população local; os indígenas Xokleng, por não aceitarem o domínio do modelo privado de ocupação, só seriam incluídos na organização econômica após sua quase extinção e o estabelecimento de uma pequena área para os sobreviventes, onde, por força, acabaram por adaptar-se ao modo de vida baseado na propriedade e na extração de seus recursos⁴⁵.

43. As referências que logramos obter sobre essas tropas indicam que a quase totalidade era formada por caboclos, conhecedores profundos da vida do sertão. (SANTOS, 1973, p. 83).

44. A Lei n. 70, de 28 de abril de 1837 [...] isentava de prestação de serviço na Guarda Nacional os moradores das localidades situadas no sertão, expostas ao ataque dos Xokleng. No seu artigo, dizia o texto legal: “Ficam isentos do serviço ordinário da Guarda Nacional, os moradores dos sítios d' Araranguá, Cabeceiras do Rio da Madre, Tijucas Grandes, Itajaí e em quaisquer outros lugares centrais, onde as habitações, por isoladas, sejam expostas ao ataque do gentio ou possam servir de centro e de apoio ao estabelecimento de colônias”. (SANTOS, 1973, p.61).

45. A pacificação representava a eliminação de um grave obstáculo à ocupação de terras virgens. Nesse sentido, o Serviço de Proteção aos Índios foi um organismo criado para atender os interesses da sociedade nacional e não dos indígenas. (SANTOS, 1973, p. 175). Como veremos adiante, a reserva indígena foi estabelecida em 1914 pelo SPI, Serviço de Proteção ao Índio, instituição do governo federal voltado ao “problema indígena”.

Nas fontes consultadas durante a pesquisa, encontramos poucas referências sobre a ocupação de brasileiros no Vale do Itajaí durante o período de implementação da colonização alemã desde meados do século XIX. A historiografia consultada indica sua presença na foz do Itajaí no início do século XIX, adentrando aos poucos rumo ao interior em terras não habitadas próximas à Vila de Itajaí⁴⁶. A Guerra do Paraguai, entre 1865 e 1870, que envolveu o recrutamento da população catarinense, aparece também como momento em que essa migração interna atravessaria a colônia alemã fundada em 1850⁴⁷. A pouca presença de relatos sobre esse movimento migratório interno na historiografia pode ser reflexo do domínio branco estabelecido com a colonização estrangeira; o caboclo e o negro seriam vistos como símbolos do atraso das populações mestiças do sul, e sua importância para a formação política e econômica local praticamente inexplorada. O relato de José Deeke sobre a ocupação de “Rio Morto”, no interior da colônia Blumenau, evidencia esta perspectiva secundária atribuída ao brasileiro:

Muitos moradores do litoral não suportaram o recrutamento compulsório praticado pelos comandos de policiais-militares – pois eles causavam mais pavor à população do que a aproximação de uma horda de botocudos. Destarte, resolveram abandonar suas casas e recolherem-se à selva, onde se sentiam mais seguros da perseguição. Formaram grandes grupos e seguiram em suas canoas, levando os seus poucos pertences pelo Itajaí-Grande acima.

46. Quando o Dr. Blumenau fundou sua colônia, as margens do Itajaí-Açu já eram ocupadas até as proximidades da atual cidade de Blumenau, razão pela qual as terras conhecidas por “Scharfe Ecke” (Ponta Aguda) foram adquiridas, por ele, de terceiros. Além disso, os 17 imigrantes que trouxe não foram os primeiros alemães em Blumenau, pois o trecho do Vale entre a Povoação e Gaspar, alguns anos antes, instalaram-se numerosos alemães que procediam, principalmente, de colônias mais antigas situadas ao sul. (DEEKE, 1995, p. 33).

47. Não é difícil a gente acreditar que por aquelas imediações se houvessem também estabelecido alguns colonos, quando é sabido que na foz do rio Benedito o caboclo Ângelo Dias se reabastecera de cachaça e que a colônia Itajaí fora fundada em 1836 e que muitos colonos de São Pedro de Alcântara se espalharam pelo Itajaí-Mirim e pelo Itajaí-Açu. (SILVA, 1954, p. 6). Outro fato digno de nota é que a partir de 1861 começa a surgir uma corrente de imigração de brasileiros para a colônia. Embora modesta, no início, (ela crescerá de forma significativa até na década seguinte), ela mostra que Blumenau já começa, na década dos sessenta, a se tornar um centro econômico de alguma importância na região. (SINGER, 1977, p. 105).

Ultrapassando o Salto e vencendo as inúmeras correntezas, só pararam quando encontraram o rio manso e tranquilo, denominando o lugar “Rio Morto”, onde se instalaram e passaram a viver definitivamente. [...] Mais tarde, quando a colonização avançou até aquelas paragens – O Rio Morto – e a terra foi dividida em lotes, algumas daquelas famílias permaneceram assentadas nas terras e seus membros tornaram-se bons colonos. No entanto, a maioria dedicou-se essencialmente à pesca e à caça e, quando o lugar não oferecia mais estes recursos, seguiam rio acima, em busca de outras regiões mais propícias. [...] E foi assim que Blumenau adquiriu a sua população luso-brasileira. (DEEKE, 1995, p. 64-65).

Esta digressão histórica evidencia a relação entre as instituições econômicas voltadas ao mercado – na base da propriedade privada da terra – e a legitimidade atribuída ao imigrante como portador da cultura da qual teriam se originado estas instituições. Para os negócios da migração esta vinculação seria fundamental, posto que o imigrante desejava encontrar condições seguras de existência no novo território. Tal fato levou muitos defensores da colonização à omitir deliberadamente dados sobre a presença indígena no interior do Vale, ou mesmo a presença de negros e caboclos.

O desenvolvimento dos meios de apropriação no território colonizado no Vale do Itajaí, desde meados do século XIX, teve como pressuposto normativo para a organização social da exploração a distribuição de lotes de terra para a pequena propriedade fundiária. Esta pequena propriedade, contudo, já nascia como derivação da concessão inicial de terras obtida pelo Dr. Hermann Blumenau⁴⁸, que definiam o empreendimento colonial inicial como uma característica empresa comercial baseada na exploração dos recursos da terra através do

48. Contrato doutor Blumenau com o Império – itens importantes: 1º- [...] uma Colônia agrícola e industrial composta de famílias alemãs [...] 2º- Para os gastos da importação dos referidos colonos se obriga o Governo Imperial a adiantar desde já ao Empresário a quantia de dez contos de réis, correndo, porém, por conta o risco do mesmo empresário, todas as despesas que fizer tanto com a importação dos colonos, como a fundação e estabelecimento da Colônia, sem que em tempo algum possa reclamar do Governo algum outro auxílio ou indenização, que não seja o adiantamento que ora lhe faz, dos mencionados dez contos de réis. [...] 6º- Dentro do prazo de dezesseis meses, contados da data do presente contrato, terá o Empresário importando cinquenta Colonos, dentro de dois anos cem e no fim de três anos terá importado pelo menos duzentos. (KORMANN, 1994, p. 17-18)

emprego de força de trabalho estrangeira.

O governo fixaria para as terras virgens um preço artificial, independente da lei da oferta e da procura. O imigrante teria de trabalhar longo tempo como assalariado até obter dinheiro suficiente para comprar terra e transformar-se num lavrador independente. Assim constituiu-se, com a venda de terrenos a um preço relativamente proibitivo para o assalariado, um fundo extorquido do salário, com a violação da lei sagrada da oferta e da procura. (MARX, 1989, p. 892).

Essa subsunção formal da pequena propriedade ao mercado, já no início do empreendimento comercial, evidencia que a migração e a apropriação comercial do território estavam relacionadas de forma a construir um modelo de povoamento organizado, que definia a inclusão social do migrante interno ou externo a partir de suas possibilidades financeiras quando da chegada na colônia/município de Blumenau. Esse processo desencadeou uma série de relações que utilizaram o *lobby* como meio de organização da força de trabalho disponível para os empreendimentos.

Primeiro, o comerciante compra o trabalho utilizando capital variável e não dinheiro que despende como renda; assim, não o adquire para serviço pessoal e sim para valorizar o capital adiantado nessa compra. Segundo, determina-se então o valor da força de trabalho e por conseguinte o salário, como acontece com todos os demais assalariados, pelos custos de produção e reprodução dessa força de trabalho específica e não pelo produto de seu trabalho. [...] O capitalista comercial em grande parte faz os empregados desempenhar a própria função que torna seu dinheiro capital. O trabalho não pago desses empregados, embora não crie mais-valia, o que para esse capital é a mesma coisa; esse trabalho não pago é portanto fonte de lucro. De outro modo, a empresa comercial nunca poderia ser explorada em grande escala, nem de maneira capitalista. (MARX, 1991, p. 337-338).

Embora desde 1870 a diversidade do conjunto étnico envolvido na trama da colonização não permitisse uma visão homogênea acerca de suas origens culturais⁴⁹, seu avanço instituiu relações econômicas que romperam o distanciamento entre os grupos localizados no território. O acesso à propriedade e aos recursos foi a chave para estas relações, culminando no fim do século XIX com uma organização estratificada a partir do poder político do apropriador e da segregação dos grupos pobres de acordo com seu papel na economia instituída. A descrição de Silvio Coelho dos Santos sobre a construção das relações de classe na região de Ibirama – no Alto Vale do Itajaí – no início do século XX, pode ser identificada como o resultado da organização econômica voltada ao comércio externo que tomaria o território do Vale no século XIX.

A interdependência de interesses entre a agricultura e a atividade madeireira, juntamente com a detenção de maior ou menor quantidade de terras, fundamentou a estratificação social da área. Na base da pirâmide estão localizados colonos e caboclos brasileiros, não-proprietários, que sobrevivem pela venda de sua força de trabalho. À parte desses, e abaixo, situam-se os indígenas e os mestiços que residem na reserva. Acima, em direção do vértice, em estratos diferentes, situam-se desde os pequenos proprietários até os detentores de largas extensões de terra e proprietários de empresas madeireiras. (SANTOS, 1973, p. 247).

A legitimidade desta base institucional na formação da acumulação no Vale do Itajaí identifica a presença do fazendeiro comercial como indutor central. Esse poder econômico do apropriador seria convertido em poder político pela afirmação de seu diferencial étnico. Assim como Oliveira Vianna (2005) qualificara as populações de origem ariana da Europa como o modelo que expressaria a autoridade do fazendeiro branco na colonização portuguesa do território

49. O Vale do Itajaí aparece sempre como região de colonização “alemã”, mas a exclusividade dessa etnia restringiu-se às duas primeiras décadas de ocupação. Os documentos coloniais registram a chegada de italianos, russos, húngaros, austríacos, irlandeses, franceses — uma heterogeneidade em parte provocada pelas dificuldades de aliciar imigrantes alemães (...), mas também relacionada às preocupações das autoridades brasileiras com possíveis enquistamentos étnicos, o que recomendava “colônias mistas”. (SEYFERTH, 1999, p. 65)

setentrional brasileiro, Renaux-Hering (1987)⁵⁰ irá apontar a “disciplina, a obediência e a ordem” como os traços marcantes do pequeno proprietário de origem teuta, que lhe renderia um diferencial político em relação às populações pobres do restante do país.

Para Renaux-Hering (1987), o êxito do empreendimento colonial Blumenau estaria vinculado à origem comum entre apropriadores e produtores diretos, que possuiriam em seu íntimo os valores necessários à constituição da sociedade capitalista. Mas se deslocarmos a explicação da dominação branca destes pressupostos antropológicos, e com isso inseri-las no contexto das relações econômicas do modelo de acumulação local, perceberemos que esse diferencial cultural – tanto da força de trabalho quanto dos comerciantes –, não se sustenta mediante a análise histórico-sociológica da constituição desses meios de produção no Vale do Itajaí. O mercado exigia a construção de novas instituições que fatalmente iriam provocar transformações nos costumes e tradições de todos os envolvidos no processo colonizador. Considerando que a decomposição da sociedade feudal estava ainda em curso na Alemanha do século XIX, o desenvolvimento da produção baseada na propriedade privada da terra ocorre de forma concomitante na colônia e nas terras alemãs, tendo o comércio exterior como meio de integração.

Nos séculos precedentes, o termo “costume” foi empregado para denotar boa parte do que hoje está implicado na palavra “cultura”. O costume era a “segunda natureza” do homem. (...) Era necessário que “toda uma multidão [...] habituas-se seu corpo ao trabalho”, tanto em seu próprio benefício como para sustentar o lazer, o conforto e os prazeres dos mais afortunados. [...] E era também um termo operacional. Se, de um lado, o “costume” incorporava muitos dos sentidos que atribuímos hoje à “cultura”, de outro, apresentava muitas afinidades com o direito consuetudinário. Esse derivava dos costumes, dos usos habituais do país: usos que podiam ser reduzidos a regras e precedentes, que em certas circunstâncias eram codificados e podiam ter força de lei. (THOMPSON, 1998, p. 14-15)

50. Afora essas razões mais imediatas, motivadoras da emigração, os alemães trouxeram para Santa Catarina o que Sérgio Buarque de Holanda caracteriza como próprio das populações nórdicas protestantes que, movidas pela moral do trabalho, tinham como princípio de disciplina a obediência e a ordem, o que teria estimulado a organização racional e a solidariedade entre seus interesses. (RENAUX-HERING, 1987 p. 144).

A força da lei sobre os costumes durante a formação da classe operária inglesa, pesquisada por E. P. Thompson, nos permite observar o movimento de instituição das definições jurídico-políticas da propriedade capitalista sobre as antigas instituições feudais inglesas. Desde sua análise, o costume não se apresenta simplesmente como uma carga ou bagagem fixada e internalizada pelos membros de uma sociedade: “Longe de exibir a permanência sugerida pela palavra “tradição”, o costume era um campo para a mudança e a disputa, uma arena na qual interesses opostos apresentavam reivindicações conflitantes.” (THOMPSON, 1998, p. 17).

Nas terras inglesas, a constituição jurídica da propriedade e sua exploração comercial acentuaram-se a partir do século XVIII, e sua legitimidade foi alcançada com a vitória do modelo de exploração capitalista sobre as antigas formas de produção do regime anterior. A lei adquiria notoriamente a capacidade de implementar o domínio comercial sobre a terra.

Como tal, é nitidamente um instrumento da classe dominante *de facto*: ela define e defende as pretensões desses dominantes aos recursos e à força de trabalho – ela diz o que será propriedade e o que será crime –, e opera como mediação das relações de classe com um conjunto de regras e sanções adequadas, as quais, em última instância, confirmam e consolidam o poder de classe existente. Portanto, o domínio da lei é apenas uma outra máscara do domínio de uma classe. (THOMPSON, 1997, p. 350).

Como instrumento de uma classe dominante, a lei determina os grupos sob os quais seus direitos são reconhecidos e atua no desenvolvimento das instituições responsáveis pela implementação da mesma no território. O processo histórico de conquista do Vale do Itajaí, nesse aspecto, corresponde à expulsão sistemática dos habitantes originários para as regiões ao interior do Vale e sua substituição por imigrantes assentados em pequenas propriedades. A ausência de legitimidade do indígena permitia ao colono o uso deliberado da violência, sem que a isso estivesse implicado algum risco mediante a comunidade⁵¹. Durante o processo que se estende de meados do século

51. O matador de bugres era heroicamente solicitado a contar suas façanhas. Nas reuniões da parentela, nas rodas que se formavam durante as festas de igreja, nas bodegas, os casos que envolviam indígenas e seus caçadores sempre atraíam ouvintes durante horas seguidas.

XIX até a fundação da Colônia Hansa, no interior de Blumenau e a construção da EFSC⁵², todo o território do Vale foi oficialmente tomado pela colonização e os índios sobreviventes adaptados ao sistema de mercado e propriedade privada⁵³. Os colonizadores, novos proprietários, lutariam com suas forças para alcançar a produção de sua existência e promulgar a sentença da propriedade. Aos outros, caberia a adaptação, a miséria ou a guerra.

E os dominantes, quisessem ou não, em sentidos sérios eram prisioneiros de sua própria retórica; jogavam os jogos do poder segundo regras que se adequavam a eles, mas não poderiam romper essas regras, ou todo o jogo viria abaixo. [...] à medida que avançava o século, a lei tornou-se um magnífico instrumento pelo qual esses dominantes podiam impor novas definições de propriedade, para proveito próprio ainda maior (...). Por outro lado, a lei mediava essas relações de classe através de formas legais, que continuamente impunham restrições às ações dos dominantes. (THOMPSON, 1997, p. 355-356).

Os contratos de vendas de terras coloniais entraram neste campo onde a nova forma de propriedade iria alcançar terreno propício para livrar-se de muitas das restrições que caracterizavam as disputas comerciais e sociais em solo europeu, onde o acentuado volume de recursos e lutas políticas entre as classes em emergência tornava a expropriação um espaço de guerra civil por direitos. Já no Vale do Itajaí, desde cedo, o território foi calado e a riqueza da terra, que antes alimentava a subsistência de seus ocupantes, abertamente alçada ao centro do interesse comercial. “Transplantada, tal como era, para contextos ainda mais desigualitários, essa lei podia se converter em instrumento do imperialismo”. (THOMPSON, 1997, p. 357)

A instituição da propriedade privada colonial no Vale do Itajaí, observada desde uma possível transferência do modo de organização camponês alemão, se depara com o problema da definição de um costume instituído na Alemanha para a propriedade agrária no século

(SANTOS, 1973, p. 87).

52. Estrada de Ferro Santa Catarina, com primeiro trecho construído entre 1907 e 1909, constitui objeto de análise da terceira parte do capítulo 2.

53. Em 1914, segundo Hoerhan, aproximadamente 400 indivíduos integravam o grupo atraído no Plate. E, em 1932, havia no posto apenas 106 indivíduos. (SANTOS, 1973, p. 181).

XIX. O que observamos é a transição entre o modelo clássico de servidão feudal, até então dominante, para as formas mercantis de produção no campo, e a industrialização das cidades; fatores estes que deixaram muitos alemães entre a migração e a proletarianização nas cidades.

[...] con el edicto de 1807, la “servidumbre originaria”, iniciando el proceso que justamente en los tiempos de Weber⁵⁴ comenzaba a ser llamado “liberación de los campesinos” — recupera un estatuto jurídico, el llamado *Instverhältnis*. A pesar de afirmarse a partir de la disolución de la servidumbre de la gleba, este último no configura todavía una moderna relación de trabajo asalariado: de hecho “no es un contrato de trabajo con un solo trabajador, sino con una familia de trabajadores”. El jefe de familia (el *Instmann*), sometido plenamente al poder de disposición personal del terrateniente — habitualmente un noble, un *Junker*, que hasta 1872 ejercía formalmente también las funciones de policía y jurisdicción— se comprometía a hacer trabajar también a sus familiares. A cambio recibía generalmente una casa en las propiedades del terrateniente, una huerta, el uso de las tierras de pastoreo para un determinado número de animales y sobre todo una parte de la cosecha y de la harina. [...] una relación de dominación sobre la persona del “*Instmann*”, ubicándolo en una posición totalmente dependiente de la “eficacia y del arbitrio del señor”; pero al mismo tiempo comunitaria, en la medida en que situaba en un único destino — marcado por el mismo interés en la calidad de la cosecha y en la conducta de los precios de los productos agrícolas — al “señor” y sus dependientes, arraigando a ambos a la tierra. (MEZZADRA, 2005, p. 67-68).

Verifica-se que embora se altere o estatuto jurídico da propriedade, o vínculo com a terra e seus meios de apropriação ainda unificavam o proprietário e o produtor camponês, mas apenas através de relações comerciais e não mais desde um sistema de subsistência e

54. O autor refere-se ao último decênio do século XIX, período em que Weber realizou estudo sobre a situação dos camponeses da Prússia Oriental.

produção de excedentes. A fuga das pressões econômicas naquele contexto iria levar o emigrante ao mesmo processo de subsunção ao comércio na América, num movimento em que uma tradição conservadora sobre a ocupação da terra seria acompanhada de sua liberação para o comércio.

La propiedad debía hacerse palpable, librarse para el mercado de sus usos y sus circunstancias sociales, hacerse conceptible de setos y cercas, de ser poseída independientemente de cualquier entramado de costumbres o mutualidades. [...] En ciertas zonas, como los bosques, los beneficios marginales pueden ser lo suficientemente amplios como para proporcionar una subsistencia de varios tipos a muchos hermanos menores, e incluso a inmigrantes. Esto se da también en zonas donde los escasos ingresos agrarios pueden complementarse desarrollando industrias y oficios domésticos. (THOMPSON, 2002, p. 339-340)⁵⁵.

Esse processo de acumulação – orientado pela exploração primária da terra e pela migração – oferecia alguns caminhos para o imigrante europeu sem recursos que chegava à região de Blumenau: (1) venda de força de trabalho nas obras estruturais geridas pela direção da colônia/município e coordenadas pelas empresas comerciais, o que o instituía na condição de realizador do capital oriundo dos empréstimos do Império brasileiro; (2) venda de força de trabalho para a transformação dos recursos naturais da colônia em mercadorias comercializáveis, com relevo para a madeira, prática inicialmente operada de forma dispersa pelos primeiros habitantes no século XIX⁵⁶ e progressivamente monopolizada pelas empresas comerciais. A realização da venda do produto possibilitava a importação dos gêneros não produzidos localmente que eram distribuídos pelos mesmos comerciantes que operavam as atividades extrativas, o que gerava dependência entre o colono e o comerciante; (3) Como produtor de

55. O capítulo “El entramado hereditario” (p. 329-362) constitui importante fonte de análise para as questões envolvendo a instituição jurídica da propriedade privada no contexto do mercado.

56. Os imigrantes, ao se instalarem nas terras, logo estabeleceram grande número de serrarias, aproveitando os rios para transporte e as cachoeiras e quedas da água para mover as serras nas diversas colônias fundadas a partir de 1850. Isso ocorreu principalmente no Vale do Itajaí, onde a madeira era transportada em toras, pelo rio até o porto de Itajaí. (GRIGGS apud GOULARTI FILHO, 2007, p. 88).

mercadorias comercializáveis a partir da produção agropecuária na pequena propriedade, embora seja a alternativa que estabelecia maior autonomia ao produtor, esta autonomia também estava condicionada à oferta de produtos que possuísem demanda fora da colônia/município, ou seja, demandas comerciais externas. Essa trama produtivo-exploratória configurou os determinantes da construção da existência dos colonos trabalhadores.

Como última cuestión deseo volver a la diferencia entre la herencia familiar y la herencia de seguridad, estatus o poder de un grupo social, casta o clase. La primera depende generalmente de la segunda. Tenemos las prácticas hereditarias particulares de las familias, y el entramado, formado por el derecho, la costumbre y las expectativas sobre el que operan estas prácticas. (...) En este entramado de nepotismo e influencia, la posesión no lo era todo: había que complementarla con la continuidad de los intereses y las conexiones políticas apropiadas. (THOMPSON, 2002, p. 351, 352).

A observação deste modelo de apropriação indica que aqueles elementos considerados como excedentes na economia local, de fato correspondiam aos produtos da extração dos “benefícios marginais da propriedade”, como meio primário de organização da apropriação colonial.

La costumbre establecida de los señoríos era examinada cuidadosamente bajo distintas perspectivas por intendentes y abogados, cuyos patronos veían la propiedad de modo diferente y más comercializable. Donde la costumbre impedía los arrendamientos abusivos, los derechos de aprovechamiento “marginales” – madera, derechos minerales, piedra, turba y turberas – podían incluso adquirir mayor importancia para el señor ansioso de aumentar sus ingresos. En general el proceso agrícola y el aumento de la economía de mercado significaron que los derechos de aprovechamiento establecidos por la costumbre tenían un equivalente en metálico de más valor que anteriormente, caso de que pudieran ser extraídos de su contexto sociológico y tenencial. (THOMPSON, 2002, p. 330).

Sendo produtos resultantes da capitalização das mercadorias primárias, o dinheiro que retornava à colônia após a transação externa de venda dos “recursos marginais” não deve ser considerado como poupança, nem a madeira enquanto produto pode ser considerada um excedente econômico. O resultado da exportação da madeira pelo comerciante lhe volta na forma de capital, e como tal, exige novo movimento de valorização através da importação de novas mercadorias, não pode ser relegado à condição de poupança. Daí a expansão contínua das empresas coloniais rumo ao interior do Vale desde o porto fluvial de Blumenau e a transferência das gerações posteriores aos primeiros ocupantes da terra, os teuto-brasileiros, para assumir pequenas propriedades no interior. Imersos em uma trama onde a propriedade adquiriu duplo caráter de terra legal valorizada de acordo com as leis do mercado e, território virgem inteiramente dependente do trabalho para a possibilidade de geração de valor.

Todos os três momentos do processo, o material, o instrumento, o trabalho, convergem em um resultado neutro – o *produto*. No produto são simultaneamente reproduzidos os momentos do processo de produção que são consumidos nele. O processo como um todo se apresenta, portanto, como *consumo produtivo*, i.e., como consumo que nem termina no *nada* nem na simples subjetivação do que é objetivo, mas que ele é mesmo de novo posto como um *objeto*. (...) Ela consome o que é objetivo do objeto – a indiferença à forma – e o que é subjetivo da atividade; conforma o primeiro, materializa a última. Como *produto*, entretanto, o resultado do processo de produção é *valor de uso*. (MARX, 2011, p. 234)

Sobre esta base inicial construíram-se as relações de apropriação locais. No decurso histórico desse processo, o maior ou menor fluxo de investimentos na colônia estava condicionado aos investimentos auferidos junto ao governo federal e ao fluxo migratório como atividade comercial. Até o fim do século XIX, nas condições imperiais brasileiras, não foram criadas disposições para investimentos de maior alcance capazes de alterar de forma revolucionária as condições de produção locais. Este feito só seria alcançado no período republicano, mas estaria assentado nos mesmos princípios organizadores já presentes na gênese da Colônia Blumenau: a centralização comercial das atividades de produção e distribuição de mercadorias e o atrelamento dos interesses

públicos da gestão municipal à construção de infraestrutura em favor das empresas comerciais que operavam os negócios de importação e exportação. Em suma, o desenvolvimento da cidade não estava voltado a interesses de constituição de uma sociedade democrática e culturalmente desenvolvida, em algum sentido planejado, mas à viabilização contínua dos investimentos comerciais.

El hecho es importante, puesto que el historiador económico puede considerar que las claves del proceso expansivo agrario se encuentran en el sector “libre”, mientras que el historiador social puede creer que los horizontes psicológicos y las expectativas de la mayoría de la comunidad agraria se encontraban aún en el sector dependiente. (THOMPSON, 2002, p. 330)

Desta tomada das definições de costume pelo direito, como meio de institucionalização da propriedade privada, podemos verificar a base político-econômica que sustentou a defesa da cultura germânica como autêntica conquistadora das terras do Vale do Itajaí: as bases políticas da dominação comercial seriam legitimadas pela suposta tradição agrária dos imigrantes pobres, em oposição à suposta vocação comercial dos fazendeiros comerciais dominantes. Os costumes germânicos foram interpretados em favor do ordenamento institucional liberal do empreendimento, ou seja, na perspectiva dos novos dominantes, encobrimo a diversidade étnica presente nos grupos trabalhadores que não possuíam protagonismo político reconhecido na instituição da economia regional. O processo de ocupação do interior pelos descendentes dos primeiros colonizadores, bem como a centralização das instituições locais ordenadoras da ação apropriadora e da gestão local em torno dos comerciantes, além do constante aumento da força de trabalho disponível via migração, iria definir os contornos iniciais das relações de classe no Vale do Itajaí.

2. BLUMENAU – ACUMULAÇÕES ORIGINÁRIAS

2.1 PERÍODO IMPERIAL – O VALE DO ITAJAÍ ENTRE O MERCADO NACIONAL E O *LOBBY* HANSEÁTICO

A região do Vale do Itajaí iniciou sua integração à economia colonial brasileira na metade do século XIX, por meio da migração europeia – sobretudo de origem alemã – indutor primário desse processo. Num contexto onde nem todo o território alcançava uso produtivo mercantil a entrada de cada novo imigrante favorecia a expansão deste modo de apropriação rumo às terras indígenas do interior do Vale.

Era necessário construir meios locais de produção de mercadorias exportáveis, produzidas no menor espaço de tempo possível e que fossem inseridas no mercado brasileiro, através do Porto de Itajaí. Deveria ser construída infraestrutura local de transporte e armazenamento destes produtos. A agricultura e a pecuária que seriam implementadas deveriam obedecer às exigências do mercado nacional, que determinava o segmento em que os pequenos produtores poderiam atuar. Apenas os investidores comerciais alcançariam condições de financiar os meios de processamento e padronização dos produtos fragmentariamente produzidos na colônia, de tal forma que a propriedade fundiária não podia ser caracterizada como produtora autônoma da subsistência do colono, já que seu alcance dependia tanto do pagamento da dívida do lote quanto da transformação de sua condição improdutiva.

Neste capítulo, analisamos o desenvolvimento institucional da colônia e posterior município de Blumenau a partir do efeito gerado pela ação do comércio externo no Vale do Itajaí do século XIX. A ação institucional dos defensores do mercado iria desencadear uma série de transformações na organização econômica local, características do processo descrito por Karl Marx (2011), como “efeito civilizador do comércio exterior”. Uma transação mercantil complexa de caráter transatlântico, iniciada pela importação da força de trabalho e na vinculação dos comerciantes às redes articuladas de importação e exportação de mercadorias nacionais.

O comércio de longa distância muitas vezes engendra mercados, uma instituição que envolve atos de permuta e, se o dinheiro é utilizado, de compra e venda. [...] Entretanto, do ponto de vista econômico, os mercados externos são algo inteiramente diferente, tanto dos mercados locais quanto dos mercados internos. Eles não diferem apenas em tamanho; são instituições de função e origem diferentes. O mercado externo é uma transação; a questão é a ausência de alguns tipos de mercadorias naquela região. A troca de lãs inglesas por vinhos portugueses constitui um exemplo. O comércio local é limitado às mercadorias da região, as quais não compensa transportar porque são demasiado pesadas, volumosas ou perecíveis. Assim, tanto o comércio exterior quanto o local são relativos à distância geográfica, sendo um confinado às mercadorias que não podem superá-la e o outro às que podem fazê-lo. Um comércio desse tipo é descrito corretamente como complementar. A troca local entre cidade e campo e o comércio exterior entre diferentes zonas climáticas baseiam-se neste princípio. Um tal comércio não implica competição necessariamente, e se a competição levasse à desorganização do comércio não haveria contradição em eliminá-la. Em contraste com o comércio externo e o local, o comércio interno, por seu lado, é essencialmente competitivo. (POLANYI, 2000, p. 79-80)

Ao observarmos a colonização por esse caráter de transação comercial, com características internas e externas, encontraremos na gestão da colônia Blumenau o centro difusor dessas transações na região do Vale do Itajaí. Se a propriedade fundiária respondia às exigências do mercado de importação e exportação – e este mercado era organizado por comerciantes que detinham o poder sobre a gestão local, legitimando a sujeição da produção ao comércio e atuando mesmo para catalisá-la – então podemos observar a existência formal na colônia/município de Blumenau de uma forte desigualdade entre produtores diretos e comerciantes, instituída pela sujeição formal de todas as instituições locais ao mercado, inclusive a pequena propriedade; e pela exploração da força de trabalho, composta tipicamente pelo

imigrante pobre que adquiria terras a crédito e submetia-se a todos os trabalhos necessários na organização produtiva local que lhe fornecessem renda para a subsistência e quitação de sua propriedade.

Os meios locais de subsistência instituídos no decorrer no século XIX dependiam do mercado externo como indutor primário da colonização, com base nos negócios da emigração e da exportação e importação de mercadorias. A análise da instituição destes meios deve considerar o papel do *lobby* como elemento institucional necessário à viabilidade interna daquelas condições.

A consolidação de uma rede especializada no desenvolvimento de relações comerciais externas como meio para fomentar o crescimento industrial das economias europeias no século XIX – cujos títulos de dívida externa seriam utilizados para o financiamento da produção interna – construiu, ao longo daquele período, instituições vinculadas ao estímulo desses investimentos direcionados à apropriação mercantil das terras coloniais situadas na América. À *haute finance* – como designa Polanyi (2000) – cabia a decisão sobre quais territórios seriam escolhidos como viáveis para a ação expansiva do capital financeiro de seu Estado Nacional.

O comércio da migração para a América estava em ascendência na Alemanha em meados do século XIX, instituindo um nicho de mercado bastante rentável e disputado para as empresas de navegação marítima. As atividades comerciais relacionadas ao comércio marítimo encontravam-se em disputa entre duas grandes cidades portuárias– Hamburgo e Bremen. Em 1846, Gültzow, comerciante hamburguês, procurou os representantes da Câmara de Comércio local e alertou:

Bremen, cidade portuária vizinha e rival de Hamburgo, naquela época já sucedera em atrair para o seu porto a maioria dos emigrantes alemães aos Estados Unidos. Se os hamburgueses não reagissem, tal seria também o destino das futuras emigrações para o Brasil. (RICHTER, 2004, p. 11).

A disputa pelo monopólio comercial do transporte para a América estaria ligada à tentativa hamburguesa de abarcar uma fatia dos negócios da emigração. Para esse fim, os comerciantes passaram a operar *lobbys* para garantir as disposições ao investimento. No mesmo ano do alerta de Gültzow, a Câmara do Comércio funda uma associação com interessados:

No dia 27 de maio de 1846, vinte casas e pessoas das mais respeitáveis de Hamburgo ligadas ao comércio, muitas delas vinculadas ao Brasil, formaram uma “Associação Provisória para a proteção de Emigrados Alemães com Destino para o Brasil”. (...) Das vinte casas e pessoas, cada uma deveria subscrever para um fundo comum com três mil marcos hamburgueses, logo que fossem por parte do governo brasileiro deferidos os requerimentos, viabilizando assim a constituição definitiva da Associação com um capital inicial de sessenta mil marcos, a ser aumentado mais tarde para no mínimo 1 milhão de marcos em ações. (RICHTER, 2004, p. 14).

A “Associação Provisória para a Proteção de Emigrados Alemães com Destino para o Brasil” foi criada como meio de legitimação política e jurídica para as transações comerciais externas a serem efetuadas pelas casas alemãs. Sua estrutura incluía representantes oficiais na Alemanha e no Brasil, países cujos fins associativos estavam previstos. Na prática, era uma associação voltada ao *lobby* – envolvendo negociação direta com os agentes estatais para os interesses do mercado – para a ampliação dos negócios de exportação e importação envolvendo a instalação de colônias no Brasil. Adolf Schramm, comerciante hamburguês que já possuía negócios no Brasil, foi nomeado representante oficial da Associação e expressou seu método de negociação em terras brasileiras:

Por meio de conversações entre amigos, eu me comprometo a conseguir mais do que seria possível conseguir mediante os meios usados em diplomacia. Afinal o Brasil é o país onde é muito importante e até decisivo dispor de relações! (RICHTER, 2004, p. 13).

A fragilidade das regulações jurídicas e políticas do Império aparece na obra de Caio Prado Junior (1986) como um dos fatores fundamentais para explicar o desenvolvimento institucional brasileiro⁵⁷.

57. O Império independente, que sob muitos aspectos não será mais que um prolongamento da situação anterior [...] nada alterará nesse assunto de que nos ocupamos. [...] Não era evidentemente possível governar e administrar uma nação independente e soberana, preenche de necessidades até então inatendidas, com o rudimentar aparelhamento administrativo da colônia, onde a justiça era um mito, a ordem legal precária, as forças armadas reduzidas e sem organização eficiente, a saúde pública, a instrução, os serviços de fomento quase nulos, as

Este modelo catalisou a fragmentação política do território e a centralização do poder municipal em torno dos dominantes econômicos de cada mercado local específico. Também neste contexto, Oliveira Vianna (2005) apontou as fragilidades do poder político estatal brasileiro em formação desde o século XIX, onde os grandes proprietários e comerciantes estariam acima da lei, movidos pela ação dos *lobbys* entre os dominantes nas redes de agenciamento econômico.

No caso da colônia/município de Blumenau, destaca-se a presença de representantes do comércio operando por meio dos cargos diplomáticos reservados às casas hamburguesas no Brasil. Já em 1846, o cônsul geral de Hamburgo no Rio de Janeiro, Hermann Schröder, foi designado pelos hamburgueses para a viabilização jurídica e econômica da colonização alemã no Brasil: ele recebeu instruções do secretário da comissão⁵⁸, Adolph Soetbeer, para contratar um responsável pela busca de terras no sul do Brasil. Consciente das pretensões colonizadoras do jovem Hermann Blumenau⁵⁹, o cônsul aceitou sua contratação para a realização de estudos e relatórios sobre as possibilidades de execução do negócio:

A comissão sugere que o senhor haja por bem se comunicar imediatamente com o Dr. Blumenau, o qual o senhor conhece e que ora está viajando pelo sul do Brasil seguindo a colonização alemã, para que este fique atento antes de tudo às finalidades práticas do empreendimento planejado e envie relatórios abrangentes sobre a matéria. Se o senhor achar que o dito seja capaz de eficazmente fomentar tal empresa, seria conveniente conceder por enquanto uma pequena quantia para ajudar nas despesas de viagem, e se graças a sua contribuição o plano suceder, acenar-

relações externas inexistentes. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 138).

58. Sendo esta comissão presidida pela firma “H. J. Merck & Cia”, muito dedicada ao comércio com o Brasil [...] em segundo lugar, ficava a casa comercial e companhia de navegação “Christian Matthias Schröder & Cia”. E em terceiro, a empresa de “C. J. Johns filhos”, ambas desempenhando papel importante nas relações comerciais com o Brasil.(RICHTER, 2004, p. 14)

59. Nascido em uma pequena cidade da Alemanha central, filho de engenheiro florestal, farmacêutico e químico recém-doutorado em Filosofia e Ciências naturais, na época tinha 26 anos de idade. [...] havia conseguido recomendações do Visconde de Abrantes, embaixador do Brasil em Berlim [...] assim como do cônsul geral da embaixada, Johan Jakob Sturz [...]. O Dr. Blumenau estava resolvendo a também tentar um projeto de colonização no sul do Brasil. (RICHTER, 2004, p. 12)

lhe com a possibilidade de futuro emprego nas atividades da Associação. (RICHTER, 2004, p. 15).

Ao realizar sua primeira viagem à região de Santa Catarina em 1847⁶⁰, Dr. Hermann Otto Blumenau, na condição de colaborador das casas comerciais hamburguesas para pesquisa em campo sobre as condições para instalar colônias no sul do Brasil, assumiria a função de agente central na trama que envolveu o Vale do Itajaí nos negócios da colonização. Nesta viagem Dr. Blumenau estabeleceu as primeiras relações com políticos e fazendeiros do Vale do Itajaí que lhe permitiram obter terras devolutas no território catarinense. Ele descreve seus métodos de negociação aos pais e parentes na Alemanha, de Desterro⁶¹, a 21 de abril de 1848:

Aqui não se consegue nada sem despendendo dinheiro. É preciso comprar as pessoas, de cima até embaixo. Não fui autorizado a fazê-lo, mas para dar andamento ao processo, arrisquei algumas centenas de mil-réis do meu bolso. O efeito surtiu algum resultado e prometi mais se for bem sucedido. (RICHTER, 2004, p. 46)

O poder de negociação alcançado pelo jovem Dr. Hermann Blumenau na província catarinense lhe assegurou a confiança do cônsul Hermann Schröder, representante oficial da “Associação Provisória para a Proteção de Emigrados Alemães com Destino para o Brasil”, no Rio de Janeiro. O cônsul comerciante indicou em suas asserções o objetivo das casas hamburguesas em relação às ações de Hermann Blumenau em Santa Catarina: tornar a Colônia Blumenau um espaço viável para a apropriação comercial a longo prazo por suas redes comerciais, lidando com a emigração de trabalhadores de origem alemã e servindo à propaganda para a venda de passagens nos portos da Alemanha. No momento de disputa por mercados que caracteriza o século XIX, a migração ao sul do Brasil era vista como facilitador para futuras transações comerciais mais significativas. Hermann Schröder expressou sua opinião sobre o trabalho do Dr. Blumenau para a comissão em 1848:

60. RICHTER, 2006, p. 29.

61. Atual Florianópolis/SC.

[...] combinei com ele que se dedique unicamente a nós, se bem que não de maneira direta. Se por enquanto continuar com o seu próprio projeto, causará efeito indireto bem melhor para nós. Está disposto, a qualquer momento que eu pedir, de desistir do seu projeto e de tomar o nosso partido abertamente. (RICHTER, 2004, p. 17-18)

A elaboração de condições institucionais favoráveis à colonização alemã no Brasil tornou-se uma tarefa política do Dr. Blumenau nas terras da Província de Santa Catarina. Suas viagens renderam as relações necessárias para o aproveitamento da lei de migração de 1836 como base jurídica para a aquisição privada de terras no Vale. Assim escreveu, em 1847, para a Comissão Provisória de Hamburgo.

Diversas vezes colhi informações sobre como fechar um contrato com o Presidente da Província baseado na Lei Provincial de Colonização de 1836. Um contrato visando obter terras em maior extensão, digamos de mais de 25 léguas quadradas, precisa de aprovação por parte da Assembleia Geral ou pelo menos do Governo. Extensões menores, de 12-20 léguas, pode-se obter sem maiores cerimônias, como propriedade definitivamente segura... Expliquei aos senhores Coniguer e Johns (representantes da Comissão hamburguesa no Rio, antes de 28 de setembro) que, não sabendo bem qual seria minha futura situação, precisaria procurar meios de subsistência e que pretenderia consegui-los entre outros comprando terras em Santa Catarina e recebendo concessões de terras para colonização pelo Presidente da Província. (RICHTER, 2004, p. 22)

Após construir relações com agentes políticos da província catarinense, Dr. Blumenau apresentaria o projeto colonizador hamburguês no legislativo. Alguns comerciantes da capital Desterro – bem como os fazendeiros comerciais instalados na região de Itajaí – viam na colonização uma excelente oportunidade para o desenvolvimento do mercado local em que atuavam. Além dos fazendeiros brasileiros estabelecidos na foz do Itajaí, a presença de comerciantes e colonos alemães nas colônias de Pocinho e Belchior, desde a terceira década do século XIX, facilitariam ainda mais o apoio à colônia alemã no Vale, integrando-o por meio das relações com estes

agentes.

No entanto, o projeto hamburguês supunha, além da concessão de terras devolutas a baixo preço, o financiamento por parte da província da infraestrutura necessária ao povoamento, com base no pagamento por imigrante instalado. Estas condições afetariam diretamente o pequeno orçamento da Província e os interesses de outros grupos comerciantes ou fazendeiros, cujos negócios estariam também relacionados a seu poder político na província catarinense. A incerteza acarretada por estes fatores levaria o Dr. Blumenau a mover seu *lobby* por intermédio do recurso mais eficiente nas terras provinciais, o dinheiro.

Precisei dar mais 150 mil réis ao Sr. Ayres (além dos 200 mil réis que este já havia recebido em 4 de março). Ademais, o mesmo de maneira bastante duvidosa pretendeu o meu relógio com corrente (um relógio de ouro com corrente de ouro no valor de 150 mil-réis)... Restam 850 mil réis a serem pagos ao Sr. Ayres quando o projeto tiver estiver assegurado de vez, ou seja, que nem o Governo nem a Assembleia Provinciais revoguem a concessão de terras, o que na legislatura que vem se vai ver. Além disto, prometi ao senhor Ayres mais 2 a 3 contos de réis, se a proposta inteira, incluindo isenção de ancoragem e concessão de um prêmio em dinheiro, for aprovada e ele entregar nas Vossas mãos o projeto sancionado pelas Câmaras e assinado pelo imperador. (Quanto ao senhor Ayres, trata-se do ilustre Deputado da Assembleia Provincial de Santa Catarina, um dos três membros da Comissão de Colonização). (RICHTER, 2004, p. 42).

Embora Dr. Blumenau tenha confiado no poder de suas relações com os dirigentes da província, sustentando suas negociações políticas por meio do poder financeiro, seu *lobby* em favor dos hamburgueses não foi aprovado na Câmara Provincial. Diante do pequeno orçamento da província de Santa Catarina e da ausência do apoio financeiro do Império, em maio de 1848, o projeto hamburguês de colonização do Vale do Itajaí foi reprovado. Assim escreve o futuro colonizador após a primeira derrota política na Assembleia da Província de Santa Catarina:

Cometi um erro de superestimar as promessas e a influência do Presidente, de confiar somente nele e no Sr. Ayres junto com o grupo dele e de faltar a também comprar os votos dos líderes da oposição. Cometi o erro ainda menos perdoável de não ter a coragem de arriscar 500 mil-réis do meu próprio bolso para interesse alheio, se bem que para uma grande obra. Talvez conseguisse lei e contrato vantajosos, mas os meus meios dos quais disponho aqui, já estavam investidos (na empresa). (RICHTER, 2004, p. 45).

Em 1848 o doutor Blumenau lamentava a reprovação do plano hamburguês de colonização no Vale do Itajaí. Mas mesmo que tivesse obtido êxito, as condições políticas da Alemanha do período não permitiriam a aprovação de planos emigratórios. Ainda em novembro de 1846 o plano hamburguês havia sido reprovado no Conselho de Estado alemão e as condições políticas locais seriam mais difíceis nos anos seguintes com a extensa industrialização que agravaria a proletarianização dos camponeses e provocaria os movimentos populares. Qualquer plano de investimento em maior escala necessitaria aguardar condições políticas mais estáveis na Alemanha, o que só viria a ocorrer após 1871, quando a derrota das classes trabalhadoras europeias para a burguesia e os latifundiários – com seu auge representado pela derrota da Comuna de Paris na França e a unificação da Alemanha concluída por Bismarck – promoveria uma nova etapa de investimentos para a expansão capitalista.

Com a perda do empreendimento, a Associação de Proteção aos Emigrados Alemães havia sido extinta, mas o plano colonizador não o foi. O estatuto jurídico da Associação foi abandonado porque não mais seria de utilidade: a empresa foi incapaz de promover as condições para capitalizar-se e o primeiro esforço especulativo havia falhado. No entanto, as casas comerciais hamburguesas adquiriram ainda mais influência política sobre o território de Santa Catarina e iniciaram um pequeno projeto de colonização na região norte – Joinville, atuando ainda como mercadores de passagens e mercadorias para a colônia que seria fundada por seu ex-colaborador no Vale do Itajaí – a Colônia Blumenau.

Estas considerações são importantes porque, embora as casas comerciais não tenham obtido êxito inicial na forma de subsídios públicos de capital como pretendiam, a manutenção das relações comerciais entre estas colônias e os comerciantes hamburgueses é uma

das bases mais importantes para se compreender seu progressivo desenvolvimento. Enquanto muitos empreendimentos de colonização privada faliram logo em seus primeiros anos devido à ausência de um mercado externo sustentador do ciclo do capital comercial necessário ao avanço econômico – mesmo que a colônia Blumenau tenha falido várias vezes – a existência de relações de mercado entre os agentes hamburgueses, bem como com os comerciantes brasileiros dos negócios de importação e exportação via Itajaí, viabilizaria o desenvolvimento relativamente estável da colônia durante o século XIX⁶².

A instituição das disposições necessárias ao início do projeto colonizador seria buscada pelo Dr. Hermann Blumenau no investimento de recursos próprios para a aquisição de terras e registro de empresa comercial no Vale do Itajaí. Para tanto, associou-se com Ferdinand Hackradt⁶³ e, a partir dos contatos obtidos com os fazendeiros da região do Vale do Itajaí⁶⁴, adquiriu as terras de seu interesse, obtendo ainda concessão sobre áreas devolutas no seu entorno, como escreve em 1848:

Fizemos uma ótima aquisição. Possuímos dois lotes adjacentes com uma área de aproximadamente 5.400 morgos (1350 hectares) na margem sul do rio Itajaí, começando um pouco acima do salto e acompanhado o rio na sua descida por uma hora. Estas terras foram compradas de primeira mão... O preço total, incluindo a medição e emolumentos, foi de 1.800 mil-réis ou pouco mais... Do Presidente da Província recebemos por doação definitiva, uma área situada nos fundos das terras mencionadas, condicionada à medição, registro e ocupação... A área de terras doadas é de, aproximadamente,

62. Onde o Governo não quis ou não pode oferecer o sacrifício necessário, a imigração se manteve baixa ou grandes capitais foram perdidos, deixando milhares de pessoas na miséria antes de preparar o caminho para o futuro das grandes levas migratórias. (BLUMENAU, 2002, p. 64).

63. Mais tarde, o Dr. Blumenau chamaria Hackradt de “agricultor prática e cientificamente instruído”. Nasceu em 1819 na região prussiana de Brandenburg, perto de Berlim. (RICHTER, 2006, p. 27).

64. É interessante notar quais foram os proprietários de terras na região da futura Blumenau. Além da já mencionada figura de proa, Agostinho Alves Ramos, eram igualmente homens importantes. José Henrique Flores se estabeleceu na região em 1835 com muito dinheiro e escravos, tornando-se cedo político de destaque. Possuía quase todos os terrenos desde o Ribeirão Gaspar até as proximidades da Vila de Itajaí. Marcos Antônio da Silva Mafra era proprietário agrícola e comerciante. (RICHTER, 2006, p. 34).

15.100 morgos (3775 hectares). Temos, portanto, uma área total de 20.500 morgos (5.125 hectares). (RICHTER, 2004, p. 35)

Após adquirir as terras privadas e uma boa concessão por parte da Província⁶⁵, assegurada pelo *lobby* junto à presidência⁶⁶, Dr. Hermann Blumenau iniciou a constituição dos meios de reprodução capazes de tornar a colônia rentável. Para tanto, dedicou-se às atividades econômicas existentes no território e utilizou força de trabalho escrava para a construção das primeiras benfeitorias⁶⁷. No início dos negócios envolvendo a migração, a colônia caracterizava-se como empresa comercial, integrada às relações de produção já existentes na região do Vale.

Fundaram a firma “Blumenau & Hackradt”, que iria operar como empresa particular agrícola-industrial, principiando com engenho de serras e pretendendo a fabricação e refinação de açúcar, óleos vegetais, aguardente, espírito de vinho e vinagre. Segundo o contrato entre os dois, 60% dos lucros ficariam com o Dr. Blumenau e 40% com Hackradt. O primeiro recebeu mais 2 mil táleres (2837 mil réis) enviados ao Rio pelo seu pai, da Alemanha. Ao tudo, até julho de 1848 investiu 7000 réis na empresa. (RICHTER, 2004, p. 36).

65. Um dos deputados da Comissão Especial de Colonização da Província de Santa Catarina, José Bonifácio Caldeira de Andrade, assim se pronuncia sobre a aprovação do contrato. “Tendo eu sido um dos Deputados Provinciais que mais se pronunciavam contra a proposta, maxime por enxergar no artigo 18 dela (O Governo Imperial concorrerá para as despesas da colonização com a quantidade de dois mil réis para cada colono introduzido) um grande prejuízo aos Cofres Nacionais”. (RICHTER, 2004, p. 41).

66. Dr. Blumenau, carta aos pais e parentes em 1848: Com o presidente da Província de Santa Catarina negocieei sozinho, recebi oito léguas quadradas de terras destinadas à colonização. Destas, quatro léguas estão destinadas para os colonos e quatro são de minha propriedade tão logo distribua algumas terras aos imigrantes. Elas estão atrás das minhas e de Hackradt. Além disso, fechei um contrato que me coloca à disposição três léguas quadradas de terra particular para colonos”. (RICHTER, 2006, p. 39)

67. O próximo trabalho importante será a construção do nosso engenho de serra. Contratamos a construção com dois norte-americanos competentes. [...] Nossos recursos financeiros são suficientes, se bem que escassos, mas com os negros economizamos muito em salários. Em breve o engenho começará a produzir. Então poderemos dispensar um bom número de diaristas que atualmente estão ocupados em cortar madeira, serrar tábuas à mão, etc. (idem, p. 36-37).

O empreendimento privado do Dr. Hermann Blumenau figura como raiz institucional de onde as instituições políticas e administrativas do futuro município foram construídas durante a segunda metade do século XIX. A ausência direta da presença corporativa do comércio hamburguês no território, que devido ao fracasso de seu projeto colonizador limitou-se ao fomento dos negócios da emigração, principalmente através do *lobby* exercido pela casa comercial de Christian Matthias Schröder,⁶⁸ faria com que os recursos necessários à construção de meios locais de povoamento fossem buscados pelo jovem Blumenau na Coroa brasileira⁶⁹. Em 1851, na condição de proprietário único do empreendimento – diante do pagamento pela saída de seu sócio e beneficiado pela lei de terras de 1850 –, Dr. Blumenau fechou o primeiro contrato com o governo imperial brasileiro:

1º- (...) uma Colônia agrícola e industrial composta de famílias alemãs (...). 2º- Para os gastos da importação dos referidos colonos se obriga o Governo Imperial a adiantar desde já ao empresário a quantia de dez contos de réis, correndo, porém, por conta o risco do mesmo empresário, todas as despesas que fizer tanto com a importação dos colonos, como a fundação e estabelecimento da Colônia, sem que em tempo algum possa reclamar do Governo algum outro auxílio ou indenização, que não seja o adiantamento que ora lhe faz, dos mencionados dez contos de réis. (KORMANN, 1994, p. 17).

Embora o referido contrato não possuísse as dimensões de um grande plano colonizador, seu conteúdo demonstra a abertura institucional do governo imperial para a colonização privada de suas terras devolutas no Vale do Itajaí, outorgando ao Dr. Hermann Blumenau a legitimidade para a direção da organização econômica do território à apropriação comercial da terra. A Lei de Terras de 1850 atribuiu à propriedade privada a condição de imperativo jurídico na

68. Há 20 anos, esta casa comercial e companhia de navegação estava desempenhando papel importante nas relações comerciais entre Brasil e Hamburgo. A partir de 1846, foi a primeira de Hamburgo a se empenhar regularmente em transportar emigrantes para o Brasil. (RICHTER, 2006, p. 42).

69. Embora doutor Blumenau não tenha mais vínculo institucional com as companhias comerciais de Hamburgo certamente suas relações com agentes na capital do Império lhe facilitariam as condições para o acesso a crédito na administração imperial no Rio de Janeiro.

gestão do Império. Suas consequências repercutiram em atos migratórios de vultosa importância para a história brasileira.

A referida lei estabeleceu a compra como única forma legal de acesso à terra e, na prática, abriu espaço para a privatização do sistema de colonização em terras devolutas, com a consequente expulsão de ocupantes que não possuíam títulos de propriedade. A passagem do controle das terras devolutas para as províncias teve o mesmo efeito. Os governos provinciais criaram algumas colônias oficiais, mas a maior parte dos territórios do sul foi colonizada por companhias particulares (a maioria controlada por imigrantes/descendentes) que recebiam grandes concessões com o compromisso de dividi-las em lotes para venda a colonos estrangeiros. (SEYFERTH, 1999, p. 84).

A lei passou às províncias o poder sobre concessão de terras devolutas da Coroa para colonização. Grandes extensões de terra foram vendidas a empresas comerciais. Estas aparentes facilidades não concorreram, contudo, para o êxito imediato do empreendimento, já que o vínculo com o mercado externo resumia-se predominantemente à migração, que se desenvolvia de forma lenta em virtude das difíceis condições econômicas⁷⁰. Ao escrever sobre os êxitos da então Colônia Blumenau em 1855, Dr. Blumenau referia-se a um pequeno empreendimento com poucos habitantes⁷¹, ou seja, o status de Colônia povoada constituía mais uma peça de propaganda para a migração do que a real situação do território⁷².

70. É significativo que Blumenau sempre tenha considerado 1852 a data real da fundação da colônia. É nesse ano que se faz o primeiro leilão de lotes de terra: 12 lotes são vendidos; 2 a 100\$000 cada um, sendo os adquirentes os irmãos Fritz e August Müller, que vieram à colônia por conta própria, sendo o primeiro conhecido naturalista. Ambos deviam ser pessoas de posses. Os restantes 10 lotes foram vendidos por um preço simbólico de 10\$000, apenas para cobrir os custos de demarcação, a colonos contratados por Blumenau. Terra quase gratuita era condição indispensável para atrair colonos “pioneiros”. (SINGER, 1977, p. 96).

71. Sabe-se por exemplo que dos 17 pioneiros de 1850, apenas 5 permaneceram em Blumenau. (SINGER, 1977, p. 97).

72. Em fins de 1854, dos 309 imigrantes, 67 já tinham abandonado a colônia e a maioria não fez o mesmo porque não dispunha de recursos, conforme reconheceu o próprio Blumenau. (SILVA, 1954, p. 9).

O Brasil era e continuava sendo um país desconhecido, descrito da pior maneira possível e, por este motivo, considerado impróprio como uma nova pátria para os alemães. Em 1851, apenas 8 pessoas dirigiram-se para a colônia. [...] No ano seguinte, houve um aumento e, na listagem, constava o nome de 110 recém-chegados, ocasião em que a Colônia festejava sua real fundação com a posse de doze lotes pelo mesmo número de famílias. [...] estas foram doadas aos colonos, que apenas precisaram pagar, ao cofre da Colônia, uma pequena quantia para a demarcação das mesmas. [...] No ano de 1853 [...] foram 28 pessoas e, em razão disso, foram adquiridos poucos terrenos. [...] No ano passado ocorreu um aumento favorável de cento e quarenta e seis imigrantes e, até o final de 1854, totalizavam trezentos e nove imigrantes. (BLUMENAU, 2002, p. 24).

A ausência de um fluxo contínuo de trocas capaz de alimentar a autonomia institucional da colônia iria consumir rapidamente o primeiro empréstimo. Apenas seis anos após o início do empreendimento, a Colônia Blumenau estava novamente sem recursos e teria que buscar amparo nos cofres da Coroa a fim de garantir sua continuidade. As metas de emigração para a colônia facilitavam o direcionamento dos recursos imperiais para obras de infraestrutura, conduzidas pela força de trabalho dos imigrantes⁷³.

O governo concede um adiantamento de 85 contos de réis, a ser amortizado no prazo de sete anos; um ordenado de 800 mil-réis por um ano para um pastor evangélico durante o mesmo período; a quantia de 10 contos de réis para a compra de terras nas imediações da foz do rio, com a finalidade de construir um trapiche junto ao porto, um subsídio de 32 contos de réis para cobrir as despesas de uma estrada entre o Vale do Itajaí e o planalto, devendo ser amortizado a partir do

73. Em princípios de 1854, foi para o Rio de Janeiro a fim de solicitar novos adiantamentos, comprometendo-se em trazer, nos próximos dez anos para a Colônia, quatro mil colonos europeus, construir a estrada entre a colônia e o porto de Itajaí e um caminho para a serra até encontrar a estrada que ligava São Paulo e Curitiba até a Província de São Pedro. (KORMANN, 1994, p. 21).

quarto ano, com a importância de 8 contos de réis anuais. O governo assegura a mim a aos meus colonos o direito de compra, por um preço mínimo, de mais ou menos metade das terras situadas às margens desta estrada, isentas de tributos durante 10 anos. (BLUMENAU, 2002, p. 71).

Paralelo a este processo institucional, configurado em torno das empresas comerciais e da migração como negócio, encontramos o desenvolvimento de meios locais de crédito voltados à produção agrícola. Essa modalidade de troca relacionava a construção dos meios locais de subsistência ao adiantamento de capital por parte do comerciante para o pequeno produtor direto. Este crédito funcionava como adiantamento de renda pelo qual o tomador necessitaria pagar na forma de produtos extraídos de sua propriedade ou com trabalho diário em obras públicas ou empresas comerciais.

O ano de 1863 marcou, também, no dia 19 de julho, a fundação da “Kultur Verein”. (...) tinha como meta principal melhorar a economia rural e as condições sociais, econômicas e culturais de Blumenau. (...) A “Kultur Verein” pode ser considerada a mais importante impulsionadora do desenvolvimento da Colônia Blumenau e, apesar de não ser considerada sociedade recreativa, vez por outra, realizava excursões com os associados e familiares, onde não faltavam a música, o canto, as cenas cômicas e a dança. (KORMANN, 1994, p. 41).

Alçados à condição de colonos quando financiavam uma pequena propriedade no município de Blumenau, o sistema de crédito local financiava as atividades de construção da subsistência dos imigrantes, que recebiam capital adiantado do comerciante e necessitariam extrair da terra a renda para liquidar as transações. A organização dos meios de apropriação pelas empresas comerciais ocorreu em paralelo com o processo de domínio do solo para cultivo de subsistência. Desse modo, a realidade diária do pequeno proprietário, no tocante às ações vinculadas à subsistência e à renda extra, tornaram-se difusas. O sentido comercial da colonização impede a designação clássica da pequena propriedade como produtora de subsistência, e a liga aos parâmetros do mercado, onde seu valor comercial predomina sobre sua produtividade.

Em outras palavras, a estrutura e o padrão de equilíbrio do sistema econômico, sob o capitalismo dependente, convertem a articulação econômica em fonte de privilegiamento dos agentes econômicos que podem operar no nível da integração capitalista das atividades econômicas internas e subordinam o crescimento econômico interno às flutuações do consumo e das especulações financeiras no mercado mundial. (FERNANDES, 1972, p. 54).

A destinação dos recursos da Coroa ao investimentos estruturantes da Colônia e posterior município de Blumenau evidencia a importância atribuída à infraestrutura de escoamento ainda antes da consolidação de qualquer núcleo produtivo agrícola justificável. No entanto, se observarmos esses investimentos em relação ao caráter comercial externo da colonização, veremos que os mesmos estavam voltados à criação de meios locais de produção e transporte, favorecendo, em curto prazo, os comerciantes envolvidos na exploração comercial da terra e transferindo a dívida da constituição destes meios para a gestão colonial/municipal. Aos migrantes pobres, fossem de origem migratória interna ou externa ao Brasil, caberia a renda oriunda da venda de sua força de trabalho para a realização das obras, daí proviria a base inicial de sua subsistência.

Na realidade, as terras recebidas nem sempre eram adequadas à produção agrícola, os centros consumidores estavam longe, forçando os colonos a vender seus excedentes para comerciantes locais, trazendo problemas para a quitação da dívida colonial. Pagar a terra recebida em um prazo de cinco anos era quase impossível diante das condições adversas que geraram a mobilidade, isto é, a constante troca de um lote por outro (na mesma região colonial ou alhures), nem sempre dentro dos procedimentos legais, tornou-se prática comum. A ocupação de lotes – abandonados por seus concessionários ou não – sem conhecimento da autoridade colonial configurava “invasão”, passível de expulsão ou, mais raramente, resolvida por arremate da terra em hasta pública. (SEYFERTH, 1999, p. 64).

Estas condições descritas por Seyferth (1999), indicam que a definição do imigrante como institucionalmente vinculado à terra desde sua chegada na Colônia Blumenau encobre o fato de que, antes de poder alçar à condição de “colono”, o imigrante era inserido nas atividades de organização da produção local, sua força de trabalho aparece como o único meio de valorização dos empreendimentos do município⁷⁴, tanto no que se refere à constituição dos meios locais de distribuição e troca quanto na preparação da propriedade privada para seu uso produtivo⁷⁵.

Na prática, as demarcações de linhas e lotes, bem como a abertura das primeiras vias de comunicação com Itajaí, foram realizadas usando os colonos como mão-de-obra. A espera pela concessão de um lote podia variar de seis meses a um ano, deixando os imigrantes dependentes dos subsídios oficiais (depois incorporados à dívida colonial) e do crédito dos comerciantes locais (que forneciam mantimentos e equipamentos). (SEYFERTH, 1999, p. 63)

Dez anos após o início do empreendimento, a Colônia Blumenau perdera sua condição privada e, com isso, passou a ser de responsabilidade da Coroa brasileira, passando à condição de colônia imperial dirigida diretamente pelo Dr. Hermann Blumenau⁷⁶. Tal

74. Em 1858, segundo relatório de Blumenau cita-se os investimentos em infraestrutura. “Gastaram-se, com esses trabalhos, neste ano Rs. 1:765\$850, Rs. 375\$000, etc., despesas com caminhos, pontes na colônia, importaram em Rs. 666\$840, as ditas da estrada que segue da colônia para a Barra do Rio, em 947\$470; em tudo, pois, Rs. 1:614\$310”. [...] Ora, é provável que a maior parte destes investimentos tenha sido em salários, já que a matéria-prima e os instrumentos de trabalho não deveriam ter sido de custo elevado. (SINGER, 1977, p. 101).

75. As características de distribuição dos lotes seguiam critérios que implicavam na ampliação contínua da ocupação territorial a partir do Itajaí e afluentes. Esta característica distributiva dos lotes confronta-se com o modelo ideal de produção e escoamento da pequena propriedade fundiária, o que indica novamente a prevalência do interesse comercial sobre a organização do povoamento. “(o colono devia residir na sua propriedade rural e não em áreas demarcadas com “lotes urbanos”). Como resultado, não houve formação de aldeias camponesas de tipo europeu, prevalecendo o modelo de povoamento disperso, definido por Waibel (1958) e Roche (1969), em que a unidade social comunitária era formada pelos ocupantes de uma linha. (...) Assim, a ocupação das terras iniciou-se a partir de um local demarcado com “lotes urbanos”, as linhas coloniais seguindo primeiro o rio principal e se ramificando, depois, pelos afluentes, em um afastamento progressivo de ocupação de terras cada vez menos apropriadas à lavoura”. (SEYFERTH, 1999, p. 64).

76. No dia 13 de janeiro de 1860, o Doutor Blumenau entregou, após prévios entendimentos com o Governo Imperial, a Colônia que, (...) continuando como Diretor até a emancipação da Colônia e ver instalada a Câmara em 10 de janeiro de 1883. [...] Um pouco antes da instalação, pelo Decreto Imperial nº 8.454 de 18 de março de 1882, a Colônia Blumenau (...)

transferência implicou em que a gestão da Colônia passasse a ter caráter público⁷⁷, embora a direção tenha se mantido centralizada na figura do Dr. Hermann Blumenau até a sua emancipação em 1882, ele deteve a autoridade política sobre os negócios da colonização de Blumenau concentrada em suas mãos e recebeu legitimidade na corte do Rio de Janeiro como mais um dos políticos ativos na estruturação produtiva do Vale do Itajaí.

Mas a centralidade do poder administrativo do Dr. Hermann Blumenau não implicou em controle efetivo do mesmo sobre as transações comerciais internas à Colônia. Embora detivesse o poder político da gestão, Dr. Hermann Blumenau tornar-se-ia cada vez mais dependente dos comerciantes que realizavam a expansão do modo de apropriação local, auxiliando-o na sustentabilidade do empreendimento. À medida que a Colônia se desenvolveu para o mercado, novos agentes integraram-se nos negócios. As terras não inseridas no plano geral de ocupação poderiam ser adquiridas por recursos privados, desde que à vista e o único setor que dispunha de capital para investimento era o comercial. Assim, iniciou-se uma cisão entre as áreas cujas atividades econômicas necessariamente eram orientadas pela gestão da Colônia e outra, já quitada e apropriada, de onde o capital comercial buscou valorização, primeiro pela extração primária e depois pela especulação através da venda em lotes, ou em ambos os processos concomitantemente.

Se pois importa tanto aos suplicantes comprar na indicada localidade, podem ser satisfeitos conforme o regulamento e deverão comprá-las à Direção desta Colônia, com a diferença porém de que todas as localidades, situadas fora do plano geral, deverão pagar tudo à vista e se comprometer a estabelecer caminhos e as pequenas pontes regulares, às suas próprias custas e sem reclamarem auxílio ou fundos da Direção ou do Governo, até que a localidade em questão entre no plano geral da colonização. [...] A diferença consiste então em que no raio compreendido no plano geral, as terras podem ser

foi declarada emancipada. (KORMANN, 1994, p. 23-26).

77. A Repartição das Terras Públicas tomou posse de quase todos os bens de raiz do colonizador, cuja aquisição foi feita pela importância de 120 contos de réis, garantindo o governo contrato sobre terras que foram celebrados entre o proprietário e os colonos. Descontaram-lhe 85 contos de réis de empréstimos. (SILVA, 1954, p. 9).

vendidas a crédito e que nestas logo se estabeleçam bons meios de comunicação, estradas, pontes, etc.; ficando subsistindo no resto as mesmas condições e preços como o regulamento os estabeleceu. (KORMANN, 1994, p. 39)

A consolidação do poder político dos comerciantes locais seria reconhecida na emancipação da Colônia Blumenau, em 18 de março de 1882, por Decreto Imperial. Seu primeiro governo foi implantado no dia 10 de janeiro de 1883, tendo José Henrique Flores Filho como Presidente da Câmara Legislativa Municipal, o que significava também a chefia executiva da cidade (KORMANN, 1994 p. 65). A posse de Flores Filho, descendente de um dos fazendeiros instalados no Vale antes de 1850, demonstra que a organização econômica da ex-colônia esteve desde o início atrelada aos interesses comerciais dos fazendeiros da região. Relevam ainda o papel indutor do comércio local ocupado pelos comerciantes e fazendeiros – brasileiros e alemães – que atuavam na região do Vale no período. Após a emancipação, estes comerciantes e fazendeiros iriam assumir o poder político direto sobre a administração da cidade. Em 15 de agosto de 1884, já sem a condição de chefe político, Dr. Blumenau retornou à Alemanha⁷⁸.

Ao invertermos a lógica de interpretação da institucionalização da propriedade no quadro colonial, do mercado à subsistência, no sentido de que apenas após o pagamento do solo e sua preparação para a produção ela podia tornar-se um meio de vida relativamente autônomo, veremos que os modelos explicativos da acumulação originária da colonização do Vale do Itajaí, que partem de uma noção ideal de pequena propriedade – como produtora de subsistência e excedentes – estariam tratando o desenvolvimento local com base em uma perspectiva que somente poderia ser observada em países com capitalismo originário próprio – sendo o caso inglês o mais significativo.

O que observamos no contexto dos primeiros anos da colonização

78. Antes de partir, Dr. Blumenau redige carta ao Imperador Pedro II: “Retiro-me profundamente comovido desta minha bela Pátria adotiva, em que passei os dias mais felizes, como também os mais tristes de minha vida. Teria desejado deixar um dia minhas cinzas no torrão em que derramei muito suor; mas tenho de curvar-me aos ditames do destino. Meu derradeiro e íntimo desejo, perdendo – e com vivas saudades – de vista o “gigante que dorme”, é que as mais benignas estrelas iluminem ainda por longos, longos anos os preciosos dias de V. M. Para felicidade e glória de sua augusta família e da esperançosa terra de Santa Cruz!”. (KORMANN, 1994, p. 27).

até a emancipação do município de Blumenau é a formação de uma economia voltada à exploração dos recursos extrativos e subsidiariamente vinculada à produção agrícola, produção esta já na sua base vinculada ao mercado. O mercado externo agia sobre a colônia/município principalmente pelo envio de força de trabalho via migração, o envio destes imigrantes e das mercadorias a eles necessárias foram indutores do aumento do comércio e da produtividade do trabalho na economia do município de Blumenau⁷⁹. Destarte, a viabilidade da colonização estava diretamente relacionada à intervenção da Coroa brasileira no financiamento das condições de transporte e infraestrutura necessárias à constituição dos meios de apropriação mercantis no seio do Vale do Itajaí, bem como na exploração da força de trabalho dos brasileiros pobres que migrariam para a região durante todo o período. Até a proclamação da República e a estabilidade política alcançada com a derrota da revolução federalista em 1894, esse seria o quadro de referência para a compreensão do papel da colônia/município de Blumenau nos processos originários de acumulação no Vale do Itajaí.

2.2 TRANSIÇÃO REPUBLICANA – ESTADO LIBERAL, EMANCIPAÇÃO MUNICIPAL E COLONIZAÇÃO ESTRANGEIRA

Durante o período correspondente à segunda metade do século XIX, os meios locais de apropriação dos recursos do Vale do Itajaí foram forjados por meio da instituição de empresas comerciais de importação e exportação, cuja primeira delas foi a própria Colônia Blumenau nos seus primeiros 10 anos. O acesso a recursos da Coroa brasileira permitiu aos primeiros comerciantes atuar como protagonistas na organização institucional e no direcionamento executivo dos recursos nacionais, bem como a gestão sobre a aplicação da força de trabalho dos imigrantes que progressivamente adensaram o processo colonizador.

Neste período, a ação comercial estrangeira esteve centrada no *lobby* envolvendo os negócios da emigração, cabendo à colônia Blumenau a construção das disposições de absorção da força de trabalho

79. Em abril de 1880, quando ocorreu a emancipação parcial, a colônia possuía uma população de 14981 habitantes. A despesa total que a Colônia acarretou ao Governo foi de Rs 2338:435\$557, em contrapartida, pela aquisição de terras e adiantamentos, os colonos deviam, à mesma, a importância de 618:085\$051. (DEEKE, 1995, p. 66).

imigrante⁸⁰. Como gestores locais responsáveis pela continuidade desse fluxo de trocas, os comerciantes assumiriam um protagonismo que resultaria em seu domínio econômico e político sobre o território na transição para a República Brasileira. Estas relações externas e internas passariam a um novo estágio na virada do século XIX ao XX, influenciados pela extensa abertura ao capital estrangeiro operada pela Primeira República⁸¹: a ação da Companhia Colonizadora Hanseática, como empresa comercial financiada por capital externo, alteraria o cenário de dependência aos recursos financeiros do governo brasileiro, que até então sustentavam a economia do município de Blumenau.

As demarcações dos lotes destinados à instalação de imigrantes terminaram, em definitivo, em 1896. Entrementes, a Cia. Colonizadora Hanseática Ltda., com sede em Hamburgo, sem qualquer demora, encetou com determinação a colonização de suas terras concessionadas no Braço do Norte do Itajaí, o rio Hercílio, onde foi fundada a Hansa blumenauense. E se for considerada a “concessão” como intervenção governamental, então, de certa forma, progrediu a colonização pelo Governo. (DEEKE, 1995, p. 201).

A presença direta dos agentes comerciais hanseáticos em terras catarinenses acelerou o quadro de exploração baseado na empresa comercial e na força de trabalho do migrante interno ou externo, atuando de forma a liberar alguns setores da antiga obrigação primária de constituição da pequena propriedade como meio de acesso à economia local. A partir do final do século XIX, podemos observar a aceleração do

80. Envolvidas em regra em negócios de transporte de matérias primas, era-lhes conveniente encontrar uma forma de utilizar a capacidade de carga ociosa das embarcações nas viagens entre a Europa e a América, já que os produtos manufaturados e importados pelas populações americanas eram de volume bastante reduzido perante a cubagem das exportações. (SANTOS, 1973, p. 49).

81. Efetivamente, o capital estrangeiro começará a fluir para o Brasil em proporções consideráveis, e isto permitirá não somente restabelecer o equilíbrio das contas externas do país, tão gravemente atingida na crise dos anos anteriores, mas restabelecê-lo em nível muito alto, tornando possível um largo aparelhamento material e uma sensível ascensão dos padrões da vida nacional. Instalar-se-ão grandes e modernos portos, a rede ferroviária crescerá rapidamente, inauguram-se as primeiras usinas de produção de energia elétrica [...], remodelam-se com grandes obras as principais cidades (em particular o Rio de Janeiro, que muda inteiramente de aspecto). E tudo mais acompanhará esse ritmo de crescimento. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 223).

movimento de urbanização da cidade de Blumenau a partir da migração interna oriunda do campo. Esse processo ocorre em paralelo à continuidade do assentamento de estrangeiros e de teuto-brasileiros no interior do município, num fenômeno que gradativamente iria formar as bases para a segregação entre os trabalhadores urbanos – que apesar da designação de urbanos, ainda teriam suas atividades organizadas pelas empresas comerciais de extração primária e produção agropecuária – e o setor camponês, que iria também sofrer os impactos da injeção de capital no município a partir da centralização cada vez maior do poder distributivo sobre os comerciantes.

Essa expansão ao interior, a partir da colônia Hansa Hammonia⁸², iniciou o povoamento das últimas regiões de terras virgens do Vale do Itajaí, a poucos quilômetros da Serra Geral, pela qual se chega ao planalto catarinense. Este povoamento iria acentuar o conflito com os indígenas Xokleng, que resistiam à ocupação no interior do Vale, não podendo mais retornar ao Planalto, também direcionado à colonização. Desde a fundação das primeiras colônias no Vale do Itajaí, e de modo acelerado após a fundação de Blumenau, o governo imperial responsabilizou os próprios instituintes da colônia – comerciantes e colonos – pela conquista do território aos indígenas.

Com a instituição da República no Brasil, o governo federal passou a intervir diretamente para a resolução definitiva dos conflitos, desde uma política de integração que discursivamente se propunha a proteger e integrar o índio como componente legítimo da formação social brasileira⁸³. Contudo, os verdadeiramente protegidos pela instituição seriam os investidores estrangeiros, para os quais o índio constituía um obstáculo à propriedade e deveria ser destruído⁸⁴. Não haveria um planejamento para a proteção do índio nem por parte da

82. Atual cidade de Ibirama/SC.

83. Em decorrência de toda esta discussão e pressionado por um grupo de intelectuais de orientação positivista, o governo brasileiro tomou a deliberação de criar um organismo oficial destinado a tratar dos assuntos pertinentes aos silvícolas. Aos 7 de setembro de 1910 instalava-se oficialmente o “Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais”. (SANTOS, 1973, p. 120).

84. Para as empresas privadas, a maioria influenciada por capitais estrangeiros, o SPI significava uma interferência do governo federal em assuntos internos dos Estados. Para as colônias, e para quase todos os imigrantes, o Serviço promovia a valorização do indígena em detrimento da população que realmente trabalhava e fazia crescer o país. Para todos esses o índio era problema das administrações locais e, por isso, a interferência federal era indevida. (SANTOS, 1973, p. 127).

instituição criada para este fim⁸⁵. A desigualdade do conflito iria levar os Xokleng a aceitar a “pacificação”, sendo instalados numa área no interior da colônia Hansa, mas apenas com a condição de aceitar as condições locais instituídas de produção, abandonar a vida nômade e passar ao cultivo de terras para agricultura⁸⁶.

A definição do território onde os índios foram fixados após a “pacificação” evidencia esse processo de dominação institucional do mercado às terras do Vale do Itajaí. Mesmo ocupando a região muito antes da chegada dos primeiros imigrantes, caberia à Companhia Colonizadora Hanseática a cessão das terras onde os índios insistiram em permanecer após a demarcação das terras da empresa estrangeira⁸⁷. Sob a direção centralizada de José Deeke⁸⁸, a Colônia Hansa iria desenvolver uma economia voltada à extração primária dos recursos e à agropecuária que contribuiria para o desenvolvimento da cidade de

85. A certeza de que o governo não estava mais disposto a permitir a matança indiscriminada de indígenas descontentou a todos, na área de colonização. [...] Nesse conflito, o que se pode reconhecer como verdade é que os dirigentes das colônias pretendiam utilizar a diplomacia de seus países de origem para exigir do governo brasileiro segurança de vida, de propriedade e de trabalho nas florestas do sul, o que significava praticamente exigir a liquidação definitiva dos indígenas. (SANTOS, 1973, p. 132-133).

86. A adaptação às condições de vida branca quase extinguiu a etnia Xokleng do Vale do Itajaí: Em 1914, segundo Hoerhan, aproximadamente 400 indivíduos integravam o grupo atraído no Plate. E, em 1932, havia no posto apenas 106 indivíduos. (SANTOS, 1973, p. 181). Em 1918, um índio Xokleng assim descreveria sua situação a Eduardo Hoerhan: “Nos fizeste descer para junto de ti, só para nos matar com tantas doenças. Antigamente nos matavam à bala, mas nós também matávamos. Agora, tu nos matas com *Kozurro* (gripe), sarampo, malária, coqueluche e outras doenças. Os *zug* (brancos) são culpados da desgraça em que caímos” (SANTOS, 1973, p. 176).

87. Nos meados de 1912, a Diretoria Geral do Serviço de Proteção aos Índios reconhece que a situação no sul do País exigia novas medidas. Trata assim de reorganizar o Serviço e para tanto reúne as inspetorias de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, ficando a chefia com o Inspetor desse último estado. [...] [Raul Abbot] Abbot conseguiu da Sociedade Hanseática de Colonização a desistência de uma área de 30.000 hectares de sua concessão, para a localização dos indígenas que iriam ser pacificados; contratou funcionários para os postos e iniciou o reconhecimento de toda a área. (SANTOS, 1973, p. 136). Essa transferência de chefia da instituição para o Rio Grande do Sul pode ser decorrência do poder político das companhias de colonização em Santa Catarina e seu desinteresse pela resolução do conflito, sendo necessária intervenção externa para que as terras fossem cedidas. Segundo o próprio diretor José Deeke “ela doara as terras com intuito de que nelas fosse fundada uma colônia nacional nas partes mais longínquas da concessão para acabar com o perigo que o indígena representava. Ela não tinha o mínimo interesse em trazer esses indígenas mais para perto.” (DEEKE *apud* SANTOS, 1973, p. 125)

88. O agrimensor José Deeke assumiu a direção da colônia, conhecida como Colônia Hansa-Hamônia ou somente como colônia Hamônia, e mantinha ligações diretas com as lideranças do *Stadtplatz* do Dr. Blumenau. (WITTMANN, 2010, p. 103).

Blumenau, rota obrigatória para os migrantes que ocupariam as terras da companhia colonizadora estrangeira no interior do município.

A época da instalação da colônia Hammonia, 1897, era a empresa colonizadora hanseática que praticamente decidia sobre o que fazer. Depois, o prestígio da empresa foi cedendo oportunidades de mando para os colonos que logravam sucesso econômico. E houve lugar também para Eduardo Hoerhan⁸⁹, pois este afinal representava o governo federal naquele distante sertão, o que lhe garantia diretamente poder político. Mas, excetuando-se esse caso, o poder na área que diretamente envolve a reserva indígena se concentrou em mãos de indivíduos que estavam ligados aos negócios da exploração de madeiras. É verdade que, na área, ninguém se dedicava apenas a uma atividade econômica e os madeireiros tinham também interesse na agricultura, e às vezes, na pecuária. Mas essas atividades eram secundárias. A exploração em torno das terras do núcleo colonial de Hammonia foi sendo feita, assim, através das atividades das serrarias. (SANTOS, 1973, p. 246).

A injeção de capital estrangeiro diretamente às terras do interior do Vale do Itajaí, no final do século XIX, contribuiu para a organização econômica de todo o território, causando valorização das terras e consequente início de movimentos migratórios internos dos colonos pobres – sobretudo teuto-brasileiros⁹⁰ – da região⁹¹. Os comerciantes da cidade de Blumenau, em contrapartida, investiram na aquisição de terras no interior para a exploração de seus recursos e posterior colonização

89. Membro do Serviço de Proteção aos Índios mais atuante durante todo o período de integração dos Xokleng à economia do Vale do Itajaí, sendo inclusive a ele atribuído o primeiro contato pacífico, relataria, contudo, em 1918: “se pudesse prever que iria vê-los morrer tão miseravelmente, os teria deixado na mata, onde ao menos morriam mais felizes e defendendo-se de armas na mão contra os bugreiros que os assaltavam”. (SANTOS, 1973, p. 177).

90. Originários das primeiras famílias de origem alemã emigradas no século XIX.

91. Inexistindo ainda estradas vicinais, corredores para a comercialização da produção, eles participavam na execução de trabalho de caráter público, que consistia na construção de estradas, pontes e outras benfeitorias em troca de um salário medíocre. Não obstante este baixo salário e o tempo dispensado, ele deveria redobrar o trabalho em sua propriedade para que a venda da produção lhe proporcionasse saldar a dívida do terreno. (VIDOR *apud* WITTMANN, 2010, p. 45).

privada. Aos não-proprietários, sobretudo de origem brasileira, foi legada a condição de trabalhadores diaristas vinculados aos negócios da colonização ou, poderiam migrar para o planalto⁹², onde encontrariam o capital americano e as grandes serrarias de Percival Farquhar. Se o movimento colonizador iniciado pela Companhia Colonizadora Hanseática encerrou a guerra contra o índio, aos caboclos que migraram em direção ao planalto, estaria também reservado o último capítulo da vitória do mercado sobre seu meio de vida autônomo, representado pela Guerra do Contestado⁹³.

Os primeiros planos de colonizar em larga escala as terras da região do Vale do Itajaí, empreendidos pelas casas comerciais hamburguesas durante as primeiras décadas do século XIX, foram adiados por dificuldades nas negociações na província catarinense e na capitalização do empreendimento na Alemanha. Naquele momento, as colônias Blumenau e Joinville foram fundadas como pequenos negócios que visavam capitalização futura por parte dos comerciantes hamburgueses, e peça de propaganda para seus negócios de emigração. Mas o cenário republicano do fim do século XIX tornou possível nova tentativa de implementar um projeto colonizador rentável aos investidores hamburgueses:

A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo tinha sido a única empresa alemã a se dedicar à introdução de colonos no Brasil. Durante o período principal de suas atividades, de 1850 a 1888, encaminhara 17.408 colonos à colônia Dona Francisca, em Santa Catarina, fundando os distritos coloniais de Joinville e São Bento do Sul. A partir de 1890 se tornara evidente que a

92. Foi por meio dos contratos de construção de estradas de rodagem que toda a zona se povoou, inclusive parte do médio Itajaí-Açu (municípios de Rodeio e Timbó). Os contratantes de trechos de estradas de rodagem, conforme contrato com o governo estadual, recebiam um terço em dinheiro e dois terços em terras devolutas para serem por ele colonizadas. [...] Os trabalhadores, empregados na construção de estradas de rodagem e demarcação, por sua vez, fixaram-se pelas redondezas. Além disso, nas colônias já desenvolvidas, os lotes de terra subiram de preço consideravelmente. A solução era o colono seguir para o planalto. (SILVA, 1954, p. 17).

93. Estudo sobre a influência do capital americano na colonização do planalto catarinense no início do século XX, que teve como consequência a Guerra do Contestado – considerada o maior conflito civil da história republicana brasileira, culminando com a mortes de milhares de caboclos no planalto e na serra catarinense –, pode ser encontrado em obras de pesquisadores como (THOMÉ, 1983): *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. Paulo Pinheiro Machado: *A Guerra Santa revisitada: novos estudos sobre o movimento do Contestado* (UFSC, 2008) e Marli Auras: *Guerra do Contestado: a organização da irmandade cabocla* (UFSC, 1995).

Sociedade não seria capaz de continuar o seu programa de colonização, a não ser que se fundisse com uma empresa mais abastada. (RICHTER, 1992 p. 15)

As redes comerciais hamburguesas operavam a migração alemã com destino ao Brasil desde o início do século XIX, mas o fluxo dessa migração era sempre restrito à possibilidade local de investimento para alocação de nova força de trabalho. O cenário do Brasil na Primeira República, no entanto, foi permeado por constantes crises monetárias decorrentes do câmbio cada vez mais decrescente com a abertura ao capital estrangeiro, o que tornava cada vez menor sua capacidade de investimento nas antigas colônias⁹⁴. Nestas condições, apenas a injeção direta de capital oriundo da Alemanha poderia dar novo fôlego aos negócios colonizadores das casas hamburguesas no Brasil.

Carl Fabri, gerente desde 1887, ficou incumbido com as negociações necessárias. A 30 de julho de 1890, assinou um contrato com o Governo Federal que garantiria as atividades da futura sociedade, no Brasil. Na base deste contrato, entrou em negociação com um consórcio fundado em outubro de 1890, por industriais e banqueiros da Renânia e de Berlim, que manifestara o seu interesse pela fusão. (RICHTER, 1992 p. 15)

O governo alemão de fins do século XIX encontrava-se sob disputa entre os segmentos comerciais e rentistas que constituíam os diferentes pólos de sua economia. Esses conflitos seriam geridos em um parlamento largamente influenciado por estas divergências, mas de onde o interesse pragmático na expansão financeira fortalecia-se diante do contexto tênue de equilíbrio de poder estabelecido na Europa e nos Estados Unidos, que financeirizavam cada vez mais suas economias em uma busca de inegável caráter expansionista, facilitando, com isso, um novo momento para os negócios que envolviam a migração e seu

94. Todas as iniciativas terão sempre vida aleatória; a produção viverá sempre em sobressaltos; todas as atividades terão caráter acentuadamente especulativo, e tanto podem levar á fortuna súbita e inesperada, como à ruína, sem margem para previsões medianamente seguras. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 201). Todas estas dificuldades vão dar na crise e bancarrota de 1898. O país achava-se na iminência de uma nova *débaçle* financeira semelhante à de 1891-92. As falências se multiplicavam, e o Tesouro, exausto, não podia mais fazer frente a seus compromissos (a receita não cobria nem a metade da despesa). (idem, p. 222).

potencial para o crescimento do comércio exterior⁹⁵. Nesse cenário, o *lobby* envolvendo as casas comerciais hamburguesas, as companhias marítimas e o governo alemão tornou-se fundamental para a continuidade do fluxo migratório para o sul do Brasil, tornando-se também recurso usado pela Companhia Colonizadora Hanseática para obter os meios institucionais de auferir recursos para a continuidade da colonização privada do Vale do Itajaí.

Ao mesmo tempo, Fabri conseguiu estabelecer contatos pessoais com as mais altas autoridades do “Reich”, em Berlim, a serem: O novo Chanceler Caprivi, sucessor de Bismarck, e os ministros do Interior, da Fazenda e do Comércio. Ficou discutida a questão de abolir o Restrito von der Heydt, que desde 1859 havia proibido aos agentes de emigração de angariar emigrantes ao Brasil em território prussiano, e que mais tarde havia sido adotado também, por outros estados alemães, criando sérios obstáculos a uma emigração em grande escala para o Brasil. (RICHTER, 1992 p. 15).

Mas apesar dos esforços de Fabri para obter apoio do governo, o Ministério das Relações Exteriores alemão manifestou-se contrário à expansão dos negócios na região. As condições financeiras e civis do território brasileiro, e em particular de Santa Catarina, dividida entre federalistas e republicanos, e sob contínua possibilidade de intervenção militar do governo federal, barravam as disposições para investimento estrangeiro. A estabilidade das instituições brasileiras seria fundamental para que o projeto de investimento alemão pudesse alcançar apoio político em suas instâncias internas. Mas além da indefinição acerca da condição jurídica e política do estado de Santa Catarina, também havia avaliação negativa do sucesso do empreendimento colonizador

95. O Ministro do Comércio favorecia uma abertura em tal sentido. Receava que, em consequência da legislação protecionista recentemente adotada pelos EUA, as exportações alemãs para lá diminuiriam, sendo, portanto, urgente explorar novos mercados transatlânticos. [...] No outro lado, estava contrário a qualquer incentivo à emigração, o Ministro do Interior. Naquela época haviam emigrado para o Brasil vários trabalhadores rurais poloneses da região de Poznan, então província da Prússia Ocidental. Os grandes latifundiários prussianos, a classe política dominante no Reino da Prússia e no Império Alemão, não estavam interessados numa emigração que, segundo eles, dentro de pouco resultaria em falta de mão-de-obra para a lavoura. (RICHTER, 1992 p. 15-16).

hamburguês até o período, e a crítica de carência de uma estrutura efetiva de povoamento mesmo após quase cinquenta anos de colonização.

Baseado nos pareceres do embaixador Dönhoff, em Petrópolis, e dos cônsules Weber, do Rio, e Koser, de Porto Alegre, em novembro de 1891 aconselhou ao Chanceler de não incentivar uma emigração em grande escala para o sul do Brasil. [...] O governo brasileiro daria preferência à introdução de mão-de-obra assalariada nas grandes fazendas de café [...]; mesmo criando um mercado teuto brasileiro, daí não resultariam grandes vantagens para as exportações alemãs, dependendo estas, antes de tudo, da oferta, dos preços e da qualidade; [...] imigrantes recém chegados ao Brasil teriam de enfrentar inúmeras dificuldades causada pela administração deficiente; [...] não haveria mais terras devolutas suficientes nas regiões realmente apropriadas à colonização em grande escala; e, devido ao desmatamento descontrolado, as condições climáticas no Sul do Brasil estariam piorando! (RICHTER, 1992, p. 16)

O parecer negativo por parte do governo alemão para a injeção de capital na Companhia Colonizadora Hanseática deixou em risco a estrutura institucional criada pelas casas hamburguesas no sul do Brasil no período imperial. Os comerciantes⁹⁶ já atuantes na região do Vale do Itajaí, desde seu porto – que crescera substantivamente em transações durante o século XIX⁹⁷ –, também ficariam com suas possibilidades de crescimento comercial prejudicadas pela ausência de capital somadas à desvalorização da moeda nacional, que impunha sérios problemas aos

96. Articulando-se com frequência aos “vendeiros” - agentes iniciadores do intercâmbio colonial – já em 1880, os comerciantes de importação e exportação de Itajaí acham-se fundamentados no “negócio” da madeira sendo ainda intermediadores da produção do vale para o mercado interprovincial. [...] Consolida-se, assim, na cidade portuária, a hegemonia da classe dos comerciantes do porto, posição que começa a ser trabalhada desde cedo, ainda nas primeiras décadas do século XIX, quando da chegada dos negociantes pioneiros. (MOREIRA, 1995, p. 92).

97. A partir da última metade do século XIX, o porto do Desterro que mantinha até então altos índices de movimentação do comércio de cabotagem, representando o maior intermediador das exportações do Estado, perde a posição majoritária frente à expansão comercial do litoral norte, assinalando-se a atuação dos portos de Itajaí e São Francisco. (MOREIRA, 1995, p. 96).

negócios de importação e exportação. Apenas a unidade política dos comerciantes do Vale do Itajaí – em defesa da estabilidade das instituições da República – poderia abrir novas chances de investimento para a região. As deficiências políticas e econômicas apontadas pelos hanseáticos foram motivo de esforço para a classe política local nascente. A análise institucional da formação do estado republicano de Santa Catarina fornece, neste contexto, pistas para a compreensão do sucesso futuro do *lobby* hanseático: ele estaria amparado pela abertura da gestão local para investimentos externos, abertura esta que favorecia as classes comerciais já dominantes no território, centralizadoras do poder político sobre as novas instituições estaduais e municipais criadas com a República e garantidas através da derrota do Movimento Federalista.

As lideranças relacionadas aos meios de apropriação que integravam o Vale do Itajaí, desde seu porto até os limites interiores da cidade de Blumenau participaram da instituição da base administrativa do município de Blumenau e atuaram ativamente na constituição jurídico-política do estado de Santa Catarina. Os grupos comerciais de onde emergiram estas lideranças foram diretamente beneficiados pela ação econômica engendrada pela Companhia Colonizadora Hanseática. A abertura ao investimento externo, no contexto republicano, consolidou a divisão entre a organização econômica e a gestão pública do território, e instituiu um espaço legitimado para a ação das classes comerciais nas estruturas de poder que definiram os rumos do investimento e da política regional durante a Primeira República. O representante político institucional assumiu o discurso do interesse comercial como motor do progresso local, utilizando as instituições como meio para obtenção de investimentos garantidos pela dívida pública.

Com a República foi nomeado governador interino do Estado o Tenente Engenheiro, Lauro Severiano Müller, natural de Itajaí, que ao assumir o governo, decretou a dissolução da Assembleia Legislativa e Câmaras Municipais, criando as Intendências Municipais. (...) A primeira Intendência de Blumenau contou com o Dr. José Bonifácio da Cunha (presidente), Heinrich Clasen (vice-presidente), Friedrich Rabe, Gottlieb Reif e José Agostinho Pereira, sendo instalada com solenidade no dia 18 de janeiro de 1890. (KORMANN, 1994 p. 69)

A organização do Partido Republicano Catarinense estava diretamente vinculada aos interesses dos comerciantes catarinenses na instituição das esferas de poder estaduais e municipais. A presença dos representantes dos comerciantes reforçou a instituição de um modelo liberal de economia para o novo estado, voltado à integração com a economia nacional e amparada pelo apoio do governo da Primeira República⁹⁸. O governo federal agiu como propulsor dos centros econômicos do interior do Brasil, utilizando a capacidade de investimento das economias do Sudeste como meio de envolver o restante do país numa economia minimamente integrada⁹⁹.

Mas a influência externa na formação econômica nacional – principalmente visível pela dependência aos recursos externos, sobretudo ingleses, como meio de corrigir provisoriamente seu déficit comercial¹⁰⁰ –, catalisaria a abertura comercial estrangeira para os investimentos em infraestrutura no Brasil. A entrada de capital em curto prazo alimentava os meios de produção direcionados a exploração comercial do território brasileiro e aumentava continuamente a dívida pública federal. A autonomia institucional dos estados emergiria, nesse contexto, como meio para o controle dos investimentos ligados ao desenvolvimento produtivo de cada uma das unidades da federação, o que levaria os distintos grupos de interesses estabelecidos em cada estado a lutar pelo seu domínio político.

Em Santa Catarina, o fundador do Partido Republicano Catarinense seria o itajaiense Lauro Severiano Müller, descendente direto das primeiras famílias alemãs que se instalaram no Vale do Itajaí no século XIX, Lauro Müller foi conduzido à carreira política a partir da carreira militar. Tal condição fez com que alcançasse posição de influência junto aos governos que garantiram a estabilidade na região no

98. A difícil e tormentosa transição do fim do Império para este momento de restauração que nos ocupa, não terá sido assim mais que uma crise de crescimento. Ou antes, um efeito de um esforço de adaptação a uma nova ordem internacional que terá chegado até nós nesta fase final do século XIX. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 224).

99. Aliás, o grande progresso da pequena propriedade nos Estados meridionais do Brasil deve-se sobretudo ao fato de ela não ter sofrido lá a concorrência de nenhuma grande lavoura tropical. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 251).

100. O desequilíbrio geral das contas externas do país, se comprova aliás, como já foi notado, pelo declínio constante do câmbio monetário, coisa que se observa em toda a evolução financeira do Brasil desde sua independência. E esta queda do câmbio, provocando o encarecimento das mercadorias de importação, formará por seu turno um dos estímulos à produção nacional. (PRADO JUNIOR, 1986, p. 258).

início da República¹⁰¹, sendo considerado um dos mais importantes legalistas de Santa Catarina, Lauro Müller emergiu como político profissional, defensor das ideologias republicanas.

A compreensão das lideranças políticas e militares da Primeira República era a de que o desenvolvimento do país dependia da modernização de suas instituições. Um processo que só poderia ser operado pelas elites intelectuais brancas, de origem europeia, possuidoras do conhecimento e da autoridade necessárias à integração do restante da população brasileira, considerada pobre e apática culturalmente. A posição de Oliveira Vianna (2005), de que o Segundo Reinado havia alcançado a integração nacional desde o crescimento do poder dos fazendeiros, que teriam tomado as instituições imperiais e garantido a unidade nacional em torno da produção primária, seria retomado como base compreensiva da ação das classes comerciais, justificando a ação modernizante do Estado Republicano. Caberia a este superar o modelo de dominação senhorial constituindo um Estado que garantisse o livre desenvolvimento das forças produtivas movidas pelo comércio auto-regulável¹⁰². Nesse sentido, o aumento do fluxo de capital estrangeiro representa também o declínio do poder dos fazendeiros, que veriam seus produtos cada vez mais dependentes das oscilações do mercado mundial. A seu declínio corresponderia a ascensão de uma classe política de orientação liberal que faria com que o poder do mercado externo sobre as terras brasileiras alcançasse proporções inéditas na história brasileira.

A importância desse movimento de tomada das instituições republicanas, para os interesses econômicos e políticos das classes comerciais, pode ser visualizada na ação dos comerciantes da região do Vale do Itajaí no processo de constituição do estado catarinense. Os distintos interesses dos comerciantes de toda a região foram motivo frequente de conflitos internos. No início do século XX, suplantadas as disputas separatistas e consolidada a república brasileira, houve uma

101. Na Escola Militar teve Lauro como professor o grande Benjamin Constant Botelho de Magalhães. [...] Embora tivesse fundado o Apostolado Positivista Brasileiro, cedo desiludiu-se dos princípios de Augusto Comte [...] Lauro, mesmo delgado da Escola Militar, continuou a cultivar os ideais republicanos, pregado pelo seu mestre. Em 15 de novembro coube-lhe a missão de vir, a cavalo, com o tenente Adolfo Pena, de São Cristóvão à cidade, para avisar o Marechal Deodoro, às três horas da madrugada, de que a Brigada estava toda em armas, pronta para depor o Ministério Ouro Preto ou para proclamar a República. (KONDER, 1982, p. 18).

102. No último quartel do século passado e ainda nos primeiros decênios do século atual, os comerciantes do porto além de desenvolver o setor de importação/exportação promovem, em escala menor, atividades industriais e financeiras. (MOREIRA, 1995, p. 108).

unificação destes comerciantes na defesa de seu poder sobre as instituições públicas¹⁰³. Foi este o contexto que levou Lauro Müller à condição de chefe absoluto do Partido Republicano Catarinense, primeiro governador de Santa Catarina e maior liderança perante o governo federal, ocupando, dentre outros, o Ministério de Viação e Obras Públicas e o cargo de senador da República. Essa influência seria garantida pelo apoio dos comerciantes locais, que também ocupariam os novos cargos municipais e estaduais criados e os utilizariam para constituir novos representantes de seus interesses no estado catarinense¹⁰⁴. Dentre estes, destacamos Hercílio Luz, que com a atuação de Müller no governo federal, iria se tornar uma das maiores referências republicanas catarinenses, tendo íntimas relações com os comerciantes de Blumenau¹⁰⁵.

Como defensor direto dos interesses comerciais blumenauenses, Lauro Müller intercederia em favor das transações comerciais hanseáticas em qualquer posição pública que estivesse ocupando. Mas a instabilidade política envolvendo federalistas e legalistas, logo após a

103. Dando autonomia ampla aos Estados, a constituição devia evitar o mais possível a interferência imperativa da União, a fim de que o desenvolvimento material e cultural dos Estados não sofresse qualquer coação. O centro deveria auxiliar, mas não dirigir. Lauro assim também pensava, e, no decorrer da sua vida política e administrativa, quantas vezes o ouvíamos observar: quanto menos federal melhor... (KONDER, 1982, p. 19-20).

104. O diretório do partido republicano, de cuja organização participaram em Blumenau como “republicanos ferrenhos” os irmãos Hermann e Bruno Hering, apresentou seus candidatos, “batalhadores dos interesses da maioria alemã do município” e os pontos centrais do partido. [...] Tratava-se, em primeiro lugar, de eleger Lauro Müller governador do Estado, atribuição a ser dada ao Congresso eleito. A ele se referia a imprensa local como “von deutscher Geburt und brasilianischer Erziehung” – alemão de nascimento e brasileiro pela educação – e já o vimos posteriormente citado no Congresso Nacional como defensor das novas ideias nacionalistas em favor da indústria. O segundo ponto de interesse local pelo qual se empenhou o partido nas eleições foi a concessão de uma estrada de ferro que, partindo do porto de São Francisco, passasse por Blumenau e conduzisse até Lages (...). Em relação a esse item o partido alertou que “o objetivo da oposição é o afastamento de Lauro Müller do governo para evitar a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, pois assim o comércio do Desterro seria prejudicado”. (RENAUX-HERING, 1987, p. 178).

105. Hercílio Luz se formara na Bélgica, então o país mas industrializado e mais bem dotado de sistema ferroviário na Europa continental. Conhecera a França, pátria dos ideólogos da tecnocracia (Saint-Simon e Comte) e onde a tecnocracia passara à prática, promovendo a sua industrialização. [...] Lauro Muller seguia as ideias de Benjamin Constant, positivista e mentor intelectual da ala jovem dos militares republicanos. (CEAG/SC, 1980, p. 63-64). Mais ou menos paralelamente àquele primeiro surto de industrialização acima citado, num período que vai da Proclamação da República ao início dos anos 20, destaca-se, com especial brilho, a vocação que caracteriza a capital do Estado, ou seja, a político-administrativa, inclusive com tendências de tecnocracia precoce, na conjuntura do “hercilismo”. (idem, p. 200).

instituição da República, iria prejudicar sua permanência como governador – indicação que recebera do Marechal Deodoro da Fonseca. O governo federal optara por manter o predomínio militar na região como meio de garantir o território, ameaçado pelos movimentos separatistas do sul. Lauro Müller renunciaria ao cargo com o agravamento das tensões e acabaria por atuar como militar no conflito que alcançaria seu desfecho na batalha da Lapa, no sul do Paraná.

A renúncia de Müller, no entanto, deixaria uma marca evidente na história catarinense acerca da importância atribuída ao poder estatal pelos comerciantes de Blumenau. No período colonial, a deficiência das instituições imperiais e provinciais nas políticas de segurança envolvendo os territórios colonizados fez com que os próprios civis assumissem a responsabilidade pelo domínio do território, principalmente em relação ao conflito indígena. Essa organização civil seria então retomada na república como meio de usar a força armada para garantir o domínio sobre as instituições estatais, tornando a violência impetrada por civis determinante necessário à consolidação das instituições políticas catarinenses.

[...] foi intimado a renunciar, entretanto, os que o apoiavam formaram o batalhão “Lauro Müller”, que com o auxílio de voluntário de outras localidades marcharam para Desterro. Blumenau também se organizou com um batalhão de 150 homens comandados por Guido von Seckendorf (como Seckendorf era alemão, figurava no comando, Francisco da Cunha Silveira, coletor). (...) O movimento em Blumenau era chefiado por Hercílio Luz, Bonifácio da Cunha, Paula Ramos, Peter Feddersen, Margarida e outros. (...) Os blumenauense regressaram por Nova Trento e Brusque, revoltados com a atuação de Lauro Severiano Müller. (KORMANN, 1994 p. 70).

O governo federal interviu no estado catarinense em virtude da tomada da capital Desterro pelos federalistas contrários ao governo de Floriano Peixoto. Os federalistas tentariam novamente assumir o poder estadual e nomearam à força os intendentess dos municípios. As disputas pelo tesouro e pela dívida pública do estado e dos municípios adquiriram papel central nas disputas civis entre legalistas e federalistas;¹⁰⁶ mas,

106. Para substituir a Junta Provisória, o Governo Federal enviou para Santa Catarina, como Interventor, o Tenente Manoel Joaquim Machado, que na sua viagem deveria escalar em Itajaí,

diante da tomada de poder pelos federalistas, a reação das elites regionais atingiu seu momento de maior organização e esforço concentrado das lideranças prejudicadas pela perda do poder político estatal. Em sua descrição acerca deste processo, a historiadora Edith Kormann chega mesmo a exortar o poder destes membros como autênticos qualificadores de seu papel na mediação do desenvolvimento, na condição de “melhor sociedade local”.

Enquanto Hercílio Luz e Bonifácio da Cunha agiam em Blumenau, Paula Ramos, no Desterro, tratava de armar os republicanos dos municípios vizinhos, inclusive Blumenau, para onde trouxe 12 praças do exército sob o comando do Tenente Carlos Alberto Camisão, para treinar os componentes do batalhão em formação, integrado por colonos aliciados, sob o fundamento de que seriam voluntários para defender as fronteiras do sul do estado. Desse batalhão também faziam parte elementos da melhor sociedade local e foi chamado de “Batalhão de Cívicos”. (KORMANN, 1994 p. 76).

O “Batalhão de Cívicos” de Blumenau surgiu como resposta armada e disposta à guerra contra a ameaça, ocorrida pela primeira vez desde sua entrada no poder local, da deslegitimação política de seu projeto de progresso¹⁰⁷. Sua derrota política, no entanto, traria como

fazendo com que os chefes políticos blumenauenses resolvessem ir até Itajaí pelo vapor “Jan” não só para cumprimentá-lo e sim para entendimentos, visando restabelecer a ordem no município. [...] Para obrigar os blumenauenses a cumprirem as determinações governamentais foi enviado para Blumenau o Capitão Servílio José Gonçalves, da polícia estadual, com 45 praças para empossar a força os nomeados pelo governo, fazendo com que o Superintendente Bonifácio da Cunha entregasse o cargo, porém, este, só o entregou, após depositar todo o dinheiro dos cofres municipais em casa bancária no Desterro. (KORMANN, 1994 p. 71)

107. O Batalhão de Cívicos com 130 homens bem armados, sob o comando do Tenente Camisão deixou Blumenau no dia 24 de julho por terra, via Brusque, Tijucas e Porto Belo, onde o restante do trajeto foi feito a bordo do vapor “Itapemirim”, desembarcando no Desterro em trajes civis e em ordem unida, sob o comando do Coronel Serra Martins, do Distrito Militar, sendo aquartelados no 25º batalhão de infantaria, no Campo do Manejo. [...] Houve vários mortos tanto na praça como no interior do Palácio. No dia seguinte, os blumenauenses, auxiliados por forças federais, ocuparam a Câmara Municipal, o Tesouro do Estado e o Palácio, onde, Hercílio Luz tomou posse. Eliseu Guilherme da Silva, porém baseado no art. 6º 3º da Constituição, telegrafou para Floriano Peixoto, mantendo sua autoridade de Governador Eleito. Os blumenauenses voltaram para Blumenau, o Batalhão de Cívicos foi dissolvido e Hercílio Luz foi demitido do cargo de Chefe da Comissão de Terras e Colonização. (KORMANN, 1994 p. 77-78)

resultado a consolidação do Partido Republicano Catarinense como o de maior importância para a formação constitucional do estado de Santa Catarina. Hercílio Luz foi demitido da posição pública que ocupava, mas apenas para emergir como o candidato favorito nas eleições de 1894, enquanto Lauro Müller garantia a posição republicana no governo federal¹⁰⁸. Apenas os grupos econômicos mais ortodoxos, que ainda viam a colonização do Vale como uma ação estritamente voltada ao interesse germanista, iriam manter-se opositoristas ao republicanismo brasileiro. Os grupos de comerciantes teuto-brasileiros, no entanto, engajar-se-iam no projeto de defesa da república, reconhecendo a importância destas instituições inclusive como meio para fazer progredir os interesses do comércio estrangeiro no território. Durante os governos estaduais da Primeira República, a organização institucional do estado catarinense foi construída com o objetivo de favorecer tanto aos interesses nacionais quanto estrangeiros de investimento que pudessem catalisar a expansão comercial¹⁰⁹.

A revolução federalista criou divisões políticas quase irreconciliáveis em Santa Catarina, especialmente em Blumenau, e terminou em um grande ajuste de contas patrocinado pelo coronel Antonio Moreira Cezar, nomeado governador por Floriano Peixoto em abril de 1894. Após combate naval em Desterro, e assumir o controle da situação, fez quase duas centenas de presos políticos, civis e militares, que seriam mortos na fortaleza de Santa Cruz (Cabral, 1970, p. 274). Terminada a revolução, Lauro Müller foi eleito deputado federal e, segundo a historiografia local, não só se tornou o “chefe incontestado da política

108. Fica clara, pois, no programa do partido republicano catarinense, a defesa de interesse econômicos próprios para o Vale do Itajaí. Os candidatos republicanos ao Congresso Estadual, entre os quais Carlos Renaux, foram todos eleitos; em seu mandato elaboraram a Constituição do Estado em 1891 e elegeram Lauro Müller governador de Santa Catarina. A revolução federalista de 1893 interrompeu esses mandatos [...]. A vitória em 1895 seria definitivamente dos republicanos, que se estabilizaram no poder. (RENAUX-HERING, 1987, p. 179).

109. O que dissemos sobre a autonomia estadual, como uma causa de grandes despesas, pode também ser aplicado aos municípios autônomos. Lutando quase sempre com a falta de elementos bastante previdentes, acham-se eles quase sempre em apuros financeiros, gastando muitas vezes além do que podem e do que deviam gastar. A diferença entre o dinheiro gasto pelos estados e municípios autônomos e o dinheiro gastos pelas ex-províncias é tão enorme que em muitos casos ela será mais do que o décuplo, não exageremos dizendo que, de 1890 a 1900 talvez essa diferença vá muito além de 300 mil contos. A Nossa Crise, Jornal o Progresso, Itajaí/SC, 19 de janeiro de 1901. Fonte: Arquivo Histórico de Itajaí.

republicana no estado” como foi “o pacificador da política de Santa Catarina quando, em 1901, promoveu a unificação dos partidos Republicano e Federalista” (Cabral 1970: 281 e 284), o que representou a unificação de duas das facções políticas blumenauenses, mas deixou de fora o grupo mais fortemente germanista. (SEYFERTH, 1999 p. 77).

A estabilidade política no período republicano foi consolidada em Santa Catarina após as eleições estaduais de 1894¹¹⁰ e municipais de 1895¹¹¹, que evidenciariam a derrota da Revolução Federalista¹¹² e o domínio dos republicanos sobre o estado de Santa Catarina. Retomada a estabilidade política, o que se viu foi o retorno da elite comercial de Blumenau ao poder político municipal e estadual, e a liderança de Lauro Müller no governo federal. A atuação do Partido Republicano Catarinense permitiu aos comerciantes locais a influência necessária para a recapitalização de seus investimentos locais, buscando a solução para a crise interna do início da República nos velhos parceiros hanseáticos, que desde o século XIX moviam a rede comercial do Vale do Itajaí e Norte catarinense.

Ainda em 1894, entraria em cena um novo ator da colonização alemã no Brasil, a “maior companhia alemã de navegação transatlântica, o 'Norddeutsche Lloyd' de Bremen” (RICHTER, 1992, p.

110. Nas eleições de 28 de setembro de 1894, foram eleitos: Dr. Hercílio Pedro da Luz – Governador; Polidoro Santhiago – Vice-Governador; Dr. José Bonifácio da Cunha, Louis Altenburg e Manoel dos Santos Lostada – Deputados Federais. Após eleito e tomar posse, o Governador Hercílio Luz (...) beneficiou Blumenau com vários melhoramentos, entre eles a ponte do “Salto”, para cuja construção concedeu o auxílio de 150 contos de réis. Os distritos de Indaial e Gaspar voltaram à jurisdição de Blumenau. (KORMANN, 1994 p. 82).

111. Em 7 de abril de 1895, realizaram-se as eleições para Superintendente e Conselheiros Municipais que assumiram o exercício no dia 16 do mesmo mês. [substituirá Heinrich Probst]. Com Otto Stutzer como Superintendente e os Conselheiros, Peter Christian Feddersen, Lous Abry, Friedrich Wilde, Richard Voigt, Aléssio Freiner, Pedro Schmidt, Paulo Zimmermann, André Canpregher e Heinrich Klug. (KORMANN, 1994 p. 83)

112. Um dos funestos resultados dessa revolta foi o enorme atraso que sofreu o nosso comércio. Durante meses inteiros, à exceção de alguns estados do norte, tudo a este respeito esteve paralisado. [...] Além das muitas vidas preciosas que nos arrebataram os fanáticos de Canudos, as despesas com essa guerra sobem a trinta mil contos, que somados com 120 mil contos da revolução rio-grandense e com igual quantia que nos custou a revolta da esquadra, chegam a 270 mil contos, o quanto mais ou menos nesses dez anos de república temos pago para nos matarmos, arcabuzarmos e espingardarmos uns aos outros. A nossa crise, jornal O Progresso, Itajaí/SC, em 19 de janeiro de 1901 – Fonte: Arquivo Histórico de Itajaí.

17). Seu diretor, Heinrich Wiegand viajou pela América Latina em 1894 e “[...] chegou à conclusão que o sul do Brasil seria a região ideal onde colonos alemães conseguiriam conservar a sua cultura e língua” (RICHTER, 1992, p. 17). O investidor de Bremen percebera o novo momento de abertura para o fluxo migratório no Vale do Itajaí, e conseguiu o apoio de outra grande companhia, a “Hamburg Süd”, de Hamburgo. Ambas visavam aplicar investimentos na paralisada e endividada Sociedade Colonizadora de 1849 – remanescente da Associação Provisória para a Proteção de Emigrados com destino ao Brasil, na qual Dr. Blumenau atuara como pesquisador –, que até então não havia conseguido atrair capitais para a colonização em larga escala no sul do Brasil.

Após as tentativas frustradas de meados do século XIX, os comerciantes hanseáticos reiniciaram operações em torno dos negócios da migração e colonização, para tanto, enviaram Carl Fabri para negociar novas concessões de terras em Santa Catarina. Em 1895, negociou contrato com o governo de Santa Catarina, representado por Hercílio Luz. O contrato foi firmado entre o estado catarinense e a Sociedade Colonizadora de 1849, representada por Carl Fabri, garantindo a concessão de 600 mil hectares de terras devolutas à companhia estrangeira. A disposição jurídico-política para as transações no Brasil foi assegurada pela autonomia institucional adquirida pelo estado catarinense na Primeira República, que havia recebido o poder sobre estas concessões de terras, anteriormente consideradas devolutas e centralizadas pelo governo imperial.

“1º: A Sociedade Colonizadora de 1849 em Hamburgo, ou a companhia que ela organizar naquela cidade, fica autorizada, durante 20 anos, da data do presente contrato, a introduzir e localizar anualmente neste estado até 6 mil imigrantes europeus. 2º: Essa introdução e localização terá por fim a aumentar e criar novas colônias brasileiras europeias, obrigando-se para isso o Governo deste estado a vender á referida Sociedade, pelo preço de 1.500 réis o hectare, 600 mil hectares de terras devolutas, das que tiver disponíveis nesta data [...] não podendo porém em caso algum a Sociedade ou companhia medir terrenos à margem das estradas de rodagem ou vias férreas construídas ou em construção por conta do estado, na extensão a 3 km de cada margem. 3º: Os terrenos a conceder na zona de

Blumenau só compreenderão o Vale do Braço do Norte do rio Itajaí ou Itajaí do Norte [...] 6º: O Governo obriga-se a não celebrar contrato para introdução de imigrantes com companhias ou empresas colonizadoras da Alemanha. Poderá entretanto receber e localizar em outros terrenos imigrantes que o Governo Federal lhe remeter, embora de procedência alemã. [...] 8º: A Sociedade obriga-se a pagar ao tesouro do estado 30 contos de réis, como hipoteca e primeira rata do pagamento das terras adquiridas, até 1º de janeiro de 1896, do já mencionado ex-patrimônio, e a quantia de 50 contos de réis relativos às terras devolutas concedidas. O resto do pagamento dos terrenos do ex-patrimônio será feito um mês depois da retirada do último intruso que os tiver ocupando [...] 10º: [...] Todos os terrenos concedidos, mas não ocupados por colonos, reverterão no fim deste contrato ao Governo do Estado, sem direito de restituição ou indenização de qualquer despesa que seja feita pela sociedade.” (RICHTER, 1992, p. 20-22).

O contrato manteve o monopólio sobre os negócios da colonização alemã em Santa Catarina para os grupos comerciais hamburgueses representados por Carl Fabri, com o aval do estado catarinense representado pela assinatura de Hercílio Luz. A companhia colonizadora ficou responsável por toda a constituição da infraestrutura das novas colônias, que deveriam ser estabelecidas em áreas ainda não ocupadas do território, longe das estradas já construídas. Contudo, a concessão obtida por Carl Fabri tinha suas bases legais vinculadas à Sociedade Colonizadora de 1849, que não possuía capital algum e estava endividada. Apenas o sentimento de comunidade dos comerciantes de Hamburgo e Bremen resolveriam o problema de Fabri:

Graças à contribuição financeira das duas companhias de navegação [...] foi possível pagar a soma de 80 contos (63530 marcos) estipulada na cláusula 8ª como primeira prestação pelas terras [...] entrando o contrato em vigor, portanto, a partir de 1896. (RICHTER, 1992, p. 22)

Em 1895 o embaixador alemão no Brasil, Dr. Krauel, também manifestou preocupação acerca dos investimentos no Vale do Itajaí,

lamentava que “devido ao número insuficiente de imigrantes, até então não teriam conseguido penetrar a região de forma favorável aos interesses alemães” (RICHTER, 1992, p. 17). Mas o novo contrato de Carl Fabri significaria o “pré-requisito para que o governo alemão daí em diante, favorecesse a imigração ao sul do Brasil” (RICHTER, 1992, p. 22). O único obstáculo ainda presente era a legislação alemã, mas o Rescrito Von Der Heydt¹¹³, “embora de forma não comunicada ao público oficialmente, foi revogado a partir de julho de 1896” (RICHTER, 1992, p. 23), demonstrando mais uma vez a ação do *lobby* comercial como determinante para a viabilização do empreendimento: em favor dos negócios da colonização, o governo alemão reabriu a possibilidade de emigração. Após fechado o contrato, Carl Fabri apressou-se em apresentar os possíveis lucros:

[...] seria possível fixar nas terras adquiridas em Santa Catarina ao mínimo, 400 famílias de colonos de 1000 pessoas, anualmente. Segundo, que o hectare comprado pela empresa do governo de Santa Catarina, conforme o contrato, a 1,50 respectivamente 2 marcos, devia ser vendido pela empresa ao colono a 24 (vinte e quatro) marcos. Terceiro, que a empresa receberia as subvenções estabelecidas pelo Governo Federal no decreto n° 528, de 28 de junho de 1890, a respeito da introdução e localização de imigrantes no Brasil: para cada casa construída 250\$000, para cada família instalada 200\$000, para 100 famílias instaladas 5.000\$000, e para cada quilômetro de estrada, entre 800\$000 e 1.500\$000. Vê-se, daí, que foram visados lucros principalmente, através da exploração do colono quanto ao preço pago pelo lote e da obtenção de subvenções vindas diretamente do orçamento Federal. (RICHTER, 1992, p. 23)

Além de obter as terras a um preço fictício que lhe permitiria iniciar a especulação pela venda em lotes. Carl Fabri conseguira acesso aos subsídios federais que até então haviam dificultado a capitalização externa dos empreendimentos coloniais. Em janeiro de 1897, Carl Fabri

113. Decreto do governo prussiano visando a proteção da força de trabalho de seu nascente estado nacional, Instituído em 27 de outubro de 1859, cancelou as concessões de todas as agências de emigração prussianas, e permitiu a propaganda contrária à migração ao Brasil, devido principalmente a presença de trabalho escravo no país.

dissolveu a antiga Sociedade Colonizadora de 1849 e repassou seu espólio à Companhia Colonizadora Hanseática – áreas de terra, a maioria na região de Joinville – além das novas concessões obtidas com Hercílio Luz no contrato de 1895. As duas companhias transatlânticas que haviam concedido empréstimo para o para o pagamento da cláusula oitava do contrato figuram como acionistas principais. Além disso, Fabri transferiu à Companhia Colonizadora Hanseática – nome atribuído à nova sociedade – o direito de concessão para construção de uma estrada de ferro, obtido também junto a Hercílio Luz em 1895¹¹⁴.

Com o êxito obtido junto às negociações em Santa Catarina, Carl Fabri retornou à Alemanha com o intuito de levantar o capital para iniciar o novo momento colonizador. No ano de 1897, recebeu 30 mil marcos da Companhia Colonizadora Hanseática como pagamento pela concessão ferroviária. As duas companhias transatlânticas receberam de volta os 100 mil marcos que haviam utilizado para pagar a oitava cláusula do contrato com Hercílio Luz. Carl Fabri também pagou, com o dinheiro da nova sociedade, 100 mil marcos de dívida a um comerciante hamburguês que se tornaria subscritor da nova companhia colonizadora. Assim, ao custo de 250 mil marcos repassados pela Sociedade Colonizadora Hanseática, a Sociedade Colonizadora de 1849 deixou de existir, suas dívidas também.

Resolvidos os problemas burocráticos, as companhias de navegação e os comerciantes de Bremen e Hamburgo detinham, por 20 anos, o monopólio sobre o transporte de emigrantes alemães ao Brasil. A Sociedade Colonizadora intensificou seu *lobby* junto às casas comerciais e ao governo alemão, prevendo a capitalização de 1,5 milhões de marcos, mas o capital chegou a somente 1,15 milhões¹¹⁵. Na lista dos apostadores da migração estavam as companhias já mencionadas, além de outras; donos de fábrica e comerciantes – sobretudo de Bremen e Hamburgo –, e até deputados do parlamento prussiano¹¹⁶.

Possuindo capital para começar a operar, em agosto de 1897, a

114. Concedera-lhe, a 8 de outubro do mesmo ano, privilégio por 50 anos para construção, uso e gozo de uma estrada de ferro ligando São Francisco do Sul, Joinville, Blumenau e o Estreito, com garantia de juros de 5% e privilégio da zona sobre 20 km de cada lado da estrada, sob condição de que as plantas fossem apresentadas dentro de um ano e a construção encetada um ano depois de sua aprovação. (RICHTER, 1992, p. 24)

115. (RICHTER, 1992, p. 24).

116. Vê-se, pela lista, que estavam representados no conselho fiscal da Sociedade, os principais interessados nos problemas da imigração alemã da época, tanto dos setores econômicos como dos setores políticos e ideológicos. (RICHTER, 1992, p. 27).

Sociedade Colonizadora Hanseática enviou um de seus diretores, A.W. Sellin, ao Brasil. Ele solicitou transferência do antigo contrato com a extinta Sociedade Colonizadora de 1849 para o novo grupo. A forte crise brasileira de fins do século XIX tornava urgente a necessidade de recursos para a economia do Vale do Itajaí. Em 3 dias o governador Hercílio Luz assinou a transferência. No entanto, a mesma urgência não seria acatada na Alemanha, onde o alto fluxo de negócios tornava esta transação relativamente pequena¹¹⁷. A licença por parte do Conselho da Unidade Alemã – criado em 1897 com as novas leis de imigração na Prússia – só seria concedida em 13 de novembro de 1898. Esta licença concedia às três maiores empresas de navegação subscritoras da sociedade o monopólio sobre o transporte dos emigrantes ao Brasil, autorizando a entrada de 2000 imigrantes nos dois primeiros anos e impondo forte controle por parte do governo alemão acerca das alocações no solo brasileiro. “De fato, os representantes da Sociedade, mais do que uma vez, queixavam-se de existir muita má fé, por parte o governo, assaz desconfiado com a empresa” (RICHTER, 1992, p. 33).

O método colonizador, no entanto, permaneceria no mesmo modelo já instituído desde meados do século XIX na região. Os lotes seriam demarcados pela colonizadora e vendidos aos imigrantes em parcelas, iniciando o pagamento depois de dois anos da ocupação. Toda a infraestrutura deveria ser construída pela companhia, empregando a força de trabalho dos imigrantes. Os contratos de venda ou renegociações, desde 1900, necessitavam do aval do chanceler alemão. Neste mesmo ano também foram estipulados os critérios de despejo:

Abandono do lote dentro dos três primeiros meses, por mais que um mês; abandono do lote depois dos três primeiros meses, por mais do que um mês; abandono do lote depois dos três primeiros meses, por mais que um ano; negligência de limpar uma clareira para construir a casa, nos três primeiros meses; negligência de construir uma moradia e de começar o plantio, nos primeiros seis meses; não pagamento da metade do preço e dos juros, nos primeiros cinco anos; não pagamento do preço e dos juros na íntegra, depois de sete anos. (RICHTER, 1992, p. 32)

117. Por outro lado, seria mister desviar a emigração alemã de países como Estados Unidos, Austrália e Argentina que de fato com as suas exportações baratas, se estariam transformando em perigosos concorrentes dos produtos agrários alemães. (RICHTER, 1992, p. 28).

As referidas condições para ocupação dos lotes evidenciam a subsunção ao mercado ainda antes de seu solo tornar-se produtivo, e a consequente ausência de liberdade do produtor mediante sua recém propriedade. Se a produtividade fosse baixa, não haveria como pagar o valor de sua prestação, a menos que venda sua força de trabalho à própria empresa colonizadora ou a outra empresa comercial. Mas como o pagamento da terra possuía a função de ressarcir o capital diretamente investido da Alemanha, esta exigiu controle direto sobre as transações, configurando um quadro de dominação externa que levou inclusive à omissão de informações por parte do governo alemão, sob o risco de perda do negócio.

Estavam os responsáveis cômicos de que de fato com isso infringiriam na soberania nacional do Brasil e do Estado de Santa Catarina. Receavam que as condições fossem divulgadas no Brasil, causando complicações políticas. A Sociedade aconselhou que seria melhor não mencionar nada delas no texto da própria licença que teria que ser comunicada ao Governo de Santa Catarina, e advertiu a direção da colônia em Joinville, da necessidade de mantê-las em segredo. (RICHTER, 1992, p. 33)

Mesmo sabendo da dificuldade de retorno em curto prazo do capital fixado na colônia, a companhia esperava obter os subsídios federais que lhe permitiriam manter certa estabilidade no investimento e retorno em curto prazo das transações.

Aconteceu, porém, que o decreto nº 528 ficou revogado no final de 1896, quando o governo verificara que a concessão das subvenções previstas [...] constrangeria demasiadamente o orçamento fiscal. Daí, não haveria mais subvenção federal ou estadual alguma quanto às atividades de empresas colonizadoras. (RICHTER, 1992, p. 34)

A situação de crise que permeou todos os anos da Primeira República não permitiu ao governo federal alimentar investimentos para o desenvolvimento e a urbanização do interior, seu objetivo era atrair capitais estrangeiros com o menor custo possível, a fim de regularizar sua situação de constante déficit orçamentário. Mas do ponto de vista do comércio de Blumenau, o bloqueio dos investimentos em imigração e

colonização significavam também a paralisia de seu meio de acumulação original. Em virtude, observamos a ação conjunta do *lobby* comercial hamburguês com os grupos políticos catarinenses.

Em 1903, por intermédio do deputado catarinense Vitorino de Paula Ramos, a Sociedade encaminhou uma petição ao Congresso Nacional, pedindo as subvenções previstas no extinto decreto nº 528, artigos 34 e 35, principalmente para a construção de estradas, sendo apoiada pelo embaixador alemão que teve uma audiência com o Ministro da Viação, o catarinense Lauro Müller. (RICHTER, 1992, p. 34)

Mesmo com o envolvimento da emergente oligarquia catarinense nas esferas estadual e federal, as subvenções não foram providas. Como a transação já havia sido iniciada, restou à Sociedade Colonizadora Hanseática iniciar suas operações, sob pena de perda do contrato com o estado de Santa Catarina. A Companhia obteve extensas gamas de terras na região norte e no Vale do Itajaí, fundando as colônias de Itapocu, hoje Corupá, e a colônia Hansa Hammonia, às margens do rio Itajaí do Norte, em área politicamente pertencente ao interior da cidade de Blumenau.

Para os fins de nossa análise acerca da formação dos meios de acumulação do Vale do Itajaí, a fundação da colônia Hansa Hammonia figura como o primeiro investimento estrangeiro de maior vulto em torno da colonização. Esse também seria o momento final de subsunção das terras do Vale ao sistema de mercado, já que todo o território passaria a ser valorizado por critérios comerciais. Como destaca Richter (1992), a presença da Companhia Colonizadora Hanseática levaria a gestão das colônias da região a estipular em comum acordo os preços das terras, limitados apenas pelas condições de mercado já instituídas, nos quais atuavam como investidores.

Primeiro, tinha que levar em conta que *mais de um terço dos imigrantes não possuíam dinheiro algum*, e os recursos financeiros da maioria eram parcos. Segundo, era mister *concorrência* aos preços e condições de pagamento das glebas vizinhas (...) Terceiro, não se podia exigir *preços* que ficassem abaixo daquilo que há muito anos havia sido pago à antecessora da Sociedade (...) Quarto, tinha que ser evitado que os preços fossem exagerados demais em comparação às

terras devolutas vendidas em outras partes de Santa Catarina, pois então não haveria mais compradores. (RICHTER, 1992, p. 42).

Contudo, a rápida absorção formal do território aos valores do mercado não seria acompanhada pela produtividade das pequenas propriedades. O sistema de dependência à empresa comercial continuava a centralizar as operações envolvendo o pagamento das propriedades, mas devido à ausência de recursos nacionais, o processo de exploração, medição, e demarcação de terras, construção e conservação de estradas, caminhos e pontes absorveria rapidamente o capital inicial da Sociedade Colonizadora Hanseática, e o retorno com a venda dos lotes não ocorreria como previsto.

Face às expensas elevadíssimas nos primeiros anos de colonização e à falta de capital suficiente, a Sociedade por todos os meios possíveis procurava melhorar a receita, pela obtenção de rendimentos imediatos da venda dos lotes. Assim, já em 1902 aumentou os preços por hectare em 4 mil réis, ou seja, em 100 mil réis pelo lote de 25 hectares. Por outro lado, daí em diante, concederia um rebate de 10 % sobre o preço em caso de pagamento à vista. Alguns anos mais tarde, tal rebate subiu a 15% caso o colono pagasse o seu lote na íntegra, ainda antes do embarque em Hamburgo, e 6% se o pagamento fosse feito depois da chegada à colônia Hansa. (RICHTER, 1992, p. 43)

A diferença entre o capital necessário para tornar o solo produtivo e o tempo necessário para seu retorno no contexto colonial alargava-se à medida que aumentava a dívida do empreendimento. Com a ausência dos repasses federais que a Companhia Colonizadora Hanseática esperava receber ao iniciar a transação, esta ficaria ciclicamente sem recursos e teria de buscar uma solução externa para sua manutenção. Ao mesmo tempo, esse processo cíclico de desenvolvimento catalisaria fluxos de migração interna, o abandono da propriedade rural para a busca de meios de vida como trabalhador nos centros urbanos em ascensão, particularmente na cidade de Blumenau¹¹⁸. Em 1903, segundo

118. Conforme vimos, o Governo de Santa Catarina, no contrato de 1895, permitira a entrada de até seis mil por ano, enquanto o governo alemão na licença de 1898, limitara o número anual para os primeiros anos a mil. [...] Vê-se, daí, que em 25 anos, a Sociedade Colonizadora

levantamento de José Deeke – Diretor local da Colônia Hansa –, a mesma recebeu 995 colonos, chegando a 3182 colonos recebidos de 1897 a 1903. O capital da Sociedade Colonizadora Hanseática havia – mais uma vez – esgotado. Qualquer chance de expansão da Colônia Hansa e reversão do capital aplicado dependiam de nova injeção de capital financeiro alemão.

A 8 de agosto daquele ano, a reunião dos sócios resolveu pedir um empréstimo de 1 milhão de marcos junto aos principais bancos alemães, o qual seria colocado à disposição da Sociedade em parcelas anuais. Graças à ajuda do governo do “Reich”, que por razões políticas estava interessado na sobrevivência da Sociedade como fator de influência alemã no Brasil, foi possível fixar um acordo, de modo que a sociedade ainda em 1903 conseguiu sacar a primeira parcela, de 205.587 marcos. Até 1907, foram colocados à disposição da Sociedade pelos bancos, 900 mil marcos. (RICHTER, 1992, p. 45).

O momento de extenso investimento estrangeiro oriundo da Revolução Comercial, que chegaria a pontos insustentáveis na segunda década do século XX, em parte explica as razões que levaram à aprovação do financiamento por meio dos bancos alemães. Estas condições singulares de abertura, que iniciara ainda no século XIX, tornou o Vale do Itajaí região mais atraente para investimentos no século XX. O monopólio comercial implicaria também no direcionamento dos investimentos culturais locais à identificação com a pátria alemã, favorecidos pelo contexto de forte nacionalismo que impregnaria a Europa no século XX. A guerra comercial levaria à tentativa de fechamento dos mercados e, nesse sentido, a preservação da cultura alemã favoreceria a manutenção destas relações comerciais. Diante destas considerações, o processo de acumulação originário desde a influência do mercado alemão fornece também as bases para a compreensão da origem do teuto-brasileiro como referência étnica para o Vale do Itajaí no início do século XX. Ele expressaria a dupla articulação dependente que conformaria a economia regional, entre as instituições econômicas e políticas brasileiras e alemãs.

Hanseática não conseguira introduzir definitivamente na colônia Hansa mais do que o número de imigrantes europeus previsto para um ano! É óbvio que fracassara quanto à realização das suas ambiciosas expectativas colonizadoras em Santa Catarina. (RICHTER, 1992, p. 46-47).

A baixa densidade da imigração nos primeiros anos do século XX seria compensada pela distribuição de terras a famílias descendentes dos primeiros núcleos de ocupação do século XIX, enquanto os novos migrantes pobres – nacionais e estrangeiros – seriam direcionados para atividades decorrentes da expansão dos meios de produção providas pelo desenvolvimento da colonização no interior. O desenvolvimento da colônia Hansa, no início do século XX, alimentaria também a expansão dos meios de apropriação da cidade de Blumenau, intensificando sua urbanização e gestando as bases para a constituição de um setor camponês no interior e um grupo de assalariados urbanos, que iriam expandir-se pela migração interna e externa à cidade, de tal forma que a visão geral desse movimento no século XX corresponde a um conjunto heterogêneo de assalariados urbanos e uma classe relativamente homogênea de camponeses teuto-brasileiros.

Era mister que viessem à colônia Hansa colonos teuto-brasileiros, filhos e netos dos imigrantes alemães sobretudo, de Blumenau e Joinville, que além de serem experimentados, possuísem alguns meios próprios pelo qual seriam capazes de pagar os seus lotes à vista. Sem a ajuda desses colonos catarinenses de origem teuta, não restava dúvida que a nova colônia fracassasse. [...] No início de 1898, o conselho fiscal da Sociedade autorizou a venda de lotes a velhos colonos de Blumenau, Joinville, São Bento, assim como a seus filhos. Permitiu também, que exceção poderia ser feita para luso-brasileiros, *desde que pagasse à vista*. Seria dada preferência a pessoas casadas e capazes de pagamento imediato. (RICHTER, 1992, p. 55).

O modelo da pequena propriedade como indutor da inserção do imigrante nas atividades econômicas do município passa a perder importância, ao mesmo tempo em que o fluxo de emigrantes da Alemanha também já não correspondia predominantemente a trabalhadores rurais. A emigração atingia trabalhadores de vários segmentos sociais afetados pelo desenvolvimento do capitalismo na Alemanha. O aumento da vinda de solteiros também demonstra a nova ênfase dada à livre força de trabalho, em detrimento da formação de famílias camponesas.

Entre 1881 e 1889, o quadro profissional dos emigrantes saídos pelo porto principal de Hamburgo correspondia às seguintes percentagens acima do número total de emigrantes alemães: Agricultura 17,7%; indústria 16,3%; comércio 7,1%. No período de 1890 a 1898, foram tais as mudanças nesse quadro: Agricultura 11,9% indústria 17,3%; comércio 15,3%. A partir de 1895, houve um aumento contínuo de pessoas solteiras, decrescendo o número de famílias entre os emigrantes. [...] Em consequência dessas mudanças estruturais, dentro do grupo cada vez mais reduzido de emigrantes alemães no final do século passado e começo deste século, já não preponderava mais a família camponesa, típica do período anterior. [...] Em 1900, foi estimado que não mais de um terço daqueles que tinham chegado à colônia, de fato lá se fixaram definitivamente. [...] Podemos, desta maneira, chegar à conclusão que dos 4.127 emigrantes de origem teuta encaminhados da Alemanha para Santa Catarina pela Sociedade colonizadora Hanseática, somente uns 40% ficaram definitivamente estabelecidos na colônia Hansa, entre 1897 e 1909. (RICHTER, 1992, p. 48-50).

O quadro descrito por Richter caracteriza a relação direta entre a colonização do interior, desde seu duplo movimento – extração dos recursos naturais e valorização fundiária – e o desenvolvimento da indústria na região de Blumenau. O interior estaria fornecendo à cidade tanto os recursos que alimentariam o sistema comercial – madeira e produção agropecuária –, quanto a força de trabalho necessária para a constituição de meios de centralização, padronização e distribuição dos produtos da economia municipal.

A Companhia Colonizadora Hanseática emerge como financiadora da ação comercial local de construção de meios de troca, repassando recursos aos comerciantes. Para garantir a continuidade desta relação, a maior casa de importação e exportação de Blumenau, pertencente ao cônsul da Alemanha no Brasil, a Companhia Salinger, associar-se-ia à Companhia Colonizadora Hanseática, numa transação que lhe garantiria o monopólio acerca da centralização e distribuição das mercadorias necessárias à colônia Hansa. O sistema de distribuição de mercadorias para a colônia do interior foi, desde seu início, o maior

obstáculo ao seu desenvolvimento, as condições de transporte precárias dificultavam tanto a extração dos recursos da terra quanto o envio das mercadorias necessárias para o estabelecimento dos meios de troca com os imigrantes.

Outro detalhe criticado pelos moradores do distrito colonial de Itajaí-Hercílio, foi a falta de alimentos baratos. Às poucas vendas faltavam estoques suficientes, pois os próprios vendistas não possuíam o capital necessário, e tinham que conceder empréstimos aos seus fregueses, que em geral não pagavam à vista. [...] O representante da empresa de navegação “Norddeutsche Lloyd” em Bremen e agente de emigração, F. Missler, [...] em 1903 apresentou um plano para que tais queixas fossem atendidas. Concedeu um empréstimo de 70 mil marcos à sociedade, que foi transferido para a direção colonial em Hammonia, perfazendo a importância de mais de 70 contos de réis. Este dinheiro devia ser empregado antes de tudo para melhorar o abastecimento dos colonos. Foram estabelecidos três armazéns no distrito de Itajaí-Hercílio, em 1904. A Companhia Gustavo Salinger & Co., de Blumenau, ficou contratada a fornecer as mercadorias necessárias a preço de custo, ganhando comissão de 5%. Receberam empréstimos para a compra de alimentos os colonos que dele precisavam, repagando-os mediante trabalho na construção de estradas. (RICHTER, 1992, p. 54).

A organização distributiva que caracterizava a Colônia Hansa, também denominada distrito colonial de Itajaí-Hercílio, possuía o aspecto singular de unir os interesses dos comerciantes já ativos no município de Blumenau aos agentes econômicos alemães, voltados ao empreendimento da Companhia Colonizadora Hanseática. O controle das instituições gestoras locais por parte dos comerciantes permitiu a indução favorável da injeção de capital externo nas terras pertencentes ao município de Blumenau. Os comerciantes seriam beneficiados por recursos financeiros para investirem na expansão e diferenciação de seus meios locais de apropriação. O aumento da produção interna iria também fomentar a concorrência entre os distintos grupos comerciais locais e o aumento das ações especulativas em torno das mercadorias produzidas na região para o mercado interno. Mas a Companhia

Salinger iria ser a maior beneficiária da transação, principalmente em decorrência do posterior investimento na Estrada de Ferro Santa Catarina. A entrega das transações envolvendo a colônia Hansa à Cia Salinger caracterizou monopólio tão evidente que os próprios produtores locais organizaram uma instituição paralela de troca dos seus produtos coloniais, num processo de concorrência interna que não alteraria, contudo, o domínio do capital comercial nas transações envolvendo a colonização.

[...] a Sociedade introduziu nesse distrito o regime de vales. Daí em diante, todas as pessoas que trabalhavam na construção dos caminhos vicinais dando acesso aos seus lotes, seriam pagas pelo seu trabalho quase que somente com vales válidos para o armazém da Sociedade, mesmo que antes tivessem comprado em outras vendas. [...] Com justa razão, os colonos se queixavam que isso significaria um monopólio para os armazéns da Sociedade. O único fornecedor delas, Pedro Christiano Feddersen, representante da companhia Gustavo Salinger de Blumenau, ex-deputado estadual de Santa Catarina e conselheiro municipal de Blumenau, havia sido eleito membro do conselho fiscal da Sociedade Colonizadora Hanseática a partir de 1904. [...] Logo se perceberia que as mercadorias de tais armazéns, estavam sendo vendidas a preços mais altos do que em estabelecimentos não vinculados à Sociedade Colonizadora e à companhia de Gustavo Salinger. Daí, os moradores da região, tanto colonos como vendistas, procuravam salvar os seus próprios interesses econômicos, fundando uma “Sociedade Cooperativa de Produção e Consumo”. Os armazéns ligados à companhia Gustavo Salinger foram fechados em 1909. (RICHTER, 1992, p. 54)

Os armazéns da Companhia Salinger seriam fechados em 1909, após o término da construção da Estrada de Ferro Santa Catarina, que ligaria a cidade de Blumenau à colônia Hansa. Após esse período, a Companhia passaria a atuar como colonizadora privada das terras do Alto Vale do Itajaí, adjacentes às áreas sob concessão da Companhia Colonizadora Hanseática. Diante destas condições, a ação direta da

Companhia Colonizadora iria restringir-se aos 600 mil hectares concedidos no primeiro contrato de 1894. Resta notar ainda que no início do século XX, o governo brasileiro, além de não mais enviar recursos às empresas colonizadoras privadas, iniciara empreendimentos próprios voltados à colonização do território e assumiria ele mesmo o financiamento da terra e do transporte dos imigrantes.

Mais séria, contudo, seria a própria concorrência brasileira a partir de 1907. (...) Nestes núcleos, os lotes era cedidos gratuitamente aos colonos, além disto o Governo da União pagava a viagem transatlântica e concedia subsídios para o sustento das famílias. Foi enviada uma comissão especial do Governo a vários estados europeus, incumbida a propagar as vantagens da emigração ao Brasil. Essa propaganda se mostrou bastante eficiente, sobretudo na Alemanha, de onde nada menos de 31 mil imigrantes se estabeleceram no Brasil, entre 1907 e 1913. Durante os anos de 1908 a 1913, 2.750 desses imigrantes alemães entraram no estado de Santa Catarina. (RICHTER, 1992, p. 51)

A contínua insolvência do sistema de distribuição de terras, aliada à concorrência com os núcleos geridos pelo governo brasileiro, iria levar a Companhia Colonizadora Hanseática a mais uma vez reorganizar seus negócios. Diante dos subsídios operados pelo governo para o assentamento de imigrantes em colônias estatais, os principais acionistas da empresa reorganizaram o sistema de colonização de maneira a absorver o lucro com o transporte dos emigrantes, favorecendo as companhias de transporte marítimo. No empreendimento colonial, como permaneciam deficitárias suas transações de venda de terras, concentraram-se na exploração direta da força de trabalho do imigrante, voltando ao velho sistema de troca simples a partir da venda de força de trabalho por condições de subsistência e tornando oficialmente secundário o papel da propriedade como agente produtivo de subsistência.

Quando, a partir de 1907, a Sociedade estava mais uma vez sendo abalada por uma grave crise financeira, resolveu-se reorganizar totalmente o sistema de colonização. Daí em diante, todos os transportes de emigrantes da Alemanha a Santa Catarina, seriam feitos somente por conta das 3 grandes empresas (...) ligadas à Sociedade.

Caberia aos próprios colonos trabalhar na construção de estradas e caminhos, aos quais, ao invés de receberem pagamento em moeda, seriam concedidos abatimentos proporcionais nas prestações sobre os seus lotes creditados. Outrossim, não gozariam da vantagem de comprar os lotes à prestações, a não ser pagando entrada. (RICHTER, 1992, p. 46).

Apesar da mudança na legislação, a Companhia Colonizadora Hanseática não pagou ao estado catarinense um centavo sequer por terras a partir de 1906. Somente assentou moradores nas áreas que já havia demarcado. O regime de venda de terras permaneceu eficiente sobre as áreas já adquiridas a preços baixos. Quanto às áreas adjacentes às obtidas pela Companhia Colonizadora Hanseática, caberia aos próprios comerciantes locais expandir a rede colonial privada¹¹⁹. Como meio para colonizar as terras ainda não ocupadas em 1907, os acionistas da empresa colonizadora garantiriam o prolongamento da concessão para a exploração comercial do território por mais 23 anos, condicionados novamente à vinculação dos negócios comerciais locais com a expansão da emigração:

O prazo do contrato fica prorrogado até 1930. (...)
O governo do Estado obriga-se a não fazer contratos
com outras companhias ou empresas da Alemanha,

119. Dados apresentados por Zedar Perfeito da Silva em relatório ao ministério da agricultura permitem um indicativo da influência das colonizadoras privadas nacionais nas primeiras décadas do século XX: O sindicato agrícola de Blumenau colonizou o vale do Rio Trombudo, numa área de 29487 hectares e 4472 m²., com 113 famílias brasileiras, 81 alemãs, 279 teuto-brasileiras, 28 italo-brasileiras e 3 hispano-brasileiras. [...] Luís Bertoli foi outro colonizador de grande influência nas margens do rio Itajaí d'Oeste, quer neste município, que colonizou com elementos de Ascurra e Rodeio, quer no de Taió. A sua área era calculada em 275.000.000m². [...] A Companhia Salinger S.A. contou com uma área de 255.784.485 m²., neste município e no de Taió. No primeiro, só colonizou em elementos de Blumenau. (SILVA, 1954, p. 18). Da mesma forma, encontramos alguns dados referentes à situação em 1927 na obra de Edith Kormann: Companhia Colonizadora Hanseática, com 127.318 hectares; Bona & Cia., de Rio dos Cedros, com 51.000 hectares; Viktor Gaertner, com 50.000; Luiz Bertoli, com 35.000; Sindicato Agrícola de Blumenau, com 30.200; Dr. Breves Filho, com 24.000; Zimmermann & Jensen, com 23.900; Pedro Kneip, com 13.057; Gottlieb Reif, com 11.430; Willy Hering, com 9.751; Jacob Anderle, com 6.200; Sociedade Mineira Catarinense, com 4.800; Otto Wille e E. Odebrecht, com 3.500; Dr. Autran Dourado, com 2.833; Aldinger, Franz Reuter e outros, com um total de 12.000 hectares. A área total dessas concessões alcançava 406.416 hectares, ou 4.064 km². A maioria já estava medida e demarcada, vendida, e ocupada por colonos nacionais e estrangeiros. Sobre essas concessões havia uma rede de estradas e caminhos de 760 quilômetros, e 160 quilômetros de picadas provisórias. (SILVA *apud* KORMANN, 1994, p. 128).

Áustria, Hungria, Bélgica e Suíça para introdução de imigrantes. (...) Todos os terrenos adquiridos pela Companhia de conformidade com este contrato serão destinadas à colonização e fundação de estabelecimentos industriais, devendo o seu povoamento ser feito tanto quanto for possível com dois terços de colonos estrangeiros, excluindo-se pretos africanos, chins e semelhantes, e o terço restante com nacionais. (RICHTER, 1992, p. 57).

A expansão dos investimentos em colonização catalisados pela Companhia Colonizadora Hanseática a transformaria em polo local de centralização dos produtos a serem exportados desde o interior do município de Blumenau. A articulação entre a Colônia do interior e os comerciantes da cidade de Blumenau catalisou a diferenciação das atividades rurais enquanto os comerciantes investiriam em meios de processamento e padronização dos produtos para posterior envio ao Porto de Itajaí. Nesse sentido, o capital injetado pela colonizadora na região do Vale proporcionou benefícios aos comerciantes locais enquanto intensificou a necessidade de produção de produtos para exportação.

Mas além dos entraves oriundos da ausência cíclica de capital, as condições de infraestrutura da região limitariam a capacidade de operação das empresas comerciais, seria apenas com a construção da Estrada de Ferro Santa Catarina que estas condições seriam substantivamente transformadas. A ferrovia construída entre 1907 e 1909 constitui um importante fator para a compreensão da acumulação local, ela alterou radicalmente as condições de transporte dos produtos da região, injetou somas consideráveis de capital para o sistema de apropriação local e consolidou a dependência institucional entre a gestão pública e o capital externo a partir da dívida pública municipal. Por este motivo, faremos a análise dos efeitos do investimento estrangeiro na ferrovia do Vale do Itajaí em conjunto com a avaliação do impacto da tomada do território pelo capital comercial no início do século XX e seus efeitos para a organização econômica e política de Blumenau.

2.3 CONSOLIDAÇÃO REPUBLICANA – PERÍODO FÉRREO, DIFERENCIAÇÃO PRODUTIVA, FINANCEIRIZAÇÃO

A expansão da economia de mercado nas terras do Vale do Itajaí do século XIX foi limitada pela pequena presença de capital externo na instituição dos meios de produção, tornando os investimentos limitados à capacidade de *lobby* dos setores político-comerciais locais com o governo brasileiro.

A expansão da produção econômica local era sempre limitada pelos precários meios de transporte e distribuição do sistema colonial, situação que se tornaria mais grave com a implementação da colônia Hansa, na medida em que esta assentaria camponeses nas áreas mais distantes da área urbana do município de Blumenau, exigindo a organização de um sistema de transporte capaz de prover as importações aos novos imigrantes, bem como transportar os recursos extrativos e agropecuários da colônia do interior. Estas condições iriam aprofundar a convergência já existente entre os interesses dos comerciantes hanseáticos e o conjunto dos comerciantes que detinham o poder comercial sobre o Vale do Itajaí, desde sua cidade portuária até os últimos assentamentos privados instalados por companhias locais no século XX.

Após a estabilidade política alcançada em 1894, os comerciantes e políticos da região do Vale do Itajaí passariam a atuar em busca de recursos para a expansão de seu domínio comercial sobre as terras da região. O fomento de investimentos para o desenvolvimento dos meios de apropriação local, prejudicadas pelo cenário de crise crônica da Primeira República, tornaria a alternativa dos recursos externos o único meio possível para renovar a possibilidade de circulação e liquidez das mercadorias produzidas. Contudo, cada novo empréstimo de capital estrangeiro significava o aumento da dívida pública brasileira. Estas transações envolvendo entradas cíclicas e bruscas de capital, seguidas de período de desvalorização dos empreendimentos, constitui o movimento de instituição da economia regional desde seus primórdios no século XIX.

Cada transação de entrada de capital externo na economia do município de Blumenau significava também a necessidade de aumento da produção para sustentar os juros necessários à expansão lenta do capital fixado no território. A necessidade de centralização da produção, dispersa nas pequenas propriedades, já decorreria desde o século XIX

em virtude do necessário equilíbrio entre importações e exportações de mercadorias para manter estável o sistema de endividamento público. Estas condições seriam instituídas desde uma complexa cadeia de relações envolvendo atores políticos e comerciais de diversos grupos da Alemanha e do Brasil, que processualmente iriam tornar mais densa sua intervenção na política econômica brasileira, definindo o sistema liberal de mercado como fundamento do desenvolvimento institucional da cidade.

O ano de 1897 marcou Blumenau com a chegada do Embaixador Alemão, Dr. Krauel. [...] Em Companhia do Cônsul Alemão em Florianópolis, Carl Hoepcke, o Embaixador e a comissão de recepção e populares dirigiram-se à casa do Cônsul Gustav Salinger, onde já o aguardava o Governador do Estado Dr. Hercílio Pedro da Luz [...]. Após o desfile das sociedades o Embaixador, da sacada do prédio, agradeceu a festiva recepção feita num dia ensolarado. [...] Às 7 horas da noite, a população ofereceu em homenagem ao Embaixador, Dr. Krauel, o Governador do Estado, Dr. Hercílio Pedro da Luz, e seus auxiliares um banquete no Teatro “Frohsinn”. Coube ao Cônsul Alemão, Gustav Salinger em seu discurso cumprimentar e agradecer as honrosas presenças encerrando com um brinde à casa dos Hohenzoller e ao Imperador Wilhelm II. (KORMANN, 1994, p. 92-93).

O encontro narrado pela historiadora Edith Kormann (1994) evidencia as articulações políticas e econômicas entre os grupos de poder alemães e brasileiros na transição republicana do estado de Santa Catarina, em fins do século XIX. A continuidade da narrativa de Kormann (1994) expõe também os argumentos acerca das relações entre as empresas comerciais de atuação local e o *lobby* político externo. A viagem dos agentes políticos entre os armazéns dos comerciantes, através das estradas construídas sob concessão privada, revelam o modelo de desenvolvimento em que se consolidariam as instituições econômicas e políticas da cidade no início do século XX.

A Companhia Salinger constitui exemplo de empresa comercial local cujas atividades estiveram sempre vinculadas ao *lobby* comercial

externo. Seu proprietário era Cônsul da Alemanha no Brasil,¹²⁰ conseguiu beneficiar sua companhia em grandes investimentos locais, sendo o principal deles o monopólio sobre a distribuição dos recursos aos trabalhadores que atuaram na construção da EFSC – Estrada de Ferro Santa Catarina. Enquanto organizadora local da produção, esta empresa comercial operou com capital estrangeiro para viabilizar seu crescimento interno.

Assim como o Dr. Blumenau partira após ver progredir e inundar tantas vezes seus sonhos coloniais, também Salinger voltou à terra natal. Mas a sua retirada do Brasil ocorreu no momento em que sua empresa firmou os contratos com a Companhia Colonizadora Hanseática e com a Estrada de Ferro Santa Catarina, destacando novamente o papel do *lobby* comercial como indutor das instituições econômicas e políticas locais. O sentido histórico da colonização, assim como no restante do território brasileiro, constituiu imperativo necessário à compreensão das relações institucionais que historicamente forjaram os meios de vida que do território do Vale do Itajaí.

Após se servirem de refrescos e petiscos, e Feddersen falado em nome da Sociedade de Cantores, todos seguiram até Warnow onde foram recepcionados com foguetes, vivas da população e cumprimentos. [...] No dia 21, sexta-feira cedo, continuaram a viagem, chegando até o Neisse ainda pela manhã, onde na filial de Feddersen foi servido um lanche. [...] Mostrou-se ao Embaixador a área designada à Cia. Hanseática de Colonização para que pudesse opinar, quando interpelado pelos respectivos órgãos do seu país. Depois de passar o Ribeirão Neisse, observaram que apenas algumas colônias eram ocupadas por imigrantes, pois havia também alguns moradores brasileiros. A nova estrada corta uma área não cultivada, onde os bugres se refugiavam praticando assaltos aos moradores mais distantes. “Com a nova estrada, o maior movimento fará com que os bugres se recolham mais para o alto da serra”. [...] Em seguida, os visitantes chegaram ao rancho de Gottlieb Reif, empreiteiro da primeira parte da estrada. [...] Com o céu límpido,

120. “Gustav Salinger, a quem Blumenau deve grande parte do seu desenvolvimento econômico, cultural e social e que desde 1889 foi Cônsul da Alemanha em Blumenau, regressou, no dia 9 de abril de 1904 para a Alemanha.” (KORMANN, 1994 p. 114).

os visitantes avistaram o “Morro do Baú” e também o “Morro do Cachorro” e para o norte e oeste as grandes áreas dos vales dos rios Itajaí do Sul e do Norte, a “terra incógnita” que a Cia. Hanseática, pretendia colonizar com imigrantes alemães. Do alto do morro, o trecho da estrada era de responsabilidade de Friedrich van Ockel e foi percorrido em quase dois quilômetros. (KORMANN, 1994 p. 94-96).

Os investimentos ligados à Sociedade Colonizadora Hanseática fomentavam um processo de rearticulação da organização produtiva de toda a região, principalmente em virtude da ação integradora da circulação e distribuição local operada pelos comerciantes. Mas a expansão do capital para a ocupação e valorização do Vale do Itajaí não seria suficiente para alterar as condições de produtividade da região. As chances de desenvolvimento acelerado da apropriação do interior dependiam de uma alteração contundente em sua estrutura de transporte, o que levaria a Companhia Colonizadora Hanseática a buscar recursos para a construção de uma ferrovia que ligasse sua colônia ao porto fluvial de Blumenau a partir da concessão obtida do governo do estado de Santa Catarina. A expectativa da concessão orientaria a atuação institucional dos comerciantes locais, caracterizando o início de novas iniciativas comerciais pautadas na diversificação e ampliação das mercadorias produzidas no território.

Os primeiros empreiteiros das estradas de rodagem, que já haviam sido beneficiados pelo conjunto de recursos públicos que haviam financiado a colônia no século XIX, iriam ampliar sua atuação para as áreas adjacentes à concessão da Companhia Colonizadora Hanseática, enquanto esta centralizaria na colônia Hansa o fluxo comercial desse movimento de expansão do interior. Além disso, a constituição da colônia Hansa proporcionaria aumento imediato da quantidade de recursos extraídos da região, o que permitiria às empresas comerciais iniciar o movimento de diferenciação da produção com vistas à valorização da mercadoria local.

Adquirindo de Rodolfo Krause, em 1902, uma fábrica de artefatos de madeira, localizada na “Barra do Rio”, Reif passa a fabricar caixinhas para charutos. [...] A fábrica de caixinhas de charutos era, em sua especialidade, a maior da América do Sul, constituindo Reif, em 1913, “O maior contribuinte do erário estadual, no

município de Itajaí”. [...] Objetivando a diversificação do empreendimento inicial, Reif constrói um estaleiro, valendo-se da boa qualidade de trabalhadores no ramo da carpintaria naval; ainda em sociedade com Carl Rischbieter, os irmãos Fides e José Deeke, o empresário pioneiro instala, em 1912, ainda na “Barra do Rio”, uma fábrica de papel. (MOREIRA, 1995, p. 103).

À atividade extrativa da madeira, que podia ser considerada tradicional para as empresas comerciais da região, assomou-se o incentivo à utilização das propriedades para a exploração pecuária, além da diversificação das atividades agrícolas. Os comerciantes passariam a adotar o regime de associação para obter maiores volumes de capital e investir em novos segmentos. Deste movimento emergiu a Associação Comercial e Industrial de Blumenau, no início do século XX. Após a fundação da ACIB, seus representantes convocam a “Kultur Verein”, fundada em 1863, com fins de organizar a produção agrícola, buscando bases para a redefinição da política de desenvolvimento da região.

Para resguardar os interesses dos blumenauenses, no dia 5 de novembro de 1901, reuniram-se 31 chefes de firmas (ou representantes) para fundarem uma associação. Gustav Salinger (Cônsul Alemão), expôs a finalidade da reunião e esta se transformou em Assembleia Constituinte da Associação Comercial, sendo eleito presidente provisório Gustav Salinger. A ata da fundação foi publicada no “Der Urwaldsbote” de 16 de novembro de 1901. [...] Para que toda a Colônia participasse da Associação, ficou decidido que a Diretoria entrasse em contato com a Diretoria do “Kultur Verein” para uma reunião na qual seriam expostas as medidas da Associação para atenuar a crise econômica. (KORMANN, 1994, p. 106).

Como a valorização comercial do capital local dependia da produção constante de mercadorias para a troca em um mercado externo à cidade, a atuação dos comerciantes seria orientada pela atração de investimentos fomentadores da produção de mercadorias direcionadas a estes mercados. A relação originária da antiga Colônia Blumenau com a sede Imperial no Rio de Janeiro a partir da ação do *lobby* hanseático permaneceu presente no período republicano. Parte dos produtos seria então direcionada à exportação estrangeira; outros seriam trocados ainda

em território brasileiro no mercado consumidor do Rio de Janeiro e com a reabertura do comércio com a Argentina no início do século XX. Mas o aumento da exportação era restringido pelas precárias condições no escoamento da produção, fator que levaria a defesa da melhoria das condições de transporte ao centro do debate político regional. Ao lado da injeção de recursos externos, estava o interesse na diminuição do tempo de circulação necessário à produção local.

No dia 23 de novembro, o “Kultur Verein” convocou uma reunião (...) tendo como primeiro assunto o relatório da Diretoria da Associação Comercial e a sua cooperação com os colonos da região de Blumenau. (...) Gustav Salinger fez um relato sobre a Associação, dizendo que uma de suas metas era a elevação e apuração do comércio e que propugnará pela diminuição das despesas comerciais como frete, alfândega, etc., e também pelo barateamento do seguro marítimo, procurando conseguir melhores vapores para os locais de consumo. (...) o importante era assegurar o serviço regular de transportes. (...) Feddersen declarou que com bons produtos não receariam a concorrência norte americana. (KORMANN, 1994 p. 107).

A abertura de disposições municipais para o investimento na ferrovia seria materializada em uma série de concessões distribuídas no fim do século XIX a possíveis investidores privados¹²¹. A construção de ferrovias havia sido o tipo de investimento mais significativo utilizado para a capitalização estrangeira da economia brasileira desde a abertura dos portos no início do século XIX¹²². Seus investimentos permitiam

121. Do lado brasileiro, a possibilidade de captação de recursos tendo como base a construção de ferrovias era motivo de especulação por outros comerciantes locais, interessados nos ganhos secundários que a transação poderia prover. O engenheiro alemão von Ockel, representando os interesses de grupos de Blumenau, adquire em 1897 concessão para construção de linha férrea de Blumenau a Aquidauana (Apiúna) enquanto o francês Courau adquire uma concessão ao norte. A concessão de von Ockel seria adquirida, por 18 mil francos, pela Sociedade Colonizadora Hanseática. Ao mesmo tempo, o diretor da colônia Hansa A. W. Sellin, adquire outra concessão para uma estrada ligando toda a colônia até concessão de von Ockel. É uma verdadeira complicação repleta de *lobbies* internacionais e regionais até que em 1903, o Governo do Estado de Santa Catarina – diante da ausência de capacidade financeira dos concessionários – declara caducas todas as concessões (RICHTER, 1992).

122. Logo após a independência do Brasil, quando da regência do Padre Diogo Feijó, surgiu no governo e nos meios empresariais brasileiros a ideia de se dotar o país com ferrovias – o novo e revolucionário sistema de transportes. [...] o Regente Feijó faria surgir o primeiro documento

ciclicamente equilibrar a situação de desequilíbrio orçamentário crônico da economia nacional, e ao mesmo tempo provocavam alterações substantivas nos meios locais de apropriação direcionados por seus investimentos.

Insatisfeito com os poucos resultados alcançados nos primeiros anos, e impaciente por acelerar o desenvolvimento do Império, o governo decidiu em 1873 mudar sua política ferroviária. Além dos juros anuais efetivamente empregados nas construções, propôs-se a fixar uma certa quantia por quilômetro construído. A instituição desta subvenção extra não apenas estimulou os atuais concessionários, como atraiu os investidores estrangeiros – capitalistas e banqueiros – relutantes em aplicar grandes somas nos empreendimentos brasileiros. [...] Inicialmente os franceses, ingleses e belgas, e posteriormente os norte-americanos, gradativamente passaram a investir vultuosos capitais nos projetos ferroviários, e o resultado não se fez por esperar: se em 1860, o Brasil possuía apenas 128 kms de ferrovias em tráfego, número aumentado para 300 em 1870, já a 1880 alcançava 1.288 quilômetros – quase cinco vezes mais em apenas 10 anos, e em 1889 atingiu a 3281 kms. (THOMÉ, 1983, p. 23).

Esse cenário de abertura seria encontrado por Carl Fabri, no fim do século XIX, ao viajar a Santa Catarina em busca de condições institucionais para a retomada dos investimentos hanseáticos no Vale do Itajaí. O representante das casas comerciais hamburguesas encontraria nos comerciantes e seus representantes políticos, no estado de Santa Catarina e no município de Blumenau, importantes aliados para o investimento. Ao obter a licença em 1895, em conjunto com a concessão

oficial de favorecimento à construção ferroviária, adotando o sistema de garantias de juros mínimos sobre os capitais empregados no setor. [...] Pela lei n. 101, de 31 de outubro de 1835, o Governo Imperial ficava autorizado a contratar com particulares a construção de ferrovias, que unissem a Corte (Rio de Janeiro) aos pontos mais convenientes das províncias de São Paulo e Minas Gerais, garantindo aos investidores o pagamento de juros mínimos de 5% ao ano, sobre os valores dos capitais aplicados, pelo prazo de até 30 anos. Por este sistema, qualquer que fosse a receita obtida com a exploração das linhas, e mesmo que não houvesse receita alguma, o capital investido receberia dividendos compensadores, pagos pelo governo. Aplicar em construções ferroviárias tornar-se-ia então, altamente compensador e lucrativo para os capitalistas, mesmo que as regiões atendidas não oferecessem condições econômicas favoráveis. (THOMÉ, 1983, p. 19).

das terras pelo governo do estado de Santa Catarina, Carl Fabri consolidara posição favorável aos negócios no Brasil. Seu próximo passo seria garantir a capitalização do investimento nas terras alemãs, para tanto, seria necessário encontrar um industrial interessado na exportação de material ferroviário.

[...] conseguiu interessar a firma de Arthur Koppel, em Berlim, proprietária de grandes fábricas para construção de equipamento ferroviário. (...) Entrementes, o Governo de Santa Catarina havia prorrogado o prazo para o início das obras até 31 de dezembro de 1899 e lavrado uma minuta do termo de contrato que antes devia ser assinado. (RICHTER, 1992, p. 59)

A expansão mercantil das economias europeias no século XIX impunham necessidade de abertura de mercados para seus produtos industrializados. No caso do Vale do Itajaí, os comerciantes hanseáticos ainda não haviam obtido retorno significativo em seus investimentos, com exceção das redes de transporte marítimo, os outros acionistas que até então haviam capitalizado a Companhia Colonizadora Hanseática receavam a ausência de retorno de seu capital. Já para as redes de comércio local, a ferrovia significaria uma expansão abrupta da capacidade de desenvolvimento das empresas comerciais, que ocupariam a posição de fomentadoras de meios locais de apropriação capazes de viabilizar o retorno do capital recebido.

Como a abertura para a capitalização externa correspondia à necessidade de entrada espontânea de capital no Brasil dado sua pouca capacidade de fomento no cenário de crise, a concessão de Carl Fabri foi obtida do governo de Santa Catarina apenas com a garantia da cessão de terras, a ausência de participação do tesouro nacional ou mesmo estadual no investimento levaria à desistência, ainda no século XIX, por parte dos comerciantes de Hamburgo. Sem o recebimento de subsídios públicos ou garantia de juros para aplicação de capital, a minuta apresentada pelo Governo do estado aos sócios da Sociedade Colonizadora “por conter cláusulas que outros contratos ferroviários de Santa Catarina com franceses não continham e por prescrever normas técnicas consideradas pouco praticáveis [...] resultaram em que esta casa [...] rejeitasse a compra da concessão” (RICHTER, 1992 p. 59).

Foi então que o já mencionado representante da companhia Gustavo Salinger de Blumenau, Pedro Christiano Feddersen, ex-deputado de Santa Catarina e conselheiro municipal de Blumenau,

visitando o porto de Bremen, em 1903, lá conseguiu entrar em contato com Heinrich Wiegand, o diretor do “Norddeutsche Lloyd” e principal fundador da Sociedade Colonizadora Hanseática, um dos homens de maior influência junto aos grandes bancos. Convenceu-o de que agora seria urgente a construção de uma estrada de ferro entre Blumenau e Subida, dando acesso ao distrito de Itajaí-Hercílio da colônia Hansa. (RICHTER, 1992, p. 64)

A ausência de investimentos de maior vulto tornavam as crises cada vez mais frequentes. Enquanto o diretor da Cia Salinger agiria pessoalmente em favor dos investimentos da Alemanha, os representantes políticos da região atuavam em busca das concessões necessárias no governo brasileiro. Suas lideranças buscariam a autorização para a transação externa e isenções fiscais que facilitassem o transporte dos equipamentos ferroviários da Alemanha. Seria também necessário adaptar o porto de Itajaí para receber maior volume de cargas afim de que os vapores de Hamburgo pudessem atracar. Em audiência no Rio de Janeiro, o Ministro da Viação e Obras Públicas do governo federal, Lauro Müller, declararia:

[...] abertamente que as futuras relações entre a Sociedade Colonizadora Hanseática e os governos da União assim como do Estado de Santa Catarina dependeriam da execução desse projeto por capitalistas alemães. Caso a estrada de ferro fosse construída, daí o seu ministério concederia favores especiais à Sociedade (...). Por outro lado, Lauro Müller deixa claro que a importância reside no investimento, e já sabendo dos boatos do “perigo alemão” se disseminando no período, deixa claro seu *internacionalismo burguês* e seu *nacionalismo brasileiro*, pois “caso contrário, não acreditaria mais de jeito algum no capital alemão e tomaria as medidas então julgadas necessárias”. (RICHTER, 1992 p. 64).

As declarações de Lauro Müller demonstram o caráter dúbio da política que orientara a formação constitucional do estado de Santa Catarina, orientada segundo a defesa da integração econômica federal e, ao mesmo tempo, pela materialização desta integração a partir de relações com agentes comerciais estrangeiros. Esse internacionalismo

burguês das lideranças catarinenses não seria observado apenas na concessão da Estrada de Ferro Santa Catarina para os alemães, mas pode ser vista também na cessão das terras da região do Planalto Norte à estadunidense Lumber. A presença estadunidense resultava inclusive em ameaça da perda do investimento do nicho econômico em desenvolvimento pelos hanseáticos no Vale desde o século XIX e seria inadmissível no contexto de guerra comercial que o caracterizava. Como o governo alemão temia “o expansionismo econômico dos Estados Unidos”, o “o Ministério das Relações Exteriores alemão, por sua vez, tentou influenciar os grandes bancos ligados ao governo afim de que financiassem o projeto” (RICHTER, 1992 p. 64).

A influência do Ministério das Relações Exteriores da Alemanha na abertura para contratos externos de investimento levou os acionistas da Sociedade Colonizadora Hanseática, depois de 57 anos de tentativas frustradas de capitalização a partir de investimentos em migração e colonização, a levantar capital suficiente para empreender nova ação significativa de investimento no Vale do Itajaí.

Ficou decidido que o banco estadual prussiano ligado ao governo alemão, a “Preussische Seehandlung”, durante um prazo de 5 anos, emprestaria o capital necessário ao consórcio dos grandes bancos formados pela “Deutsche Bank”, “Darmstädter Bank”, “Disconto-Gesellschaft”, “Berliner Handelsgesellschaft”, “Nationalbank für Deutschland”, “Commerz-und Disconto-bank”. A famosa companhia siderúrgica Krupp, de Essen, também subscreveu com meio milhão de marcos, através do banco Dellbrück e Cia. Restavam ainda as grandes companhias de navegação e casas de comércio hamburguesas ligadas ao Brasil. (RICHTER, 1992 p. 66, 67)

Mas as companhias de navegação de Hamburgo, desde o início de sua ação colonizadora, só haviam obtido negócios rentáveis através da migração e da exportação e importação de mercadorias, e conheciam as dificuldades de solvência dos investimentos no Brasil, materializados na problemática colonização do interior de Blumenau, que ainda não havia rendido lucros aos investidores, e apresentavam péssimas perspectivas. Enquanto os bancos, por pressão do governo e dos comerciantes interessados, levantaram o capital solicitado, aos hamburgueses, que detinham o monopólio do transporte para o Brasil:

Foi necessária a intervenção do Chanceler do “Reich” alemão junto ao Senado de Hamburgo, alegando que até então não se haveriam realizado as esperanças ligadas a uma colonização alemã de maior vulto em Santa Catarina pela Sociedade Hanseática [...] sendo de recear que nesse caso os norte-americanos tirassem proveito da situação. [...] Depois de o Senado de Hamburgo ter conseguido assegurar plena subscrição por parte das empresas, os grandes bancos de Berlim também ficaram dispostos a subscrever com o restante¹²³. Realizara-se, finalmente, o financiamento da Estrada de Ferro Santa Catarina, a 17 de janeiro de 1907. (RICHTER, 1992, p. 67-68).

A capitalização da companhia ferroviária pela *haute finance*, com apoio do governo alemão, garantiriam a influência destes no desenvolvimento econômico da região do Vale do Itajaí durante toda a Primeira República. Suas redes de comércio exterior absorveram progressivamente a infraestrutura interna de escoamento da colônia e levaram ao aumento acelerado da produtividade da mesma como meio de retorno do capital investido. Esse procedimento impunha à cidade a necessidade de reorganizar sua arrecadação e meios internos de gestão política e direcioná-los ao fomento da produção de mercadorias comercializáveis a partir desta estrutura de transporte. Após o início das atividades da Companhia Estrada de Ferro Santa Catarina nas terras do Vale do Itajaí, seu intento de centralização do comércio de exportação e importação a partir da cidade de Blumenau acabam sendo concretizados com a absorção da Companhia Fluvial de Blumenau. Com esta aquisição, a maioria das entradas e saídas de mercadorias, que teriam como entroncamento obrigatório o Porto de Itajaí, seria controlada pela companhia alemã.

123. Constituiu-se, definitivamente, a Estrada de Ferro Santa Catarina, a 2 de fevereiro de 1907, como sociedade anônima com sede em Berlim, dispondo no início de um capital social de 400 mil marcos, aumentando a partir de outubro do mesmo ano a 3 milhões em ações de mil marcos, cada uma; soma elevada até 1909 a 6.660.000 marcos. Faziam parte do primeiro conselho fiscal: os diretores do “Deutsche Bank”, “Bank für Handel und Industrie”, “Mitteldeutsche Creditbank”, “Commerz und Disconto-Bank”, “Nationalbank für Deutschland” assim como das duas companhias de navegação “HAPAG” e “Norddeutsche Lloyd”, sendo que, a partir de 1908, a direção da Sociedade Colonizadora Hanseática também estava representada. (RICHTER, 1992 p. 68).

Com o transporte no rio Itajaí até Itoupava Seca ficou incumbida a Companhia Fluvial de Blumenau. Dentro de pouco, a EFSC adquiriria a maior parte das ações da Companhia Fluvial e colocaria à sua disposição mais dois vapores, garantindo dessa maneira legações fluviais eficientes entre o ponto de partida e chegada dos trens, Blumenau, e o porto de Itajaí. (...) Dois anos mais tarde, a EFSC conseguiu vender o trecho ao Governo Federal, ficando, porém, incumbida com a manutenção dos serviços. No decorrer da Primeira Guerra Mundial, o Governo Federal encampou a EFSC, pelo Decreto nº 13.907, de 6 de janeiro de 1918, ficando ela, daí em diante, entregue à administração do Governo. (RICHTER, 1992 p. 69).

A construção da EFSC, e o ciclo de produção catalisado por ela, denominado pelo prefeito Alwin Schrader como “período férreo”, representam o primeiro movimento significativo de desenvolvimento fomentado por capital estrangeiro no Vale do Itajaí no início do século XX. Com ela, além da maior injeção de capital observada desde o início da colonização, ocorreriam transformações determinantes nas condições locais de produção, tornando necessários investimentos expansivos na produção de mercadorias para sustentar o investimento realizado. O investimento estrangeiro teria de ser liquidado pelos mesmos meios anteriores de exploração colonial: as atividades econômicas voltadas ao comércio externo à cidade e dirigidas por empresas comerciais privadas. As instituições municipais financiavam parte dos recursos de infraestrutura de transporte enquanto os comerciantes investiriam no desenvolvimento de meios de apropriação rentáveis a partir desta rede.

Em março de 1907, o diretor Carl Goes veio ao Brasil a fim de legalizar as futuras atividades da EFSC neste país. [...] Em maio, Goes solicitou auxílio da Superintendência Municipal de Blumenau para a construção, concedendo a Câmara, em seguida: auxílio fixo de 100 contos de réis para desapropriação, isenção de impostos municipais, construção e conservação das vias de acesso aos pontos de parada dos trens, garantia de juros para um capital de 2 mil contos. O Governo Federal, finalmente, isentou a Companhia dos

direitos alfandegários sobre o material a importar.
(RICHTER, 1992 p. 68, 69)

A legalização das atividades da Companhia Estrada de Ferro Santa Catarina no Brasil deixou evidente a articulação das lideranças comerciais vinculados à exportação e importação em Blumenau nas três esferas institucionais do poder público brasileiro. A subvenção federal retirou todas as barreiras alfandegárias para o transporte dos produtos ferroviários de origem alemã, caracterizando a transação comercial como constituída por relação direta de troca entre as instituições econômicas do Vale do Itajaí e os agentes comerciais de ambos os países envolvidos. Além disso, as empresas de navegação seriam diretamente beneficiadas com capital oriundo do pagamento do transporte dos produtos ferroviários ao Brasil, absorvendo já no início da operação boa parte do capital da companhia, que, assim como o recurso para o pagamento dos equipamentos, jamais sairia da Alemanha.

A maior parte do material, especialmente construções de ferro, trilhos e cimento, tinha que ser importada da Alemanha. O transporte foi feito pelas três principais companhias de navegação alemã já mencionadas que haviam ajudado a fundar tanto a Sociedade Colonizadora Hanseática como a Estrada de Ferro Santa Catarina.
(RICHTER, 1992 p. 69)

O domínio dos comerciantes sobre a gestão pública municipal iria criar as disposições locais necessárias ao investimento ao garantir pagamento de juros sobre parte do capital fixado, além de outras concessões para a construção da mesma. Esta articulação operada pelas companhias comerciais pressionava os produtores diretos locais para o aumento do fornecimento de mercadorias como único meio de desenvolvimento econômico. A presença paralela da migração concorreu para a manutenção da estabilidade política do modelo, ao inserir o novo migrante – nacional ou estrangeiro – em relações de produção já determinadas e direcionadas aos objetivos comerciais. Estes fatores indicam a correlação entre o investimento na construção da ferrovia, na reorganização da Companhia Colonizadora Hanseática e na fundação do Sindicato Agrícola de Blumenau, todos processos instituídos a partir de 1907. Durante todo esse período, a gestão municipal estaria a cargo do “Volkverein” com o prefeito Alwin Schrader, que também apareceria como diretor do novo sindicato e membro da diretoria da Caixa de Empréstimos por ele fundado.

A “Volksverein” (Associação Popular), fundada em 16 de julho de 1899, com a finalidade precípua de quebrar a tutela política, reunia-se anualmente em Assembleia Geral para tratar de interesses não só da associação, como também de toda a Comunidade. Para viabilizar esses interesses foi realizada, no dia 1º de setembro de 1907, no salão Paupitz em Passo Manso, uma reunião para estabelecer as bases da fundação de um Sindicato Agrícola e eleger uma comissão para os trabalhos de realização da Assembleia Constitutiva da nova organização. (KORMANN, 1994 p. 117).

A fundação do Sindicato Agrícola, no mesmo ano do início das obras de construção da estrada de ferro, é um indicador importante desta análise, pois indica a vinculação direta entre o investimento externo e a necessidade de reorganização da produção local. Com a justificativa de auxiliar na formação de poupança dos produtores diretos, o sindicato emergiu como solução local para a necessidade de aumento da produtividade e da arrecadação.

Os comerciantes atuavam na organização política e econômica local desde a necessidade de acumulação para saldar a dívida do empreendimento. Contudo, o domínio comercial sobre as instituições gestoras locais servia para transferir, como observamos acima, à dívida pública municipal a responsabilidade pela disposição e juros do investimento. As empresas comerciais atuavam às margens da organização do transporte, investindo em ações econômicas voltadas ao contínuo aumento da produção de mercadorias voltadas à ferrovia, constituindo aqui o primeiro movimento significativo de construção de condições locais de produção voltadas à integração com o mercado nacional e exterior. Integração no sentido de que as redes comerciais passam a influenciar todo o processo de constituição organizacional da esfera produtiva local.

A Caixa Econômica de Empréstimos – primeira instituição bancária de Santa Catarina – havia surgido (aparentemente) para guardar o capital excedente da produção dos colonos organizados sob o Sindicato Agrícola de Blumenau, que o faziam, até então, nas “Vendas”, conhecidas casas comerciais. [...] Contraditória e ironicamente, essa instituição financeira propagava ao seu público-alvo, os colonos, as vantagens e a necessidade de poupar, embora tivesse sido

fundada por um grupo de pessoas entre as quais representantes da ACIB, que, por sua vez, estavam envolvidos com a construção da EFSC e, oportunamente, precisavam de capital para viabilizá-la. (WITTMANN, 2010, p. 118-119).

A constituição do Sindicato Agrícola, como instrumento para a capitalização das empresas comerciais, pode ser explicada diante da necessidade de expansão para arcar com as despesas do capital recebido para a infraestrutura de transportes local, e teve como consequência direta a diversificação da produção e ainda maior concentração do capital local.

Embora a extração de madeira tenha permanecido como atividade de maior crescimento desde o início da colonização, sendo o produto mais transportado pela ferrovia em todo seu período de atuação, tendo elevação substantiva no período de sua construção, levando o Porto de Itajaí a tornar-se o maior exportador estadual nas primeiras décadas do século XX¹²⁴, os comerciantes investiriam em novos nichos de produção de mercadorias, e a possibilidade mais imediata fora encontrada na produção de derivados animais para exportação aos mercados do nordeste e do sudeste.

Podemos encontrar referências deste processo de fomento à expansão da produção de recursos exportáveis a partir da análise efetuada por Eugen Kieser¹²⁵ e publicada em 1918 – no idioma alemão – por uma tipografia local. O texto possui, além de dados sobre a produção de manteiga em Blumenau – nas duas primeiras décadas do século XX – uma crítica do contexto político e econômico que afetou o desenvolvimento da produção local. O texto de Kieser foi traduzido para o português por Edith S. Eimer e publicado em nove fragmentos entre junho de 1989 e fevereiro de 1990 na revista local *Blumenau em Cadernos*¹²⁶.

124. Segundo o CEAG/SC (1980, p. 85), no ano de 1907, Santa Catarina exportou 876:025\$893 réis em madeira, sendo que 623:682\$853 foram exportadas pelo porto de Itajaí, em 1908 o estado exporta 770:743\$996 sendo 592:269\$280 via Itajaí e em 1909, do total de 701:044\$984 de valores de exportação de madeira catarinense, 517:407\$498 foram escoados por Itajaí.

125. O trágico destino da Companhia Blumenauense de Laticínios (Sindicato dos Ordenhadores Blumenauense), merece destaque. Eu pertencia a esse Sindicato desde sua fundação, como diretor técnico, até a sua dissolução dois anos mais tarde. (KIESER, 1989a, p. 115).

126. O seguinte cabeçalho está presente nos nove fragmentos que fecham a publicação: As previsões futuras para a indústria de máquinas no fabrico de laticínios no sul do Brasil.

É preciso ter vivido muitos anos no Brasil, ter tido bom relacionamento com altos comerciantes e políticos, e visão pelos bastidores. Só assim conseguiram ver e entender as causas fictícias ou oposições reais para entender de todos os assuntos políticos e comerciais que acontecem diariamente. Geralmente, os chefes das mais conceituadas casas comerciais importadoras e exportadoras, são, ao mesmo tempo, executivos estaduais e parlamentares. Portanto, também estes são os mais influentes políticos no seu domicílio. [...] Sua condição comercial referente à solidariedade e força capital, fez com que também fosse monopolizado a comercialização com os mais lucrativos produtos coloniais, tais como o fumo, arroz e o preparo da manteiga. (KIESER, 1989b, p. 149-150).

O Sindicato Agrícola fundado em 1907, no mesmo ano da construção da ferrovia EFSC, seria o responsável pela organização dos meios locais para o aumento da produção e do crédito, bem como pela busca de novas alternativas para a expansão econômica da região. Ele seria fundado na base do interesse comercial e sob o discurso da necessidade de uma inflexão na estrutura local de transportes. Para o caso da manteiga, seu auge produtivo na região somente materializou-se durante o período de construção da ferrovia. Com ela, os comerciantes locais haviam ampliado o sistema de troca simples com os pequenos produtores assentados no interior.

Quanto mais manteiga o colono trouxer, mais rápido liquida suas dívidas e faz novas compras. Com a manteiga, o vendeiro ganha cerca de 10%; nas mercadorias que troca, muito mais. [...] Uma venda na colônia devemos imaginar como uma pequena loja variada em mercadorias, que às vezes não tem nem o tamanho de um quarto regular. Num galpão anexo encontraremos o depósito que guarda óleo, queijo, peixe, linguiça, carne seca, acessórios para o cavalo e peles salgadas. O sábado ou o domingo é o dia principal de comercialização, enquanto que

Conselhos práticos e experiências colhidas, num valioso trabalho de Eugen Kieser, técnico no fabrico de laticínios e agricultura – matéria transcrita do livro do mesmo autor sob o título “Perguntas para o futuro” - editado em Blumenau em 1918, impresso na tipografia Baumgarten. Tradução de Edith S. Eimer. (KIESER, 1989a, p. 115).

segunda ou terça-feira a manteiga vai ao comércio na cidade, isto é, se a balança está funcionando e a quantidade de manteiga compensa. Do contrário, a manteiga fica por mais meia semana armazenada. (KIESER, 1989b, p. 151).

O modelo exportador, baseado na troca simples do comerciante com o produtor direto, obteve momentos de êxito quando havia meio circulante capaz de sustentar este fluxo. Mas após o fim do ciclo de liquidez proporcionado pelos dois anos de construção da ferrovia¹²⁷ o relatório de Alwin Schrader sobre o ano de 1909, último do período férreo, já sinalizaria a crise de liquidez posterior ao período de investimento.

O ano de 1909 nos trouxe um passo de retrocesso comparado com os anos de 1906 até 1908, nos quais estivemos em elevação. O que nos fez sentir a crise bem menos, pois a construção da via férrea, concretizada a 1º de outubro de 1909, trouxe somas consideráveis aos cofres municipais. A nossa exportação de manteiga, tanto na qualidade como em seu valor, sofreu uma queda grande. Nós nos encontramos numa periódica crise, a segunda que enfrentamos de 1900 [...]. A primeira durou de 1903 até 1905 inclusive. Seguiram-se então três anos de prosperidade (período férreo 1906-1908). Em 1909 começou o declínio e que provavelmente em 1910 tomaria formas mais drásticas. (SCHRADER *apud* KIESER, 1989b, p. 148-149).

A Companhia Blumenauense de Laticínios foi fundada num momento de crise dos preços da manteiga local no mercado nacional, que começara a causar excesso de estoques nos armazéns locais, impedidos de serem esvaziados em função da ausência de mercados para o produto. O relatório de Eugen Kieser (1989) aponta que as condições precárias de processamento e armazenamento da manteiga causavam constantes perdas do produto antes mesmo de chegar ao porto. Estes seriam os argumentos apontados pelo diretor técnico da Companhia para a construção da central de processamento e padronização da manteiga

127. Quanto mais nos aproximamos da floresta virgem, mais próximos estaremos da região serrana e mais rasa é a terra, onde infelizmente até hoje não encontramos nenhuma agricultura, mas sim, semi-selvagem gado pastando nas pastagens campestres. (KIESER, 1989b, p. 150-151).

local. No entanto, ao observarmos os meios de aplicação dos recursos provenientes da construção da Estrada de Ferro Santa Catarina que foram parar nas mãos dos comerciantes locais, poderemos encontrar características especulativas em seus meios de ação que indicam a fragilidade a que ficaram expostos os produtores diretos após a primeira etapa de construção da ferrovia.

O preço da manteiga na colônia baseia-se na oferta e procura dos mercados do norte do Brasil, em especial da importação da França, Dinamarca, Holanda, etc., e também a concorrência de Minas Gerais. Quando a importação de além-mar tornava-se escassa, mais um frio rigoroso em Minas, então a manteiga blumenauense assumia o seu papel e obtinha no Rio e outros estados, preço considerável. [...] Nossos exportadores de manteiga são únicos para toda a colônia e naturalmente os senhores sempre procuram a sua parte melhor. O proveito do colono é assunto à parte. Duvido que uma única vez os tais senhores tenham feito uma avaliação se a incerteza do aproveitamento do leite e o relaxamento da criação do gado não influenciam os seus interesses comerciais e a força do pagamento de impostos. (KESER, 1989b, p. 152).

O primeiro movimento que observamos após o auge da produção entre 1907 e 1909, seria o excesso de oferta do produto quando da diminuição da demanda, em virtude de fatores relativos à produção e concorrência. A manteiga produzida em Blumenau nas pequenas propriedades e centralizada pelos comerciantes, em pouco tempo perderia condições de concorrência com a manteiga produzida nos latifúndios de Minas Gerais, onde também foram largos os investimentos neste setor no período.

A exportação da manteiga baixou de 612.208 quilos no ano de 1908 e a 550.490 no ano de 1909, com queda de cerca de 14%. Neste ínterim, o preço que em 1908 era de 2\$500 (marcos 3,10), caindo para 2\$000 (2,50 marcos) no ano de 1909. [...] Enquanto nossa exportação foi de 1.600 contos de réis (cerca de dois milhões de marcos), seu valor, no ano do relatório, passou para 1100 contos ou 1,35 milhões de marcos, o que se iguala a 30%. Já nos primeiros dias do ano de 1910, o

preço da manteiga já caiu para 1\$500 (1,90 marcos). Por fim, foi para 1\$000 ou 1,25 marcos por quilo. (KIESER, 1989b, p. 149).

Sem um mercado para liquidá-la, a manteiga seria alvo de especulação por parte dos comerciantes em busca de meios para livrar-se do estoque. Neste cenário, a proposta da Companhia de Laticínios era melhorar as condições de estocagem e processamento dos produtos para melhorar sua condição de concorrência no mercado nacional¹²⁸.

As casas de estocagem nas cidades estavam cheias, com nossa manteiga. As nossas aqui também estavam cheias até o teto e a colônia continuava a fornecer mais e mais e não sabíamos mais onde colocá-la. [...] vinte firmas e muitos particulares compareceram a uma reunião para discutir a constituição das ações do sindicato dos ordenhadores. [...] Mais três ou quatro reuniões foram necessárias e a Companhia Blumenauense de Laticínios (endereço telegráfico Nata Pura) – com um capital de 120 contos de réis (150 mil marcos), tornou-se realidade. (KIESER, 1989c, p. 176-177).

Mas o que o ex-diretor técnico da Companhia de Laticínios denuncia em seus relatórios é a natureza especulativa desta organização. A empresa apenas processou manteiga de baixa qualidade cuja destinação final no Rio de Janeiro não teria sido orientada para o varejo, mas repassada a fábricas que a utilizariam como matéria-prima¹²⁹. Os

128. O modelo de processamento da manteiga blumenauense iria ter seu golpe final em 1916, com a aprovação de leis determinando padrões de qualidade que excluiriam o produto local do mercado. A regulação da produção de manteiga, em processo de diferenciação no período com a entrada no mercado de variados tipos de gordura vegetal processada, levaria o governo federal regular a qualidade das mercadorias tendo como referência a manteiga produzida inicialmente em Minas Gerais através de métodos franceses e cujo modelo se expandiria para as fazendas do Rio de Janeiro e São Paulo. Para Kieser, essa lei estaria voltada aos interesses daqueles fazendeiros, que usariam seu poder no legislativo para dominar o mercado nacional: “Artigo 4º – Como falsificação é reconhecida toda e qualquer manteiga conservada ou pós-preparada e entregue à venda ao público.” [...] Um grande erro se comete no Brasil com a divulgação de leis mal elaboradas. Portanto, a força propulsora desta lei da manteiga também se deve a políticos e grandes fazendeiros, que possuam grandes glebas de terra no Rio, São Paulo e Santos. [...] Estes mesmos instalaram as fábricas de manteiga do tipo francês. [...] Também em Blumenau estamos em território nacional e sabemos que não comeremos sopa tão quente aqui quando ela chegar. (KIESER, 1989f, p. 307-309).

129. Foi constatado, mais tarde, que a manteiga blumenauense era vendida a uma fábrica no Rio [...] Que os maiores erros cometidos, seja dito, em favor da verdade, foi por culpa dos

grandes exportadores locais, cômicos do caráter da organização que haviam forjado, optariam por seguir seu comércio de forma autônoma e paralela à Companhia de Laticínios, só fornecendo para processamento a manteiga de baixa qualidade que não alcançaria o mercado externo.

O caráter especulativo da transação e a má qualidade do produto gerado levariam à dissolução da Companhia Blumenauense de Laticínios apenas dois anos depois de sua fundação em 1909. Embora tenham investido algum capital na construção da fábrica de laticínios, esta jamais iria processar outro derivado além da manteiga em seu curto tempo de atuação. Os mesmos comerciantes que investiram em sua fundação acabaram por não fornecer a matéria-prima necessária às atividades, preferindo manter açambarcamento próprio e revender diretamente no porto.

Todos os presidentes que ocuparam o cargo, nada entendiam de produção leiteira e por isto também ocuparam o cargo. [...] O misterioso e sempre mais afastado comportamento dos exportadores, logo foi entendido com a vista das carroças carregadas até o alto com caixotes de manteiga, através a rua principal. [...] Repentinamente a manteiga tinha uma saída muito grande e corria novamente dinheiro para a colônia e, assim, os amargos dias, semanas e meses foram esquecidos. (KIESER, 1989d, p. 233).

A condição de dependência econômica em relação aos centros urbanos do país iria acentuar-se a partir da expansão da produção no interior do Vale do Itajaí. Como o mercado nacional possuía poucos centros consumidores significativos para a busca de mercados aos produtos do interior, a concorrência nacional constituiria outro obstáculo para os comerciantes locais com impacto em toda a organização produtiva local. A oferta dos produtos do Vale nos centros urbanos era regulada por contingências que extrapolavam ao controle dos agentes comerciais locais, mas estes fatores não poderiam limitar uma produção que respondia à necessidade direta de arrecadação dos governos locais. O endividamento do município, decorrente dos investimentos na ferrovia, tornava imperativa a necessidade de manutenção da

grandes exportadores de manteiga, que reconheceram na fábrica uma falsa especulação, destinada ao fracasso já desde o início. Os acionistas já colocaram sua parte em fins de 1910 a venda, mas devido à má fama da fábrica, estas ações postas à venda não encontraram comprador. (KIESER, 1989c, p. 268).

arrecadação, o que tornaria a movimentação em busca de produções com demanda no mercado o movimento primário de gestão dos capitais locais, fazendo com que os gestores políticos priorizassem a arrecadação ao planejamento produtivo.

A Companhia Blumenauense de Laticínios exemplifica, em seus curtos dois anos de existência, a contradição entre a injeção de capital na produção e o real desenvolvimento de possibilidades estáveis de sobrevivência ao pequeno produtor direto. Enquanto os comerciantes passariam a diversificar seus investimentos direcionando-os a partir das possibilidades externas de liquidez das mercadorias a serem distribuídas, os produtores diretos não contariam com esta facilidade, já que seu trabalho na produção de mercadorias comercializáveis não permitia a mesma variação na produção. Quando as crises atingiam determinada mercadoria, os comerciantes passariam a investir em outras iniciativas econômicas no território, causando sérias dificuldades aos produtores, dificultando sua possibilidade de renda planejada a partir da produção camponesa e favorecendo, com isso, o fluxo migratório interno em busca de assalariamento na cidade de Blumenau ou nas empresas comerciais dos distritos do interior.

A ferrovia permaneceu como investimento deficitário durante todo o período que abrangemos¹³⁰. Essa constatação poderia obscurecer a questão do interesse local e estrangeiro pela realização da obra caso sua análise seja extraída de sua função como agente indutor do comércio de importação e exportação que analisamos até o momento, bem como a condição singular de desenvolvimento das condições de apropriação locais em que as instituições públicas assumem a dívida referente à construção dos meios locais de transporte. Condição esta que permitiu inclusive a compreensão do protagonismo das empresas comerciais como desvinculada da ação estruturante da gestão pública, ou mesmo a transferência da responsabilidade por estas ações para a esfera privada.

Embora não tenha alcançado lucros durante este primeiro período de ação – assim como em nenhum outro período até sua paralisação – sua presença como agente articulador da produção econômica e política local seria altamente significativa. A ferrovia propiciou nova

130. Não proporcionou lucro algum com relação ao capital nela investido. Durante a administração pela Sociedade Anônima, as rendas da estrada não deram para cobrir as despesas, aumentando o déficit de 92.193 marcos em 1910, a 412.331 marcos, em 1913. [...] Foram empregados por volta de 1500 operários, dos quais um pequeno grupo de artífices especializados veio diretamente da Europa. Como força de consumo, tal número de pessoas muito incentivou as atividades econômicas regionais do vale do Itajaí. (RICHTER, 1992, p. 69).

concentração de capital nas empresas comerciais e o aumento extensivo da liberação de força de trabalho do campo para as condições assalariadas. A presença dos trabalhadores da ferrovia não alterou os meios locais apenas no sentido de um aumento da força de consumo, mas constituiu momento chave na constituição das relações de classe no Vale do Itajaí, como processo decisivo de alteração estrutural das condições de produção no campo e de possibilidade de diversificação dos empreendimentos comerciais urbanos.

Se aos comerciantes interessava a especulação para ganhos em curto prazo em torno da produção colonial, aos produtores diretos e trabalhadores assalariados, seria reservada uma condição instável decorrente da mediação comercial de sua produção. O período de construção da ferrovia aparece como extensa reorganização econômica, na qual a aplicação de capital fixo estrangeiro por força de trabalho de origem migratória interna e externa, conduziu o desenvolvimento das forças produtivas locais à sujeição real ao mercado, em contraste com aquela sujeição formal que caracterizara o século XIX, onde a capacidade de produção em muito era limitada pela falta de instituições de organização e apropriação produtiva da terra e dos recursos. Após a ferrovia, podemos defender que se concluíra o quadro de constituição das instituições políticas e econômicas que determinariam o desenvolvimento industrial de Blumenau nas primeiras décadas do século XX.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A colonização alemã em escala significativa no sul do Brasil constitui um fenômeno recente da história brasileira, decorrente também da entrada tardia da Alemanha no marco imperialista dos séculos XIX e início do XX. O sistema de economia de mercado cresceria de forma acelerada levando as economias europeias à expansão do comércio exterior voltado aos negócios coloniais. Em virtude desse processo, os negócios de importação e exportação tornaram-se mediadores diretos da construção das instituições políticas e econômicas da colônia Blumenau.

O encadeamento das relações entre os movimentos de apropriação da riqueza local – como a extração de madeira, que já era atividade econômica em evidência na região de Itajaí no início do século XIX – e os empreendimentos comerciais alemães, ocorreram com a mediação direta da migração para fins colonizadores. Foi com o início das operações de transporte de emigrantes para o Vale do Itajaí que vislumbramos o início da inserção desta região no contexto da economia de mercado em franca expansão no século XIX.

Embora o regime de pequena propriedade definisse as condições jurídicas de acesso à colônia, o vetor da continuidade do fluxo de trocas que manteria as instituições coloniais dependia diretamente das fazendas comerciais, resultantes do crescimento de um grupo que, desde os primórdios da colônia, centralizaria a definição de suas disposições institucionais.

O arranjo distributivo das terras correspondia antes à necessidade do domínio do território e da abertura de caminhos que ao desenvolvimento específico de um modelo de povoamento. As condições para a inserção efetiva na economia de mercado já estavam dadas desde a fundação: a capacidade de extração dos produtos da terra e sua inserção como mercadoria nas redes de comércio, retroalimentadas pelo aumento da força de trabalho pela migração.

O desenvolvimento institucional do aparato público municipal, desde que a então Colônia passou às mãos do Império – um processo expansivo que adquiriu novas características na República, mas não alterou os meios diretos de exploração e sustentação econômica do território colonizado – persistiu na relação entre o conjunto dos comerciantes agrupados em torno dos conselhos de gestão do município e nas organizações de crédito agrícola. A gestão pública não possuía mais a centralidade sobre o processo de apropriação dos bens do

território, mas assumiu o papel de mobilizador dos meios para a continuidade do fluxo de trocas. Esses meios caracterizavam-se pela aplicação direta de capital fixo, o que requeria levantamento de fundos externos a partir de créditos de longo prazo para a execução das obras. Desde o primeiro empréstimo feito pessoalmente pelo doutor Blumenau ao Império em 1852, o papel principal do governo brasileiro, seja nas condições imperiais ou republicanas, consistiu no financiamento de obras de infraestrutura e da manutenção do poder de polícia para garantir a realização das obras estruturantes e a continuidade da exploração das empresas comerciais.

O método aparentemente lento de extinção dos domínios dos Xokleng, não obscurece a desigualdade do uso da força aplicada aos grupos em disputa pelo território. Os relatos de violência impetrados pelos indígenas aparecem na historiografia mais como sensacionalismo de imprensa, que exibia as posições extremas dos grupos comerciais, que o real processo de conflito que culminou em um número desprezível de morte de brancos se comparado ao dos indígenas. Mesmo que atos de violência tenham sido impetrados pelos indígenas, eles devem ser compreendidos como atos de defesa de território ou de apropriação de alimentos e ferramentas, resistência a uma ocupação que possuía um poder de dominação extremamente desigual, levando à gradativa extinção dos meios de vida que permitiam a manutenção da cultura dos habitantes originários.

Os empréstimos efetuados desde os tempos primordiais da colônia visavam principalmente à construção de infraestrutura, como verificamos nos textos do próprio Dr. Blumenau. A análise do tipo de investimento hegemônico pela administração da cidade (comerciantes locais), desde seus tempos de colônia, sinaliza a presença de uma desigualdade exacerbada em termos de investimento nas atividades comerciais e extrativas em relação ao setor agropecuário. Mesmo que o produtor agrícola também fosse o trabalhador da serraria ou o proprietário da madeira em estado bruto, os meios utilizados pelos comerciantes para obter lucro estariam apoiados substantivamente na exploração da força de trabalho e do produto primário a baixo preço.

Enquanto os pequenos proprietários agrícolas e os trabalhadores diários possuíam seus meios de rendimento limitados à capacidade de negociação com o comerciante local, este, para aumentar seus ganhos de exploração, necessitaria integrar-se a um núcleo externo que forneça o capital para a continuidade do empreendimento e as mercadorias necessárias para a manutenção do sistema de trocas local.

O sentido local da colonização de Blumenau também pode ser

observado da perspectiva de seu próprio fundador – figura central na administração do empreendimento em seus primeiros trinta anos: o Dr. Hermann Blumenau mobilizou os interesses nascentes da execução prática do plano colonizador. O interesse privado de constituição de um núcleo produtor de bens para exportação, à semelhança das fazendas ao norte, torna-se visível nos primeiros planos do jovem Hermann Blumenau. Contudo, assim como no restante do território brasileiro, a formação agrícola constituiu-se de um momento secundário, posterior à ostensiva extração madeireira e pastoril. Vamos encontrar também na colônia Blumenau o centro da atividade econômica inicial da colônia voltado à extração da madeira e a posterior busca de outros meios produtivos baseados na renda da terra, principalmente a pecuária no início do século XX, por sua capacidade de gerar produtos valorizáveis de forma mais constante que a produção agrícola.

A política imperial de colonização atuou de forma favorável ao desenvolvimento destas condições institucionais na região do Vale do Itajaí. Os recursos enviados pela Coroa para a construção dos empreendimentos eram centralizados na direção administrativa das colônias e repassados, pela autoridade do administrador, para os empreiteiros das obras, que recebiam ainda parte do pagamento em concessão de terras. Estas condições institucionais típicas do fomento ao empreendimento privado, tal como nos 10 primeiros anos da colônia, tenderam a desenvolver-se com o seu repasse à administração do Império. Os beneficiados pelos recursos provenientes da Coroa podiam contratar a força de trabalho local para realizar o empreendimento, pagando-os com o recurso recebido e obtendo, além dos possíveis lucros, posses de terras devolutas.

Esse processo de transferência paulatina da propriedade, das terras devolutas para os grandes empreendedores privados, ocorreu em paralelo com a continuidade da venda de pequenos lotes pela administração municipal, criando a existência de duas áreas distintas de regulação dentro da mesma área de ocupação. A ocorrência em paralelo destas atividades, no decorrer do período imperial, desenvolveu lentamente a divisão da organização econômica entre as práticas voltadas aos movimentos locais de construção de uma economia de subsistência e as voltadas aos movimentos de apropriação da riqueza da terra a partir da extração.

Mesmo as atividades pastoris, que tradicionalmente avançam sobre a extração madeireira, não obtiveram condições significativas de desenvolvimento no período imperial. As condições densas da mata fechada não permitiam a aplicação da pecuária extensiva largamente

aplicada no restante do território brasileiro em formação. Tal condição pode inclusive ter facilitado a cessão das terras devolutas do Vale do Itajaí à colonização pelas pequenas propriedades.

Esta proximidade relacional com a corte brasileira seria, com o advento da república, dotada de uma perspectiva menos centralizada na figura do administrador, permitindo maior autonomia institucional para os órgãos públicos, constituídos a partir do modelo republicano de corte liberal e militarista da Primeira República.

Ao mesmo tempo, as relações entre os comerciantes locais, e destes com a república e os comerciantes hamburgueses, adquiriram novas características. A integração com a economia da Alemanha alcançaria seu momento de maior ânimo com a implantação das colônias da Companhia Colonizadora Hanseática e com a construção da ferrovia EFSC. Mas, ao mesmo tempo, cresceria a dependência em relação às metrópoles do sudeste brasileiro.

A historiografia indica que em todas as leva migratórias operadas pelo Dr. Hermann Blumenau o índice de rejeição à Colônia, após a chegada, fora alarmante. Seus textos de recomendação, escritos já na fundação, tornavam clara esta preocupação com o possível fracasso da empreitada colonizadora. Em virtude das limitações produtivas deste contexto de economia embrionária, a transformação da cidade de Blumenau como polo significativo para a economia de Santa Catarina só viria a acontecer após a proclamação da República e a queda da Revolução Federalista, quando o aumento dos investimentos externos – impulsionados pela Companhia Colonizadora Hanseática – iria alterar as condições de produção e apropriação da economia local.

O fluxo migratório interno e externo alcança a possibilidade de mudar a quantidade e a qualidade da força de trabalho de forma mais rápida que pelo simples crescimento demográfico. Esta força de trabalho aceleraria o aumento da produtividade nos períodos em que o capital comercial encontrava possibilidades externas de mediação para o crescimento. A colonização alcançaria seu progresso a partir dos impulsos mais ou menos intensivos do processo migratório em relação à entrada de capital institucionalizado para os negócios da cidade.

A construção da ferrovia, por exemplo, trouxe tanto uma nova leva de imigrantes especializados na construção das estradas, quanto empreendeu a mobilização direta de um grande número de trabalhadores locais para a empreitada. A obra certamente causou fluxos significativos de migração interna, relacionados inclusive ao surgimento da ocupação conhecida como Favela Farroupilha, que agregava no meio urbano as famílias dos trabalhadores empenhados na construção e posterior

manutenção da ferrovia.

O futuro destes novos trabalhadores, após o término da construção da estrada, voltaria a ser condicionado, do ponto de vista econômico, pela capacidade de emprego de sua força de trabalho pelos exploradores do mais novo meio de expropriação: a ferrovia. Mais uma vez, os produtos relacionados à extração de madeira seriam a mais importante atividade sustentadora da ferrovia Estrada de Ferro Santa Catarina. Em oposição a este fluxo, estavam as mercadorias que abasteciam os habitantes de toda a região do Vale do Itajaí. A ferrovia centralizou as atividades de distribuição e ampliou a rede de exploração baseada nas empresas comerciais.

No período da implantação da República, o governo de formação liberal agiu para criar as condições para reformar as velhas instituições locais. A emergência das lideranças locais republicanas e liberais, no fim do século XIX, coincide com a grande investida do capital estrangeiro que ocorre no mesmo período na região. As ações colonizadoras adquirem um impulso sem precedentes a partir da cessão direta de grandes áreas de terra para a ocupação por imigrantes. A Companhia Colonizadora Hanseática, em termos locais, seria a responsável pela direção desse novo movimento colonizador. Ela catalisou uma série de transformações nas relações locais de produção impulsionando-as a um novo estágio de capacidade produtiva e, consequentemente, novas possibilidades de diferenciação econômica. A partir do movimento de colonização do interior de Blumenau pela Companhia Colonizadora Hanseática verificamos o impulso à urbanização da cidade de Blumenau.

A possibilidade da perda da relação com os estados do Rio de Janeiro e São Paulo, do ponto de vista comercial, significaria a ruína dos negócios de brasileiros e alemães. Para esclarecer essa ameaça, é necessário definir o papel destas duas cidades no contexto da transição entre os séculos XIX e XX para a economia de Blumenau.

Se, por um lado, os negócios de importação possuíam ligação direta com Hamburgo e Bremen, por outro, havia uma série de mediações na República Brasileira que mantinham o enlace comercial local à economia nacional. Resta lembrar que os hamburgueses já possuíam relações comerciais no Rio de Janeiro e no Nordeste antes de qualquer empreendimento nas terras do sul do país.

A vinculação genética com as redes de transporte alemã favoreceu a criação de uma elite comercial assentada no domínio sobre os meios de produção e distribuição. Esta vinculação direta com a economia alemã pode ser definida como elemento singularizador da

formação política da região do Vale do Itajaí em relação ao restante do país: a cidade de Blumenau constitui caso específico em que as bases institucionais da economia foram erigidas a partir de dupla articulação dependente, entre o *lobby* comercial alemão e o desenvolvimento da economia de mercado no Brasil do século XIX e início do XX.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLUMENAU, H. B. O. *A colônia alemã Blumenau na Província de Santa Catarina no sul do Brasil*. Blumenau: Cultura em Movimento – Instituto Blumenau 150 Anos, 2002.

BOITEUX, L. A. *A Província de Santa Catarina nas guerras do Uruguai e do Paraguai (notas e apontamentos)*. Supervisão editorial Walter F. Piazza. Florianópolis: Editora da UFSC, 1972.

CARDOSO, F.H; IANNI, O. *Cor e Mobilidade Social em Florianópolis: aspectos das relações entre negros e brancos numa comunidade do Brasil Meridional*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1960.

CARDOSO, F. H. *Capitalismo e escravidão no Brasil Meridional: O Negro na Sociedade Escravocrata do rio grande do Sul*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1962.

CEAG/SC. *Evolução histórico-econômica de Santa Catarina: estudo das alterações estruturais (século XVII-1960)*. Florianópolis: CEAG/SC, 1980.

COSTA LEITE, J. *Os Negócios da emigração (1870 -1914)*. Análise Social, v. XXXI n.136/137, 1992.

DEEKE, J. *O Município de Blumenau e a história de seu desenvolvimento*. Blumenau: Nova Letra, 1995.

FERNANDES, F. *Fundamentos Empíricos da Explicação Sociológica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1959.

_____. *A Revolução Burguesa no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976.

_____. *Sociedade de classe e subdesenvolvimento*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1972.

FORTES, A. *Nós do Quarto Distrito: A classe trabalhadora porto-alegrense e a Era Vargas*. Caxias do Sul: Educs; Rio de Janeiro: Garamond: 2004.

GOULARTI FILHO, A. *A Formação econômica de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2007.

HERING, M.L.R. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: EDIFURB, 1987.

JAY, M. *Campos de fuerza: entre la historia intelectual y la crítica cultural*. Buenos Aires: Paidós, 2003.

KIESER, E. “As previsões futuras para a indústria de máquinas no fabrico de laticínios no sul do Brasil”, in *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 06, p. 115-117, jun. 1989a.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 07, p. 148-153, jul. 1989b.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 08, p. 176-178, ago. 1989c.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 09, p. 233-235, set. 1989d.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 10, p. 266-268, out. 1989e.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 11, p. 307-309, nov. 1989f.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 12, p. 329-331, dez. 1989g.

_____ *Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 1, p. 31, jan. 1990.

KONDER, M. *Lauro Müller; A pequena Pátria*. Florianópolis: FCC, 1982.

KORMANN, E. *Blumenau – arte, cultura e as histórias de sua gente*

(1850 - 1985). Florianópolis: Paralelo 27, 1994. (Volumes I, II e III).

LANDER, E. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Colección Sur Sur, 2005.

MARX, K. *Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política*. São Paulo: Boitempo; Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, 2011.

_____. *A Ideologia Alemã*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

_____. *O Capital: crítica da economia política*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro 1: O Processo de produção do Capital. Volume II, 4ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

_____. *O Capital – Crítica da Economia Política*. Livro 3: O Processo Global de produção Capitalista. Volume V, 5ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

MEZZADRA, S. *Derecho de fuga: migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de sueños, 2005.

MOREIRA, S.M.T. *Porto de Itajaí: da gênese aos dias atuais*. Dissertação de mestrado em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina: Florianópolis, 1995.

PIAZZA, W.F. *A “modernização” e as elites emergentes: a contribuição alemã*. Revista Blumenau em Cadernos: Blumenau, n.7, jul. 1975.

POLANYI, K. *A Grande Transformação: as origens da nossa época*. 2.ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

POLANYI, K. ARENSBERG, C. M. PEARSON, H. W. *Trade and Market in the Early Empires: economies in history and theory*. New

York: The Free Press. London: Collier-Macmillan, 1957.

PRADO JUNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo: colônia*. 6 ed. S. Paulo: Brasiliense, 1961.

_____. *História Econômica do Brasil*. 34 ed. São Paulo: Brasiliense, 1986.

RAMOS, G. *A Redução Sociológica (introdução ao estudo da razão sociológica)*. Ministério da Educação e Cultura: Instituto Superior de Estudos Brasileiros. Rio de Janeiro: 1958.

RENAUX-HERING, M. L. *Colonização e indústria no Vale do Itajaí: o modelo catarinense de desenvolvimento*. Blumenau: Editora da FURB, 1987.

RICHTER, K. *A Sociedade Colonizadora Hanseática de 1897 e a colonização do interior de Joinville e Blumenau*. Blumenau: FURB, 1992.

_____. *As raízes de Blumenau: 1847 – 1850*. Revista Blumenau em Cadernos. Blumenau, Tomo XLVII – n.01/02, 2006.

_____. *A primeira viagem do Dr. Blumenau para Santa Catarina em abril de 1847*. Revista Blumenau em cadernos. Blumenau, Tomo XLVIII, n.11/12, 2007.

_____. *Primórdios da colonização sistemática em Santa Catarina - 1846-1848*. Revista do Instituto Geográfico de Santa Catarina. Florianópolis n. 23, 2004.

SANTOS, S. C. *Índios e Brancos no sul do Brasil: a dramática experiência dos Xokleng*. Florianópolis: Edeme, 1973.

SINGER, P. I. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. 2 ed. São Paulo: Editora Nacional, 1977.

SEYFERTH, G. “Etnicidade, política e ascensão social: um exemplo teuto-brasileiro”, in *Maná*. Rio de Janeiro, v. 5, n. 2, Out. 1999.

_____. “O Vale do Itajaí e a política imigratória do Império”, in *Blumenau em Cadernos*. Blumenau, Tomo XLVII, n.11/12, 2007.

SILVA, Z.P. *O Vale do Itajaí*. Rio de Janeiro: Ministério da Agricultura, 1954.

THEIS, I. M. MATTEDI, M. A. TOMIO, F. R. L. (orgs) *Nosso passado (in) comum: contribuições para o debate sobre a história e a historiografia em Blumenau*. Blumenau, EDIFURB: 2000.

_____. *Novos olhares sobre Blumenau: contribuições críticas sobre seu desenvolvimento recente*. Blumenau: EDIFURB, 2000.

THOMÉ, N. *Trem de Ferro: a ferrovia no Contestado*. 2 ed., Florianópolis: Lunardelli, 1983.

THOMPSON, E. P. *As peculiaridades dos ingleses e outros artigos*. In Sérgio Silva e Antonio Luigi Negro (orgs.). Campinas: Editora da Unicamp, 2001.

_____. *Costumes em Comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

_____. *Obra Esencial*. Barcelona: Editorial Crítica, 2002.

_____. *Senhores e Caçadores*. 2 ed., São Paulo: Paz e Terra, 1997.

VIANNA, O. *Populações Meridionais do Brasil*. Brasília, Senado Federal: Conselho Editorial, 2005.

_____. *Problemas de Política Objetiva*. 3 ed., Rio de Janeiro: Record, 1974.

VOIGT, A. F. *A invenção do teuto-brasileiro*. Tese de doutoramento em História. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2008.

WITTMANN, A. C. R. *A ferrovia no Vale do Itajaí: Estrada de Ferro Santa Catarina*. Blumenau: Edifurb, 2010.

WOOD, E. M. *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2003.

ZUEGE, H. “*Quem Era Peter Christian Feddersen*”, in *Revista Blumenau em Cadernos*; Blumenau, n. 2, p. 37-41, fev. 1975.